

**Rosângela Maria Silva Petuba**

PELO DIREITO À CIDADE

Experiência e Luta  
dos Ocupantes de Terra do Bairro D. Almir  
Uberlândia (1990-2000)

Dissertação Apresentada pela **Aluna Rosângela Maria Silva Petuba** como pré-requisito para obtenção do **Título de Mestre em História**, pelo **Programa de Mestrado em História** da **Universidade Federal de Uberlândia**, sob a orientação do **Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida**.

**Universidade Federal de Uberlândia**

**2.0001**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo do percurso para a elaboração do estudo que deu origem a este trabalho contei com o estímulo, a confiança, a solidariedade e a colaboração de muitas pessoas, a quem desejo agradecer e isentar de quaisquer erros ou problemas que nele ainda persistam.

A Paulo Roberto de Almeida, cuja orientação nunca descuidou da rigorosidade necessária, mas soube ser compreensivo e solidário no enfrentamento dessa trajetória cheia de percalços, agradeço, sobretudo, os momentos em que, silenciosamente, permaneceu confiando em minha capacidade de enfrentar desafios e construir um trabalho sério e pela amizade ofertada, durante esses dois anos de parceria intelectual, que eu espero possam se estender por muitos outros projetos.

A Antonio de Almeida, referência de integridade política e intelectual, que acompanhou meu trabalho desde a época da Graduação, com suas leituras e sugestões criteriosas.

Às professoras Heloísa Helena Pacheco Cardoso e Déa Ribeiro Fenelon que com as leituras e provocações apresentadas fizeram-me reavaliar e redefinir algumas questões na escrita final do trabalho.

Aos amigos Cires Canísio, João Carlos, Paulo Roberto de Oliveira que me apoiaram com críticas e

sugestões valiosas no momento em que me dispus a escrever o projeto de Mestrado.

A Eurípedes Rocha e Abraão, companheiros das primeiras idas e dos primeiros contatos no Bairro Dom Almir.

A Maria Helena, secretária do Mestrado, com carinho, bom humor e competência sempre me ajudou no trato das questões burocráticas dentro do Programa, alertando-me para as datas e prazos devidos e fazendo-me rir do meu estresse.

A Ione Mercedes Miranda Vieira, pela leitura e correção final e a E. Antunes pela editoração gráfica, que com seu profissionalismo e sensibilidade deram ao trabalho a qualidade técnica e estética desejada.

Aos colegas e à direção da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço a disponibilidade e a compreensão que sempre tiveram em ajudar com as trocas de horário e com as liberações, possibilitando-me a participação nos Encontros e estudos que muito enriqueceram a realização deste trabalho.

Aos colegas e professores do Mestrado, agradeço a convivência agradável, os momentos de boas risadas, de discussões profícuas e o compartilhar de dúvidas e angústias tão presentes para todos nós.

## ***DEDICATÓRIA***

***Dedico esse trabalho com muito  
carinho,***

*Para Leila Floresta,  
companheira certa das horas  
incertas; amiga que veio para  
ficar...*

*Para minha irmã Samira Petuba,  
exemplo cotidiano de coragem,  
força e dignidade e para meus  
sobrinhos Guilherme, Amanda e  
João Vítor que chegaram*

*trazendo barulho, confusões e  
imenso amor e ternura para  
minha vida!*

## **RESUMO.**

Este trabalho aborda a constituição do atual Bairro D. Almir, na cidade de Uberlândia, fruto de dois processos de ocupação de trabalhadores sem teto, nos anos de 1990-1991.

A pesquisa centrou-se em depoimentos orais, jornais e outras documentações produzidas no calor da hora, pelos próprios moradores e por outros atores sociais envolvidos no processo.

A reflexão sobre a constituição do bairro serve de eixo central num trabalho que problematiza o próprio fazer-se da cidade, abordando por meio da experiência e da luta dos trabalhadores sem teto a maneira pela qual ela se constrói historicamente na multiplicidade e na diversidade de sujeitos, interesses e lutas presentes em seu cotidiano.

O trabalho aponta a cidade se construindo por fora das expectativas oficiais, adquirindo sentido a partir da reflexão e da compreensão das trajetórias de vida dos trabalhadores ocupantes de terra e de suas experiências acumuladas na busca e na luta por melhores condições de vida, articulando diversos atores sociais e pondo em movimento ações e questionamentos sobre a constituição dos movimentos sociais e a luta pela posse da terra urbana em Uberlândia, no período estudado.

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador**

**Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida**

---

**UFU-Uberlândia**

**Examinadores**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloísa Helena Pacheco Cardoso**

---

**UFU-Uberlândia**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Déa Ribeiro Fenelon**

---

**PUC-São Paulo**

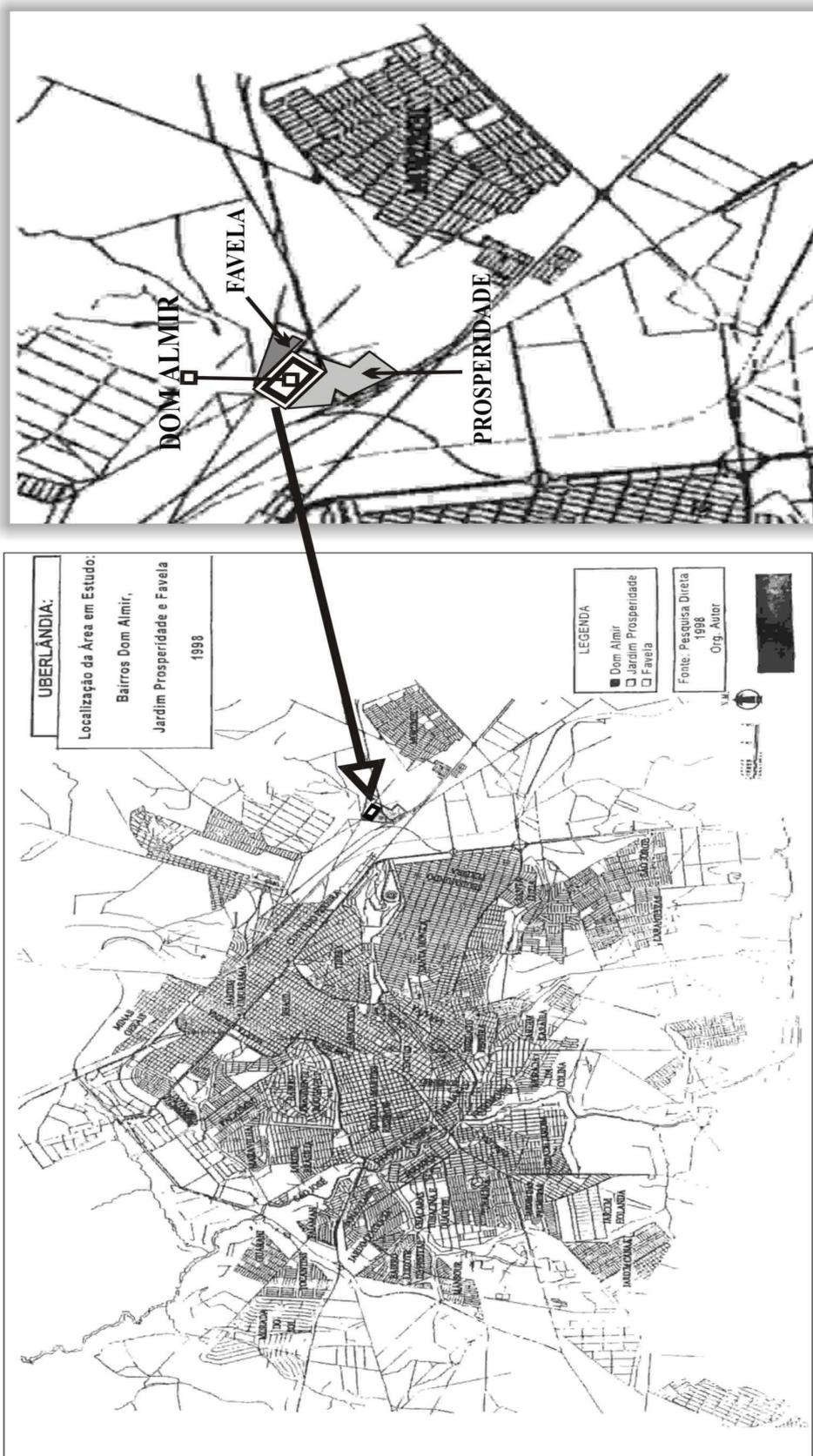
## SUMÁRIO

RESUMO.....	V
APRESENTAÇÃO.....	007
Capítulo I	
UMA CIDADE, MUITAS HISTÓRIAS.....	022
Capítulo II	
OUTROS CAMINHOS: RUMO À OCUPAÇÃO.....	042
Capítulo III	
ARTICULAÇÕES E APRENDIZADOS: O SALDO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA.....	073
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES PESQUISADAS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	113

## LISTA DE IMAGENS

Mapa da cidade de Uberlândia, 1998.....	007
<b>Crianças no Bairro D. Almir</b>	
Fonte: Jornal Correio do Triângulo de 24/11/1991.....	022
<b>Mulheres e Crianças: retratos da vida no Bairro D. Almir</b>	
Fonte: Jornal Correio do Triângulo de 08/12/1991.....	042
<b>Em Busca da Alimentação: crianças voltando do CEASA</b>	
Fonte: Jornal Correio do Triângulo de 24/11/1991.....	068
<b>Manifestação</b>	
Fonte: Jornal Correio do Triângulo de 17/03/1992.....	073

## APRESENTAÇÃO



FONTE: SÁ, Cláudio Oliveira Ribeiro de. **Autoconstrução e Assentamentos Urbanos em Uberlândia-MG: Em Questão os Bairros Dom Almir e Prosperidade.** Uberlândia-MG:UFU, 1999. (Monografia). Digitalizado e reformulado objetivando destacar o Bairro D. Almir.

*“olha o início da nossa história acho que começou no São Jorge... na época era mais ou menos uma média dumas trezentas família que resolveu mediante a negativa do prefeito que na época era o Seu Virgílio Galassi em não consegui terreno prá essas famílias que pagava aluguel, aluguel muito caro... então naquele sofrimento todinho eles resolveram então apossear duma área do município, no Parque São Jorge e aí ficamo lá uma média de quatro a cinco meses e aí conseguimos negociá com o Prefeito.”<sup>(1)</sup>*

Este trabalho aborda o processo de constituição do atual Bairro D. Almir, fruto de dois processos de ocupação, nos anos de 1990-1991.

Em agosto de 1990, trabalhadores sem teto ocuparam uma área pertencente ao poder público municipal no Parque São Jorge IV, onde atualmente se encontra o Conjunto Viviane, batizando-a, na época, com o nome de Vila Rica, e de onde foram transferidos para uma propriedade rural chamada Fazenda Marimbondo. Menos de um ano depois dessa transferência, houve uma segunda ocupação, realizada por um outro contingente de trabalhadores, numa área paralela àquela para onde haviam sido transferidos os ocupantes do Vila Rica. A essa área os ocupantes denominaram D. Almir II.

Neste trabalho, buscou-se a análise dos sujeitos, dos agentes do processo de ocupação de terras, de suas experiências, seus sonhos, histórias e projetos de vida. Não se visou aqui recuperar o evento, o fato tal e qual aconteceu, e sim construir caminhos nos quais o objeto trabalhado foi o “significado” da experiência humana vivida por esses ocupantes de terra e a maneira pela qual essa vivência contribuiu para a reelaboração de seus valores influenciando no próprio fazer-se dessa cidade.

O trabalho é fruto de várias preocupações que emergiram no decorrer da minha participação em dois projetos desenvolvidos ao longo

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Djalma Moraes de Souza, Uberlândia, abril de 1999.

do curso de graduação em História e que culminaram na minha monografia de fim de curso.

O primeiro projeto de pesquisa, **Migrantes Trabalhadores nos Descaminhos da História (1970-1995)**, tinha como enfoque principal a análise da experiência de vida, dos valores e das representações dos migrantes favelados em Uberlândia. Esse estudo visava observar qual era o sentido da experiência das migrações e do morar na favela para os que, efetivamente, participavam do processo, e referenciou-se, basicamente, nas favelas do Anel Viário e da Lagoinha situadas perto do Bairro Tocantins e Bairro Lagoinha respectivamente.

O segundo projeto, **Nos descaminhos das políticas públicas para migração – Uberlândia (1970-1995)**, delineou-se mediante o aprofundamento das reflexões surgidas na primeira etapa da pesquisa, que apontavam “o morar na favela” como estratégia para se continuar vivendo na cidade e como forma de pressão para a negociação de lotes e/ou casas próprias com a Prefeitura Municipal. Propus, também, o estudo das políticas públicas para a migração, além de uma análise dos jornais de época, na intenção de avaliar a maneira pela qual a imprensa local havia registrado sua preocupação com a problemática.

A busca de evidências que permitissem problematizar e analisar, de forma mais ampla, as relações entre as migrações internas para Uberlândia, as transformações ocorridas na cidade com a chegada desses trabalhadores, bem como a percepção das políticas públicas destinadas à acomodação ou não dos deles à “ordem urbana” (no que diz respeito à criação de medidas efetivas nas áreas de saúde, educação, segurança e habitação), confrontadas com os depoimentos dados pelos trabalhadores entrevistados, geraram a base da problemática que se fez objeto de estudo no Mestrado: a luta posse da terra urbana em Uberlândia nos anos 80-90.

Aliada a essas problemáticas advindas da pesquisa realizada na Graduação, eu trazia também aquelas provenientes de minha própria militância e que diziam respeito, sobretudo, à força e à constituição dos movimentos sociais na atualidade. Talvez, por ter entrado na militância durante os anos 90, o discurso que eu sempre ouvi foi o de refluxo, o de derrota ou cooptação. Depois de tantas greves fracassadas, tantas atividades políticas, realizadas para meia dúzia de militantes (sempre os mesmos), das

intermináveis e infrutíferas disputas internas no Movimento Estudantil e no Partido dos Trabalhadores e diante do avanço das políticas neoliberais, quando, atônita e impotente, como milhares de brasileiros, vi direitos sociais, arduamente conquistados pela classe trabalhadora, serem espoliados, comecei perceber a existência de dois caminhos para mim: ou eu ampliava a minha percepção de luta social, abrindo novos espaços para minha atuação militante, ou deixava o desânimo vencer-me e começava a buscar soluções individuais para problemas que eu percebia como coletivos.

No início, a opção em pesquisar a área de ocupação que deu origem ao Bairro D. Almir deveu-se não só ao fato de tratar-se de uma área cujo histórico de ocupação e trajetória dos ocupantes na cidade muito se assemelham aos já pesquisados nos meus projetos de iniciação científica, mas, principalmente, pela possibilidade de verificar se, no processo de ocupação, houve um confronto político direto e “organizado” com o poder público municipal, investigando as visões e valores adquiridos na vivência desse movimento. Fui para a pesquisa decidida a encontrar, na história dos ocupantes de terra do Dom Almir, a resistência organizada nos moldes daquela que eu gostaria de ver no Partido e nos Movimentos Sociais, a crítica e a oposição veementes à administração municipal e ao seu projeto de cidade. Eu levava para o trabalho de campo todas as minhas angústias, frustrações e esperanças da militante partidária e estudantil.

No decorrer das entrevistas e do convívio com os moradores do bairro, comecei a perceber posicionamentos e ouvir opiniões que frustravam as minhas expectativas iniciais; nas suas trajetórias dentro da ocupação e mesmo do bairro atualmente, fui sendo apresentada a um universo de valores e práticas que nem sempre correspondiam aos meus conceitos de politização, organização, luta e resistência. Suas relações com o poder público municipal, apoio a vereadores ligados a partidos conservadores, sua visão, muitas vezes, positiva sobre a cidade surpreenderam-me.

Essas evidências foram mudando alguns caminhos da pesquisa. Comecei a perceber que a trajetória de luta desses trabalhadores nem sempre foi marcada pelo confronto, que as motivações passavam por valores e experiências que, muitas vezes, caminhavam por fora das

expectativas oficiais tanto da direita quanto da esquerda. Era um caminho cheio de idas e vindas, em que a resistência estava muito ligada à criação de alternativas cotidianas, construídas por uma lógica política só compreensível se examinada à luz da própria trajetória de vida desses trabalhadores na cidade.

Até o meu ingresso no Mestrado, a problemática da cidade não tinha se definido como ponto fundamental de análise e reflexão no meu trabalho. Eu esperava recuperar a trajetória de vida dos trabalhadores e a constituição do bairro e, no muito, a visão e as atitudes do poder público em relação a eles. Faltava-me a percepção do que era realmente o *fazer-se da cidade*. Confesso que esta proposição parecia-me um tanto quanto abstrata, embora eu a tivesse utilizado nos escritos anteriores. Fiquei, durante um bom tempo, sem entender muito bem como deveria pesquisar e dar visibilidade ao que o meu orientador dizia ser o desafio de “buscar como a cidade vai se constituindo a partir das experiências dos trabalhadores”. Ora, para mim, ela existia e pronto! Eu não tinha a noção da luta pela moradia como sendo muito mais do que uma questão de justiça social ou do direito de morar com dignidade, faltava-me a clareza de que esse movimento de busca pela habitação inseria-se num processo histórico de disputa pela cidade. Não tinha a percepção de que as trajetórias dos trabalhadores, às vezes invisíveis ao meu olhar, iam quotidianamente fazendo emergir novas representações possíveis do espaço urbano, influenciando concretamente na maneira pela qual a cidade existe, cresce, faz-se e desfaz-se.

Durante esse período, várias indagações vieram somar-se às do projeto inicial: De onde emerge a cidade? Dos dados estatísticos do IBGE, do Censo demográfico, dos estudos teóricos da academia? Do projeto das elites? Das notícias e manchetes jornalísticas? Dos programas policiais de rádio e televisão? Ou do dia-a-dia de homens e mulheres, que se espremem nos ônibus, que trabalham nas obras da construção civil, erguendo, em tijolo e concreto, o grande sonho de poder e tecnologia que embala os discursos da classe dominante? Será que ela surge também dos sonhos das donas marias e dos seus josés que chegam no Terminal Rodoviário, dia após dia, em busca de uma vida melhor?

Onde está a cidade de Uberlândia? Como ela se faz e se refaz para os milhares de “cidadãos”, que julgam viver numa cidade única... ela emerge das expectativas, dos sonhos e das decepções, das lutas e das “adaptações”, dos recuos e dos avanços daqueles que a vivem na sua grandeza e na sua miséria diária?

Onde está a cidade que buscavam os trabalhadores e trabalhadoras que, há 10 anos, ocuparam uma área pertencente ao poder público municipal, na qual fincaram seus barracos e, à qual, significativamente, deram o nome de Vila Rica, ou quando esses mesmos ocupantes foram transferidos de madrugada para uma área de “cerradão”, terra em disputa de herdeiros, “*terra que Deus deixou pra o povo...ô pra trabaiá ou pra fazê uma roça...?*”<sup>(2)</sup>, e lá permaneceram por longos dias, sem o mínimo da estrutura básica, que, geralmente, se oferece aos habitantes urbanos?

Ela existe em algum lugar determinado? Ou surge a cada fala, a cada gesto, a cada costume apreendido ou reaprendido por esses ocupantes de terra? Ela está pronta em algum lugar e é modificada nas lutas e nos movimentos desses trabalhadores ou o seu fazer-se se prende a esse próprio movimento?

Seria esse “movimentar-se” em direções opostas, conflitantes, descontínuas, nunca lineares a cidade em si mesma? a lógica jamais completamente apreendida e decifrada porque histórica?

Seria realmente possível buscar a cidade que emerge das falas e dos depoimentos colhidos, dos documentos produzidos, da veemência e dos silêncios da imprensa escrita?

Tentar perceber a saúde, a casa, o aluguel, a terra, a educação, o ônibus, a água, a luz como valores vivenciados, e não apenas como dados estatísticos, poderia delinear esta cidade ou as outras cidades que existem e se mostram de formas múltiplas e diferenciadas?

Foi com base nas leituras e nas discussões teóricas realizadas nas disciplinas, nos Seminários promovidos pela Linha de Pesquisa, ouvindo e discutindo com colegas, que se debatiam com os mesmos problemas e indagações, que os caminhos começaram a delinear-se com mais clareza.

Nesse processo de leituras, a análise do histórico da questão da terra urbana e da moradia no país e em Uberlândia, especificamente, foi importante na constituição da problemática pelo entendimento de que “*o cotidiano dos participantes dos*

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Felismina Pereira dos Santos Alves, Uberlândia, abril de 1999.

*movimentos de ocupação de terras... reflete as contradições da metrópole do capital, nas suas diversas formas como também revela alguns espaços de resistência criados pelas camadas marginalizadas da população urbana*”<sup>(3)</sup>, mas o caminho seguido não foi o de priorizar o institucional, ou seja, a análise dos movimentos de ocupação dos Sem Terra ou dos Sem Tetos, ou das políticas públicas para habitação, em qualquer um dos níveis de poder.

A opção foi pensar a questão da luta pela posse da terra urbana e a constituição da cidade nesse processo, construindo uma discussão que se referenciasse na realidade e no cotidiano dos trabalhadores envolvidos e nas relações estabelecidas ao longo dessa luta com os demais atores sociais do processo.

Já de início, esta pesquisa situou-se num universo teórico e prático em que se cruzavam reflexões sobre o cotidiano e a luta dos trabalhadores pela posse da terra urbana, a constituição e a importância dos movimentos sociais, como também a opção de trabalhar conjuntamente com depoimentos orais e documentos escritos.

Buscando contribuir abordar problemáticas cada vez mais presentes no campo da História, o objetivo foi construir uma análise em que o significado da experiência vivida pelos trabalhadores e os valores elaborados ou reelaborados dela constituíssem-se no eixo central de investigação.

Dessa forma, a primeira discussão enfrentada, para fins de fundamentação do trabalho, foi noção de “sujeito”.

Eder Sader, em seu livro, **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**, após acompanhar várias falas emergentes dos movimentos sociais, em que o termo aparece, reconhece que *“poucas noções são tão ambíguas, carregadas de sutilezas e mal entendidos. Se num enunciado ela pressupõe a soberania do ator, num outro pressupõe a sujeição”*<sup>(4)</sup>. Entretanto, existem basicamente dois traços comuns na utilização desse conceito: em primeiro lugar, o fato de ele vir associado a um projeto, com base em uma realidade, cujos contornos não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas

---

<sup>3</sup> SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: A construção de novos valores*. São Paulo: Educ, 1995. p.18.

<sup>4</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

perspectivas e faz suas apostas, e, em segundo lugar, a vinculação da idéia de autonomia à noção de sujeito.

Autonomia aqui entendida como elaborada da própria identidade e de projetos coletivos de mudança do social relacionada às experiências.

Caminhando na estrada aberta por esses dois traços comuns da noção de sujeito, fundamentei minha interlocução com o tema pesquisado: a idéia dos sujeitos participantes dos movimentos sociais, como integrantes de um sujeito coletivo, uma coletividade em que se elabora uma identidade e se organizam práticas por meio das quais os membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

Na trilha dessa percepção sobre a constituição dos sujeitos coletivos, o trabalho de João Carlos de Souza, **Na Luta por Habitação: A construção de Novos Valores**, foi inspirador e auxiliou na problematização das entrevistas. Lidando com depoimentos orais de moradores de áreas de ocupação da Zona Leste de São Paulo, João Carlos abordou problemáticas no campo da constituição de identidades e valores que alimentam e reelaboram a luta, o que, desde o início, permitiu várias aproximações teórico-metodológicas, principalmente, no trato das experiências dos trabalhadores, ajudando-me a notar a articulação entre o cotidiano urbano vivido por eles (andar de ônibus, levar os filhos na escola, ir a farmácia, procurar emprego etc) e a maneira como o morar na cidade foi se tornando um problema.

Ao me deparar com as lembranças que os trabalhadores do bairro Dom Almir carregam dos lugares onde eles viveram antes de morar em Uberlândia, da vida e do trabalho na roça, a leitura do trabalho de João Carlos de Souza foi fundamental para construir minha abordagem dessas evidências trazidas pela pesquisa, pois, ao lidar com trabalhadores, que reconhece como migrantes em sua grande maioria, o autor retoma os locais de origem problematizados à luz de experiências posteriores, sem cair nas armadilhas de uma interpretação linear, e essa foi a minha opção durante o trabalho.

A percepção de que as experiências desses sujeitos históricos e sociais acumulam-se e expressam-se em forma de valores, imagens, crenças e sentimentos acerca de si próprios e da cidade, trouxe a necessidade de buscar um campo de abordagem teórica no qual essas questões pudessem ser visualizadas com maior clareza, portanto, o intuito primeiro era (re) definir a noção de “experiência”.

O diálogo com E. P. Thompson, em **A Miséria da Teoria**, também foi de fundamental importância para este trabalho. Segundo a crítica do autor, a experiência é termo ausente do contexto teórico marxista, é um dos pontos sobre qual Marx silencia e Althusser e seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do âmbito do pensamento.

*“Os homens e mulheres... retornam como sujeitos dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e cultura das mais complexas maneiras...”*<sup>(5)</sup>

Essa visão foi importante na hora de escrever, porque ampliou as possibilidades de diálogo com as evidências, no sentido de observar as muitas maneiras pelas quais as expectativas e visões sobre a cidade podiam se expressar.

O mais importante, no exercício do diálogo simultâneo com as fontes e as discussões teóricas, foi descobrir que não basta conhecer os conceitos, sendo preciso saber lidar com eles no contato com as evidências que a pesquisa vai apontando, podendo, inclusive, como historiadora, ir redefinindo sua noção, pois, na verdade, a experiência, a cultura, a memória, não são conceitos estáticos e cristalizados, mas movimentos históricos à espera de problematizações.

---

<sup>5</sup> THOMPSON, E. P. O termo ausente: Experiência. In: **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

Os estudos de Thompson, em **Costumes em Comum**, apontaram para a relação entre a experiência social vivenciada pelos sujeitos e a cultura, os costumes como um campo para a mudança e a disputa, uma “arena” na qual interesses opostos apresentam-se conflitantes, ou seja, mesmo trabalhando com a experiência dos trabalhadores, deve-se ter clareza de que essa experiência só tem sentido na perspectiva da luta de classes.

Os modos de vida aparecem como processo múltiplo de aprendizados, posturas, opções, valores, afetos e deveres, que se encontram e se defrontam no processo de luta de construção do social, ou seja, o entendimento de como a moradia tornou-se um problema e a ocupação uma possibilidade para os trabalhadores do Bairro D. Almir, configurou-se por meio da percepção dessas ações como elementos constituintes de uma relação social mais ampla, que envolve valores e opções anteriores, forjados em experiências e trajetórias de vida, que não se deram unicamente em torno da busca de um lugar para morar. Essa percepção foi fundamental na construção do Capítulo I.

Outra contribuição trazida para o caminhar da pesquisa veio do texto de Maria Célia Paoli, **Os trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros**, ao propor uma abertura de novas discussões sobre os trabalhadores urbanos, apontando a necessidade de romper com conceitos prontos, deixando de privilegiar o Partido, o Sindicato, o Estado, o que significa, para nós historiadores, a necessidade de repensar o instituído, analisando o processo histórico sob novas dimensões. O território da produção historiográfica passa, assim, a ser o da diferença, da pluralidade. Essa percepção foi importante no diálogo empreendido com as fontes durante a escrita do Capítulo III, quando foi necessário examinar o limite e as possibilidades com que os ocupantes de terra se depararam ao construir conexões com Partidos, Igreja, Sindicatos.

Para acompanhar os meandros dos diálogos e das articulações estabelecidas entre os trabalhadores do Bairro Dom Almir e os demais setores sociais que, de forma direta ou indireta, participaram do processo da ocupação, permitindo-me perceber essas conexões estabelecidas como caminhos políticos construídos, que expandiram a luta da moradia para a do direito à cidade e ao solo urbano, bem como avaliar significados e saldos políticos desse processo, foi de grande valia o diálogo com Robson Laverdi, em seu trabalho **Pelo Direito de Morar: Experiências de Luta pela Reforma Urbana**, em que ele aborda as lutas e as articulações de diversos movimentos sociais em torno da Emenda Popular de Reforma Urbana, no processo constituinte de 1987.

Pensar a produção do espaço urbano no país e em Uberlândia, os projetos e planos para a cidade e como isso se concretiza no cotidiano dos trabalhadores na forma de bairros afastados, na dificuldade de acesso ao transporte coletivo, à áreas de lazer, elaborando uma percepção mais

clara e fundamentada sobre a especulação imobiliária, a verticalização e a favelização das cidades, também se constituiu em um desafio enfrentado durante o percurso do trabalho, pois essa abordagem de um caráter mais geográfico não fazia parte da minha formação e era muito importante para o entendimento do meu objeto de pesquisa.

Nas leituras que me possibilitaram compreender melhor algumas questões nesse sentido, aponto o trabalho de Cândido Malta, **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos**, que se constituiu numa importante referência para compreender o processo de urbanização brasileiro como gerador de uma grande dívida social para com a classe trabalhadora, pois a planta do tecido urbano mais se assemelha a uma colcha de retalhos mal costurada, na especulação urbana, projetos de planejamento e racionalização do Estado, que são instrumentos de ação de um poderoso clientelismo político das elites e que tem gerado alguns problemas nas cidades como: brutal déficit acumulado serviços urbanos, os vazios urbanos e, especialmente, o processo acentuado de periferização física e social das famílias de trabalhadores.

Para compreender a produção do espaço urbano uberlandense – com base nas áreas de assentamento e urbanização de favelas – e a lógica dos programas de habitação vindos da Administração Pública Municipal, ressalto a contribuição do trabalho de Beatriz Ribeiro Soares, **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia**, que faz uma análise do espaço urbano uberlandense, apontando para o fato de que as medidas de intervenção do poder público na área da habitação na cidade, quase sempre, tiveram como eixo de ação o deslocamento da população pobre em benefício de alguma obra pública, valorização do solo ou simplesmente pelo fato de que essas aglomerações enfeiam a cidade e denigrem o imaginário da cidade limpa, ordeira e moderna. Essas análises empreendidas pela autora foram retomadas, quando busquei compreender melhor as atitudes do poder público municipal em relação à ocupação do bairro Dom Almir, embora eu parta do princípio de que não apenas a movimentação do capital, mas também dos trabalhadores em luta e não apenas do capital sejam elementos constituintes e produtores do espaço urbano em Uberlândia.

Diante disso, a opção pelo trabalho com fontes orais aconteceu pelo potencial destas como possibilidades de trazer à tona as experiências vivenciadas pelos trabalhadores no processo de ocupação.

Segundo João Carlos de Souza<sup>(6)</sup>, a fonte oral significa a possibilidade de revisitar a memória, apreender vivências que não são objetos de preocupação do poder instituído, que geram documentos escritos sob seu ponto de vista político e econômico; apreender pontos de vista do excluídos socialmente, cuja marginalização já começa pela própria falta de acesso à alfabetização.

Assim, A memória é percebida não apenas como um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significações. Logo, a utilidade das fontes orais para o historiador não repousa tanto em suas habilidade de preservar o passado ou recuperá-lo tal como ele foi, e sim na possibilidade de entrever as muitas mudanças forjadas pela memória, que revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, colocando a entrevista e a narração em seu contexto histórico.

O acesso aos trabalhadores que participaram do processo de ocupação do Parque São Jorge IV e do Bairro D. Almir II, deu-se, num primeiro momento, por meio de contatos com pessoas ligadas aos movimentos sociais e ao Partido dos Trabalhadores, que atuaram e/ou acompanharam o desenrolar da situação, seja na organização e orientação nas áreas ocupadas, seja na mediação com o poder público.

Esses contatos não foram difíceis, pois as ocupações deram-se nos de 1990-91, e quase todas as pessoas ainda estão na cidade, no próprio bairro, ou continuam atuando na mesma área. Dessa forma, pude contatar Abraão e Eurípedes Rocha, assessores de mandatos petistas e atuantes na área dos movimentos de bairro.

Ambos teceram comentários gerais sobre o processo de ocupação, clarearam em boa parte a complexidade da negociação da terra junto à prefeitura e com os herdeiros da fazenda onde hoje se situa o Bairro D. Almir e, paralelamente, apresentaram pessoas envolvidas no

---

<sup>6</sup> SOUZA, João Carlos de. Op. cit., p.20.

processo, junto as quais iniciei o contato para a realização das entrevistas gravadas.

Os entrevistados dividiram-se em dois grupos: os que estiveram envolvidos no processo desde a ocupação do Parque São Jorge IV, sendo transferidos, posteriormente, para o bairro e aqueles que ocuparam a área paralela ao D. Almir no ano de 1991.

Os ocupantes de terra são trabalhadores que já viviam em Uberlândia há muito tempo tendo passado por diversas experiências de trabalho e moradia durante sua permanência na cidade.

Conseguir os depoimentos não foi um processo tranqüilo, tanto que o número de entrevistas ficou aquém do esperado; um total de 20 entrevistas<sup>(7)</sup> compuseram o universo desta pesquisa. As pessoas até aceitavam falar longamente sobre o processo, mas dificilmente permitiam a gravação. Diante disso, optei pelo recurso de retornar aos entrevistados para aprofundar as entrevistas. Desses entrevistados, dez estiveram envolvidos na ocupação desde o Vila Rica e o restante no D. Almir II.

Além das entrevistas, foram utilizados como fontes de investigação os jornais e os documentos produzidos pelo CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) a respeito do caso do Bairro D. Almir.

Na documentação produzida pelo CDDH, foi possível visualizar parte da dinâmica da ocupação e das formas de organização que foram elaboradas, isto porque a documentação constitui-se de 56 pastas, sendo que, em várias delas, se encontram as fichas de cadastramento dos ocupantes, relatórios das reuniões da Comissão de Frente da Ocupação do São Jorge e dos representantes das Entidades de Movimentos Populares; cópias de documentos produzidos para divulgação do movimento na cidade, bem como o registro de falas que dão notícias das ações dos ocupantes, dos advogados envolvidos, da polícia, de políticos etc.

A documentação pesquisada nessas pastas também abriu a possibilidade da análise das estratégias do dia-a-dia na ocupação com

---

<sup>7</sup> As entrevistas de Gercino Bezerra, José Ferreira Brito, Margarida Brás da Silva e José Bento Queiroz foram realizadas durante os anos de 1995/96 e compuseram as fontes orais da minha Monografia de Graduação. Elas foram incorporadas a esta pesquisa para ampliarem o universo de expectativas dos trabalhadores em relação a cidade de Uberlândia.

relação à prefeitura, à polícia e à justiça, assim como deixou entrever o grau de envolvimento das Entidades Populares no processo. Essas pastas também se encontram no CDHIS, de forma sistematizada e catalogada, sendo fácil o acesso.

Nos jornais da imprensa local, a perspectiva foi tomar conhecimento, a partir do caso do D. Almir, de como a ocupação e a luta dos trabalhadores pela posse da terra urbana foram registradas em Uberlândia, pois essas fontes refletem valores, preocupações e interesses de quem escreve e também para quem se escreve. Ao externar o seu posicionamento frente ao acontecido, o jornalista não o faz deslocando-se de sua inserção na cidade de Uberlândia, o que permite visualizar e refletir sobre a temática e o período em questão. Para compor a visão que os demais setores da sociedade, principalmente os da classe dominante, têm sobre a cidade e de como essa visão vem sendo construída historicamente, também analisei reportagens que antecederam o período da ocupação. Os jornais analisados fazem parte da imprensa oficial; mas faltou-me fôlego de pesquisa para buscar Publicações que, produzidas de forma alternativa, apresentassem visões várias sobre o fazer-se da cidade.

No decorrer da investigação, outras documentações foram-se somando às fontes do trabalho. Trazidos pelos próprios moradores, vieram recortes de jornais, cartas endereçadas ao poder público, e a Entidades, abaixo-assinados, boletins de ocorrência policial, documentos referentes à situação da Fazenda, mapas do bairro etc. Uma contribuição muito importante, na ampliação do campo de reflexões do trabalho, veio por meio das duzentos e quarenta e quatro Fichas de Cadastros das famílias dos ocupantes do Bairro D.Almir II, contendo informações valiosas, como, por exemplo, tempo de moradia na cidade, local de origem, profissão, renda familiar, número de filhos entre outros. Essa documentação foi doada por João Batista Naves, que, na época, era coordenador das famílias acampadas.

Assim, foi-me possível analisar não apenas o histórico da ocupação, bem como a trajetória dos atores sociais envolvidos, as relações estabelecidas entre eles e demais setores sociais, a partir de um

posicionamento de estarem se cruzando as mais diversas informações oriundas das fontes já referidas.

Tantos os jornais analisados quanto as pastas do CDDH estão sistematizados e são de fácil acesso, podendo ser trabalhados no Arquivo Público Municipal de Uberlândia e no Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS da Universidade Federal de Uberlândia. Estes dois arquivos públicos têm se constituído em espaços ricos de documentação e preservação da memória e história da cidade, abrigando fontes escritas, imagéticas e orais, que muito têm facilitado a pesquisa historiográfica em Uberlândia. Porém, muito ainda existe por se fazer nessa área, pois boa parte da documentação produzida pelos Movimentos Sociais e outras Entidades não chegam a constituir-se em acervo documental disponível para os pesquisadores. Prova disso é a riqueza da documentação sobre o Bairro Dom Almir, que estava quase desaparecendo, corroída pelas traças por falta de uma orientação e de um estímulo para a preservação de tais fontes.

Acredito que o fortalecimento da consciência de preservação e o esforço em produzir, sistematizar e catalogar fontes históricas, particularmente, aquelas produzidas pelos trabalhadores em suas experiências de luta sejam um compromisso político do Historiador, tão importante quanto a construção do conhecimento histórico, pois elas representam a possibilidade de ter acesso a outros modos de vida e de produção de conhecimento, muitas vezes suprimidos e silenciados na nossa sociedade.

Na trilha aberta por todas essas discussões, construí o presente trabalho da seguinte maneira:

*O primeiro capítulo surgiu mediante o exercício de perceber a cidade como ela aparece na fala dos diferentes sujeitos que compõem o universo desta pesquisa, apontando a maneira pela qual emerge uma cidade plural.*

Percorri este caminho, buscando apontar os elos entre a maneira pela qual a cidade é vista e vivida pelos trabalhadores e suas trajetórias de vida anteriores, assim, o

intento foi o de fazer emergir as expectativas, os valores e as significações do morar na cidade. As expectativas dos trabalhadores foram articuladas com as do poder público, da imprensa e de outros grupos urbanos. Nesse capítulo, utilizei algumas entrevistas e outras evidências colhidas na pesquisa realizada entre os anos de 1994 a 1997, e que deram origem à minha monografia de fim de curso, em que analiso as experiências dos trabalhadores migrantes, moradores das Favelas do Anel Viário e do Bairro Lagoinha em Uberlândia, apontando para problemáticas na constituição de suas relações com a cidade, com poder público e outros setores sociais.

*Tal opção foi para refletir sobre o fazer-se da cidade na perspectiva das muitas expectativas, das muitas histórias e, principalmente, das muitas outras falas silenciadas ou negligenciadas na produção do discurso, da história e da memória sobre a ela.*

Busquei compreender como as expectativas dos trabalhadores na cidade e como elas são reelaboradas no cotidiano, nas relações com as quais eles têm de lidar na resolução de problemas como sobrevivência, trabalho, segurança, educação e moradia. Como retomam a situação de vida nos outros locais em que viveram, o que representa a terra, a casa, a propriedade, o trabalho, o viver e o morar na cidade.

*O segundo capítulo analisou o histórico do Vila Rica e do bairro D. Almir, demonstrando os motivos da ida para a ocupação, a reação da família e as lembranças da época, mapeando o intrincado universo dos conflitos, reivindicações, estratégias de organização, bem como as memórias que emergem sobre a dia a dia da ocupação - os barracos, as chuvas, os ventos, a lama, a falta de água, a questão da alimentação, transporte coletivo, problemas com a polícia e entre os moradores.*

*No último capítulo, o objetivo foi, basicamente, recuperar a maneira pela qual a experiência vivida contribuiu na reelaboração de*

valores dos ocupantes de terra, buscando, também, avaliar a importância da ação política como fonte de aprendizado e crescimento para os trabalhadores. O capítulo visou ainda desvendar as formas de articulação entre o movimento de ocupação e os partidos políticos, os vereadores da época, a Igreja, a Justiça, avaliando o fato de que essas conexões colocavam em evidência a luta dos ocupantes de terra como uma luta pelo direito à cidade.

Essas preocupações, advindas do trabalho de pesquisa e da crença particular de que um historiador não pode se furtar ao desafio de pensar e posicionar-se diante do seu próprio tempo, trouxeram à tona a perspectiva de que um olhar sobre a experiência de luta na ocupação, os aspectos do cotidiano, do modo de vida desses trabalhadores e das representações que fazem do processo vivenciado, pode contribuir para o entendimento do presente e enriquecer o campo de reflexões sobre o fazer-se desta cidade, bem como contribuir na elaboração de uma abordagem historiográfica sobre o espaço urbano como um espaço social e historicamente construído e, por isso mesmo, nunca isento de conflitos.

## Capítulo I

Uma cidade, muitas histórias

*“...aí eu pensei na minha cabeça e quando essa casa de farinha fechá ? quê que é de meus filhos? aí deu um plano assim de eu entrá no mundo”.<sup>(8)</sup>*

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Margarida Brás da Silva, Uberlândia, abril de 1996.



*São homens, prendas, crianças  
Buscando um rumo na vida,  
Travando lutas renhidas,  
Correndo largas distâncias...  
Atrás dos sonhos e ânsias  
Que em cada alma resistem  
Pois não há nada mais triste  
Que um tempo sem esperança.  
(...) Renascerão as taperas  
Na luz de um sonho maduro  
E eu já vou, rumo ao futuro,  
Que o novo mundo me espera!<sup>(9)</sup>*

---

<sup>9</sup> Canção “Naco de chão”. L: Carlos ° V. Gomes/M: Erlon Péricles. In: CD CANÇÕES QUE ABRAÇAM OS SONHOS/1 FESTIVAL NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA. Palmeiras das Missões-RS, 04-07/02/1999.

Recuperar a trajetória pela qual a moradia foi se constituindo como problema é percorrer as imagens e os significados da cidade para os trabalhadores que se dispuseram, em determinado momento, a ocupar terras urbanas, é adentrar pelo complexo universo da experiência vivenciada nos mais diversos aspectos: o estudo, a saúde e, principalmente, o trabalho e o aluguel.

A cidade que emerge da fala dos entrevistados não surge pronta, mas vai se compondo pelas próprias lembranças da vida na roça, do morar pagando aluguel, do morar de favor com os parentes, da vida na ocupação, das dificuldades vividas no bairro, enfim, de valores que, quando expressos na fala, delineiam o universo de expectativas, sonhos e anseios do que esperavam encontrar na cidade.

Os caminhos percorridos, até a decisão de ocupar terras, formam a problemática a ser desvendada. Eles são a história, o conjunto de trajetórias, o significado da experiência humana vivida que, num determinado momento, assumem a conotação de um evento histórico, porque se expressam de forma coletiva no cenário social, ganhando visibilidade no fazer-se da cidade e, às vezes, colocando em movimento muitos outros sujeitos históricos coletivos ou individuais presentes no cenário urbano, com seus sonhos, valores, afetos e significados da cidade.

E, além disso, investigo a possibilidade de que essas experiências se produzam com base em um campo de representações geradoras de expectativas muito próximas em relação ao significado de viver e morar na cidade, o que não quer dizer, necessariamente, que essas expectativas, quando confrontadas a vivências concretas no cotidiano urbano, tenham gerado experiências com valores e significados iguais. Se assim fosse, a pluralidade do fazer-se histórico estaria suprimida, o diálogo concluído e nenhum trabalho a fazer.

Porém, antes de trabalhar o universo dessas expectativas, que pode ser apreendido nos depoimentos dos trabalhadores entrevistados, gostaria de explorar melhor uma outra série de fontes, a saber: as fichas de cadastramento dos ocupantes de terra do bairro D.Almir, pois sua análise permite traçar um perfil mais amplo sobre quem eram os ocupantes e de onde eles vinham.<sup>(10)</sup>

Em sua grande maioria, esses trabalhadores eram provenientes de cidades do próprio Triângulo Mineiro, do Norte de Minas e de cidades do Estado de Goiás e da

---

<sup>10</sup> Estas fichas foram incorporadas ao conjunto documental desta pesquisa pela da doação feita por João Batista Naves de Souza, morador do Bairro D.Almir e que na época da ocupação, era responsável pelo cadastramento das famílias acampadas. Um modelo destas fichas consta nos Anexos desse trabalho.

Bahia<sup>(11)</sup>, mas, pelo que se pode vislumbrar nas fichas de cadastramento, ao partirem para a ocupação, aproximadamente, 93,5% desses trabalhadores já morava em Uberlândia havia mais de três anos. Desse universo, em valores aproximados, 26% se enquadraram no tempo de moradia que variava de três a cinco anos; 19,8% de dez a quinze anos; e cerca de 43% desses trabalhadores já moravam em Uberlândia havia mais de quinze anos.

Não é garantida a precisão dessas estatísticas, pois o fato de 93,5 por cento das pessoas afirmarem, no item “tempo de moradia”, que já estavam em Uberlândia havia mais de três anos, na maioria das vezes, configurava-se como uma estratégia para garantir sua inclusão nos critérios dos planos habitacionais do Município.<sup>(12)</sup>

Essa estratégia traz em si elementos que permitem refletir sobre a maneira pela qual os trabalhadores criam formas de resistência a um discurso elaborado pelo poder público, que busca, com seus critérios de inserção nas políticas públicas de moradia, construir um código de pertencimento à cidade de Uberlândia.

Esse código visa justificar uma política que é de exclusão, que não se percebe à primeira vista. A existência dos critérios reafirma, de forma sutil e legal, a noção de que determinados tipos de trabalhadores não cabem na cidade. Não há espaço para eles. Por isso, é preciso recambiá-los aos seus locais de origem ou simplesmente ignorá-los, segregando-os às áreas invisíveis do espaço urbano, dificultando seu acesso à cidade legal por meio de uma sistemática exclusão aos serviços urbanos de qualidade, como, por exemplo, o acesso ao transporte coletivo, questão discutida no Capítulo seguinte.

Para os trabalhadores, o pertencimento existe, mas seu código é constituído por outros valores e experiências:

*“A maior parte desses edifício, trabalhei neles todos, construindo, trabalhei nessas portarias, trabalhei de guarda, fiz muito serviço dentro de Uberlândia, eu ajudei a fazer esta cidade.”*

A cidade na qual o poder público diz não existir lugar para esses trabalhadores é a mesma que eles ajudaram a fazer, eles se sentem construtores,

---

<sup>11</sup> Do universo das 244 fichas de cadastramento dos barracos sistematizadas, 63% dos ocupantes são do Estado de Minas Gerais, sendo que, desse montante, aproximadamente 26% apontam como cidade de origem Uberlândia, em segundo lugar temos o Estado de Goiás com 7% e depois o Estado da Bahia, com 5,6%.

<sup>12</sup> Além do tempo mínimo de três anos morando em Uberlândia, também eram apresentadas como critérios de enquadramento nos planos de desfavelamento da Prefeitura Municipal as seguintes exigências: não possuir terreno ou casa em outra localidade, ter os filhos na escola e uma renda mínima de um salário.

participaram e/ou acompanharam suas modificações, seu crescimento, o surgimento de novos bairros, pontes, parques, praças, edifícios, trazem em suas falas histórias antigas sobre locais modificados ou que nem sequer existem mais. A cidade também é deles. Por isso, em sua luta, está em jogo o direito a ela, e nela eles estão em constante movimento, redesenhando-a, redefinindo-a, “*os trabalhadores reagem, às vezes simplesmente se deslocando, manifestando com este ato o reconhecimento de que efetivamente não estão onde deveriam estar...*”<sup>(13)</sup>, mas se negam a terem sua mobilidade capturada por uma lógica estranha e oposta aos seus modos de vida.

Assim, as práticas que visam burlar os critérios de enquadramento, mesmo porque a Prefeitura jamais teria como provar o contrário, em relação ao tempo de moradia dos acampados, pois, embora houvesse um esforço, desde a década de 70, no sentido de controlar o fluxo de migrantes na cidade, esse objetivo sempre foi parcialmente cumprido, porque muitos dos trabalhadores que chegaram a Uberlândia jamais passaram pela triagem realizada pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura ou foram cadastrados pelo Núcleo de Atendimento ao Migrante, situado no Terminal Rodoviário<sup>(14)</sup>. As razões que os levaram a isso podem ser parcialmente desvendadas nas falas dos próprios trabalhadores sobre a maneira como vieram para Uberlândia e quais as expectativas presentes nessa vinda. Essas questões serão discutidas mais adiante

Mesmo assim, as estatísticas são importantes, pois – mesmo considerando os seus limites – ajudam a refletir melhor sobre algumas questões, colocando em xeque, inclusive, o eixo central do discurso da Prefeitura sobre a origem dos ocupantes de terra e, conseqüentemente, do tratamento que se deveria dar a eles.

*“As pessoas que vêm de cidades circunvizinhas, acampam irregularmente achando que a Prefeitura é obrigada a ceder terrenos... pessoas que estão chegando agora em Uberlândia não terão direito a*

---

<sup>13</sup> VAINER, Carlos. Política Migratória Recente no Brasil: Notas para uma avaliação. **Revista PUR**. Rio de Janeiro: p. 6-42, 1985.

<sup>14</sup> Essas afirmações são provenientes do trabalho de pesquisa realizado na graduação como bolsista de iniciação científica e que originaram minha monografia de fim de curso: **Migrantes: trabalhadores nos descaminhos da História, Uberlândia, 1970 a 1996**. Neste trabalho, especialmente no terceiro capítulo, analiso as políticas públicas municipais em relação aos migrantes moradores de favelas.

*lotes urbanizados, o motivo é evitar que as pessoas deixem sua terra natal em busca de terreno.”* <sup>(15)</sup>

A idéia de que os trabalhadores acampados eram migrantes que vinham para Uberlândia única e exclusivamente com o fim de ocupar terras parece ser a tônica do discurso feito pelo poder público municipal, mas, se for observado o tempo de moradia desses trabalhadores na cidade, fica difícil acatar a idéia de que sejam um bando de pessoas aventureiras e famintas, vindas de cidades vizinhas, empoleiradas num caminhão, despejadas no centro da cidade, na calada da noite e indo direto para a ocupação criar problemas para a tão bem resolvida sociedade uberlandense.

O caminho mais lógico seria perceber a existência de uma recusa intransigente de aceitar Uberlândia como uma cidade que produz pobreza e exclusão e que, por conseguinte, gera, em alguns momentos, resistência e contestação por parte dos excluídos.

Como aponta Simonini<sup>(16)</sup>, embora a prática política utilizada na cidade pela imprensa, políticos e empresários, até o final da década de 80, fosse o de ignorar a existência de problemas urbanos e com relativo sucesso, pois, a primeira vista, era difícil localizar as mazelas comuns às demais cidades, uma observação mais elaborada iria demonstrar que esse era um projeto cuidadosamente elaborado e colocado em prática há décadas para privar a cidade de tais horrores.

Tem sido consenso da historiografia local, no que eu particularmente concordo, que parte desse projeto embasava-se na justificativa de que os males urbanos eram causados pelos migrantes, elementos vindos de fora, trazendo com eles o caos social, pois, na prática, admitir que pessoas da cidade não conseguiram parte do “progresso” conquistado por sua elite é negar seus feitos de alguma forma, e isso tem custo político muito grande para ser assumido.

Mas sou de opinião que essa recusa não é uma anomalia a expressar-se somente em Uberlândia, pelo contrário, a história da cidade, o seu desenvolvimento e mesmo os projetos políticos que o nortearam prendem-se também ao próprio processo da urbanização brasileira e às suas contradições. Seu modelo de gestão e planejamento urbano não é obra singular de uma classe dirigente única deslocada de pensamentos e projetos maiores.

---

<sup>15</sup> “Sem tetos, ainda não há solução!”. **Triângulo**, 17 outubro 1991.

<sup>16</sup> SIMONINI, Giselda Costa da Silva. **Telefonia: Relação Empresa e Cidade – 1954-1980**. São Paulo: PUC, 1984. (Dissertação, Mestrado).

No Brasil, a partir da década de 20, diante do desinteresse dos investimentos privados na construção de cidades, seja na infra-estrutura viária e de serviços ou de construção de moradias populares, o aparelho administrativo do Estado passa, pouco a pouco, a assumir parcelas crescentes dos investimentos urbanos, buscando criar novas condições exigidas pela florescente produção industrial em seu processo de acumulação.<sup>(17)</sup>

A partir dos anos 30, especialmente, foi sendo montado o quadro dos problemas urbanos com que hoje a sociedade se defronta, pois a expansão cada vez mais rápida das cidades colocou como questão central, para a manutenção de seu crescimento econômico, a garantia de canais de comunicação dentro desse espaço, para dar abrigo aos fluxos crescentes de mercadorias e pessoas, principalmente, os trabalhadores, que foram se assentando nas áreas periféricas onde seu baixo poder aquisitivo lhes permitia. Para que os custos fossem mínimos, as exigências legais eram poucas. A clandestinidade dos loteamentos que seriam, na verdade, aqueles que o poder público desconhecia oficialmente dava a este a desculpa institucional para não instalar os equipamentos sociais necessários.

Nesse sentido, tem-se um fenômeno que Rolnik<sup>(18)</sup> vai chamar de “pacto territorial”, que surge paralelo à própria legislação urbana, que admite a existência de irregularidades, e até destina determinados espaços da cidade – normalmente, os espaços mais desqualificados, distantes, desurbanizados, longínquos – para essas ações ilegais acontecerem. A autora vai mais longe, afirmando o fato desse pacto permitir à maior parte das pessoas resolver seu problema de moradia por sua própria conta, e, ao assim fazer, não questionar o esquema político de dominação. Para Rolnik, esse pacto acaba tendo uma importância fundamental na política urbana e, particularmente, na política urbana municipal.

---

<sup>17</sup> Essa discussão acerca do processo de urbanização nos países latinos americanos, particularmente, o caso brasileiro, partindo de uma análise sobre a gestão urbana e maneira pela qual o Estado vai assumindo pouco a pouco a responsabilidade nos investimentos urbanos no Brasil, o papel da especulação imobiliária, o jogo de forças políticas, presentes na constituição e no planejamento das cidades brasileiras, está presente em: MALTA, Cândido. *Cidades Brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Ed. Nobel, 1989.

<sup>18</sup>ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A Construção dos Territórios Urbanos. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.º. 18,135-154, mai, 1999.

Assim, verifica-se que a maior parte do espaço urbano brasileiro teve origem, predominantemente, clandestina ou legalmente irregular, o que impossibilitou a criação de infra-estrutura e serviços necessários.

Na década de 70, o país viveu a euforia do chamado milagre econômico brasileiro, quando governo e empresários exultavam ao mostrar as taxas de crescimento da economia brasileira.

As condições políticas e sociais que viabilizaram este fato haviam sido desenvolvidas sob os auspícios da ditadura militar, e segundo Nadine Habert<sup>(19)</sup>, tal milagre econômico sustentou-se em três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, a ação do Estado, garantindo a expansão capitalista, e a entrada maciça de capitais estrangeiros.

Para a classe trabalhadora, o grande milagre foi sobreviver. Para aqueles trabalhadores expulsos do campo e de cidades menores, a cidade grande continuava sendo a saída.

Naquele contexto, a realidade da cidade de Uberlândia não era e não é diferente da maioria de outras cidades brasileiras. Se não se pode cair nas armadilhas das análises macro-estruturais, que diluem sujeitos históricos, projetos de vida e disputas políticas, que se dão no calor da hora, obedecendo a ritmos nem sempre inscrito *a priori* na teia das condições materiais objetivas; também não se pode ignorar o fato de que os processos de urbanização no Brasil, na América Latina e mesmo nos países de Terceiro Mundo estão inseridos dentro de uma lógica de desenvolvimento e expansão do capitalismo, principalmente se atentar para o fato de que esta é uma época em que a movimentação do capital desconhece regulamentações e fronteiras, em que alguns centros de poder orquestram políticas que mexem com a vida de milhares de trabalhadores no mundo inteiro, estejam eles no campo ou na cidade.

A estrutura delimita os planos da ação humana, mas não a elimina ou dirige num sentido único, afinal, homens e mulheres experimentam sua cotidianidade e decidem seus próprios caminhos mediante seus valores, crenças e expectativas.

---

<sup>19</sup> HABERT, Nadine. *A Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.

Retomar as experiências de vida dos ocupantes de terra em Uberlândia pode permitir a visualização da maneira pela qual as escolhas e as movimentações dos trabalhadores comuns encontram-se, confrontam-se, encaixam-se ou modificam-se nas condições macro-estruturais, à medida que colocam no cenário a pluralidade, a diferença, a dinâmica, as possibilidades e as disputas em contraponto às práticas discursivas ou não, que se pretendem hegemônicas na constituição da memória, da história, enfim, do fazer-se da cidade.

No cruzamento entre as evidências trazidas pelas fichas cadastrais, nos jornais e no relato das trajetórias de vida dos entrevistados é que surge, de forma significativa, a visão tecida no imaginário da cidade sobre a movimentação desses trabalhadores e suas expectativas de melhorar de vida em Uberlândia.

Na imprensa escrita, é possível acompanhar a visão do poder público com base em algumas reportagens e entrevistas muito reveladoras:

*“E eu recomendo que voltem para casa, para o local de onde vieram, porque essas pessoas saíram de algum lugar e vieram para cá pesar em cima da sociedade uberlandense”.*

(20)

A idéia de que os trabalhadores recém-chegados e sem qualificação profissional são um peso para a cidade está presente não só no discurso como nas práticas que serão encaminhadas em relação a essas pessoas, nas quais estará presente a força dos órgãos de atendimento, triagem e encaminhamento ligados ao poder público (Núcleo de Atendimento ao Migrante, ICASU, Secretaria de Ação Social, Abrigo Noturno Ramatis)<sup>(21)</sup>. Nos casos extremos, como o de uma ocupação, uma negativa em conceder a esses trabalhadores o acesso aos benefícios da cidade e que são

---

<sup>20</sup> “Virgílio afirma que não dará apoio a invasores sem teto”. *Correio do Triângulo*, 21 janeiro 1992.

<sup>21</sup> Sobre a constituição e as funções desses Órgãos ver: MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada - (Uberlândia - 1965 a 1980)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Dissertação, Mestrado); PETUBA, Rosângela. *Migrantes: trabalhadores nos descaminhos da História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997. (Monografia de Graduação)*.

responsabilidade do poder público, tendo sempre como base de sua justificativa o fato de que esses trabalhadores não são de Uberlândia e não produzem nada de positivo para a cidade<sup>(22)</sup>

Nas fichas de cadastramento, pode-se verificar, claramente, que quase todo os acampados do Bairro Dom Almir trabalhavam. Entre os homens, a ocupação mais comum era o de servente de pedreiro, e em seguida, o de carpinteiro, entre as mulheres, o de empregada doméstica e de ajudante de cozinha. No quadro geral das ocupações profissionais desses trabalhadores, podem-se encontrar serviços como: chapa, carvoeiro, dragas, freteiros, carroceiros, vigilantes noturnos, mecânicos, tratoristas, bóia fria, vendedores ambulantes, costureiras, ajudantes de confecção e uma expressiva quantidade daqueles que trabalhavam em serviços gerais.

Fica difícil compreender por qual mecanismo pessoas que já moravam há tanto tempo em Uberlândia, desempenhando um leque tão variado de atividades, pudessem, necessariamente, constituir-se num peso social para a cidade, a não ser, é claro, que se olhe do ponto de vista de que a existência de direitos de moradia, lazer, educação e outros para a classe trabalhadora são um fardo, à medida que se força uma redistribuição de renda pouca desejada pelos administradores municipais.

À Proporção que os depoimentos fluíam, ia-se percebendo a diversidade de tentativas desses trabalhadores em garantir um emprego nos mais diferentes ramos de ocupação:

*“Isso aí, foi um longo sacrifício, porque eu comecei quando eu vim prá Uberlândia primeiro emprego meu foi no Bar da Mineira de cozinheiro, dali eu fui prá transportadora Rezende da transportadora Rezende eu fui para a Tiresólis e de lá eu fui prá Alugalto, e depois eu trabalhei num posto, aí depois eu montei uma firma de dedetização aí foi ficando difícil eu peguei deixei a firma e fui procurar emprego...”*

(23)

---

<sup>22</sup>O teor da relação estabelecida entre a Prefeitura Municipal e os trabalhadores ocupantes de terra do Bairro D. Almir é melhor discutida no Capítulo III.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Sebastião Corrêa Mendonça, Uberlândia, maio de 1999.

João Batista tem uma trajetória semelhante, na época da entrevista, estava desempregado há quase dois anos, mas ele é pedreiro, trabalhou como motorista de caminhão durante dezoito anos e só parou por que a Carteira de Habilitação venceu e ele não conseguiu tirar outra, também trabalhou como tratorista, cuidou de fazendas e foi cozinheiro.

José (Zé) Brito, na época dessa entrevista, já morava em Uberlândia havia vinte e cinco anos. Na sua trajetória de vida, trabalhou fichado como vigia, guarda-noturno, pedreiro, cuidou de fazendas, trabalhou no DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) e foi morar na favela quando perdeu o emprego, e logo depois ficou doente.

Para as mulheres, a realidade de trabalho em Uberlândia sempre foi a de serviços domésticos, serviços gerais em algumas empresas ou mesmo bóia fria nas fazendas vizinhas.

Diante da falta de emprego fixo, a maioria delas executam trabalhos esporádicos como faxinas, lavagem e passagem de roupas, para ir sobrevivendo e, em alguns casos, o dinheiro desses trabalhos é a única fonte de renda de suas famílias, pois muitas delas vivem sozinhas com os filhos, têm os maridos desempregados ou na mesma situação de prestação de serviços temporários.

O trabalhar na cidade é uma experiência encarada com diferentes visões. Para alguns, apesar de todas as dificuldades, *“Eu gosto, prá ser franca com você! Olha em primeiro lugar, aqui a cidade é grande, se não deu jeito prá você num tipo de serviço... eu gosto porque aqui tem muito jeito da gente sobreviver com o pouquinho que a gente sabe”*.<sup>(24)</sup>

Em outras falas, a condição do morador pobre da cidade aparece, inclusive, na privação do próprio direito de trabalhar:

*“olha, o descontrole por causa da situação financeira aparece por muitos motivos, uns vai no desespero, às vezes o cara tá parado, ele num tem uma marmita prá comê , às vezes ele tem um serviço de quinze, vinte reais por dia e ele num vai lá trabalhá no pesado sem marmita... aqui*

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Maria Joana Lima, Uberlândia, outubro de 1999.

*aconteceu do cara arrumá serviço e não ir pro serviço porque num tinha uma marmita prá fazer o sustento dele”.*

(25)

No campo de representações sobre a condição de trabalhador, a indignação e resignação mesclam-se nas falas:

*“agora, a pessoa também que não tem boa profissão, não tem estudo, vem prá cidade, só vem prá pená, num dá conta de construir, num dá conta de pagá aluguel, só sobra favela!”.*<sup>(26)</sup>

Ao mesmo tempo em que há um reconhecimento das desvantagens inerentes à falta de qualificação profissional e das dificuldades em se conseguir condições de viver e morar com dignidade, a reafirmação de ser trabalhador, e mesmo assim não ter alcançado qualidade de vida, permanece com uma pergunta e uma constatação indignada:

*“Ainda mais eu sabeno que eu sou uma mulher trabalhadora ... eu falo por mim e meu marido, porque nós enfrentou serviço de roça, com chuva, com sol.. sabeno que nós trabalhou tanto , mais tanto mesmo com honestidade, com dignidade e depois nós passá por uma parte dessa... num é fácil”.*<sup>(27)</sup>

É no diálogo com essas experiências que considero possível recuperar o processo histórico do vir, do morar e do viver na cidade onde vários projetos políticos individuais e/ou coletivos defrontaram-se, e também buscar a oportunidade de resgatar, por meio dos depoimentos, a maneira como o ato de ocupar terras tomou corpo e concretizou-se dentro

---

<sup>25</sup> Sebastião Corrêa , mai./1999.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por José Brito, Uberlândia, fevereiro de 1996.

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Luzia Valquíria da Silva, Uberlândia, outubro de 2000.

de um campo de possibilidades diversas, as quais não se podem determinar com exatidão.

Nas falas dos entrevistados, ocupantes de terra, na sua maioria provenientes de pequenas cidades vizinhas ou de áreas rurais próximas a elas, vai ficando claro que as razões da vinda e da permanência na cidade grande prendem-se a um conjunto de expectativas que tiveram início com as imagens que muitos formaram sobre a cidade pelos noticiários e conversas com parentes e amigos.

*“eu ouvia muita gente falá, gente que morava aqui, às vezes ia passeá lá, falava –“Gente, Uberlândia é um lugar assim, uma cidade grande, uma cidade boa; muito... muito gostosa!”<sup>(28)</sup>*

Dona Maria veio de Capinópolis-MG, em 1979. Ela nasceu e criou-se na roça, sempre trabalhando nas lavouras de arroz, algodão, café, depois trabalhou no comércio, mas as coisas não deram certo, e ela, atendendo ao chamado do irmão, resolveu vir tentar a vida na cidade grande.

Seu Gercino de Arco-PE, veio de carona com a mulher e quatro filhos e traz em sua fala um pouco dessa imagem trabalhada pela mídia:

*“Uberlândia é falada no Brasil inteiro, de bom nada de ruim, o povo vê em rádio, televisão, que Uberlândia é bom, é isso, é aquilo e parte prá Uberlândia, e o Prefeito não vai dá conta de tirá não”.<sup>(29)</sup>*

Dona Felismina saiu de Porteirinha-MG, e também expõe as expectativas com as quais veio para a cidade “...o povo falava assim que aqui era muito bom, que o povo ajudava, num tinha ganância com nada, né?”.

---

<sup>28</sup> Maria Joana, out./1999.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Gercino Bezerra, Uberlândia, novembro de 1995.

Essa imagem de Uberlândia como sendo portadora do atributo da modernidade e que vive, desde sua fundação, uma “infindável época de ouro” não parece ser uma construção recente<sup>(30)</sup>, entretanto pude perceber que, a partir da década de 70, a imprensa local vai trabalhar como dois discursos diferentes e apenas aparentemente contraditórios.

O primeiro persiste na reafirmação de Uberlândia como sendo um pólo desenvolvimentista:

*“O desenvolvimento de Uberlândia é hoje uma realidade tão latente que embora os meios de comunicação façam sua divulgação em caráter precário, já chegou aos ouvidos de diversos grupos financeiros que querem investir seu dinheiro em lugares progressista”.*<sup>(31)</sup>

O segundo expõe aquilo que a imprensa local iria chamar de sérios e complexos problemas municipais: as favelas, apontadas como um mal da cidade que cresce, e, mais interessante, sinalizando o fator considerado como razão da existência dessas favelas:

*“(...) felizmente esses núcleos paupérrimos não tem crescido ultimamente, graças ao trabalho de erradicação da mendicância. Verifica-se, portanto, que é raro o aparecimento de novos favelados, pois de outras cidades não permanecem pedintes em Udia”.*<sup>(32)</sup>

Digo, aparentemente contraditórios, porque, embora exista um esforço contundente das classes dominantes em dissociar miséria e riqueza como faces da mesma moeda, as cidades expressam as tendências

---

<sup>30</sup> Sobre esta afirmação ver: ALEM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política de Uberlândia. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia: UFU, n.º. 4, jan./jun, 1991, p. 79-102. Onde o autor aborda a construção da imagem e da representação de Uberlândia como uma cidade progressista, desenvolvimentista, mediante a elaboração de um discurso nativo que tem por objetivo incorporar e silenciar os novos sujeitos políticos que tendem a colocar em xeque o poder político das elites locais.

<sup>31</sup> “Uberlândia desenvolvimentista.” *Tribuna de Minas*, Uberlândia, n.º. 1312, 19/05/73.

<sup>32</sup> “Locadores formam favelas.” *Tribuna de Minas*. Uberlândia, n.º. 842, 29/07/72.

contraditórias do capitalismo moderno no qual grande riqueza e grande pobreza crescem lado a lado.

É muito interessante perceber como a imagem da “cidade promessa” perpassa o tempo, persistindo, através dos anos, num campo de representações sobre a vida urbana, e criando expectativas muito parecidas nos trabalhadores que aqui aportam em busca de melhores oportunidades de vida. Entretanto a imagem do que vem a ser “melhores oportunidades de vida” pode ser entendido de várias maneiras e prendem-se a uma série de expectativas formadas pela própria vida nos locais de origem.

Muitos dos entrevistados deixam claro em seus depoimentos que vieram por causa da propaganda de que aqui tinha muito serviço, muito emprego, pois, junto com a esperança de arrumar um bom emprego, existia o desejo de viver melhor, dar mais conforto para a família, pôr os filhos para estudar, cuidar da saúde, conhecer coisas novas e ter acesso a alguns bens de consumo.

Nos depoimentos, vai-se percebendo, claramente, que os trabalhadores trazem na mudança não apenas os sonhos do novo, mas valores que compõem modos de vida e dos quais, mesmo morando em cidade grande, não pretendem abrir mão, pois a busca de mudanças pressupõe justamente um código de valores e expectativas sobre o que vem a ser qualidade de vida e como se espera alcançá-la.

*“Eu vim de carona e cheguei até São Paulo, de São Paulo não gostei porque fui roubado três vezes, vim embora prá Uberlândia, e Graças a Deus aqui eu tô tendo sossego, entendeu?”.*<sup>(33)</sup>

*“Eu falei que não ia para Belo Horizonte que eu já morei lá e é muito corrido, já morei em São Paulo, muito corrido, aí eu vi falá que em Uberlândia, era um lugar mais sussegado da gente morá, tinha mais gente dos interior e aí a gente veio prá cá”.*<sup>(34)</sup>

---

<sup>33</sup> Gercino Bezerra, nov/1995.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Felismina Pereira dos Santos Alves, Uberlândia, abril de 1999.

Como se pode perceber, a vontade de ter sossego e segurança, que são características comumente apontadas na vida da roça e das cidades pequenas, vêm junto com esses trabalhadores e compõe o seu universo de escolhas.

Outro valor muito presente é o desejo de dar estudo para os filhos:

*“Aqui em Uberlândia vou conseguir o estudo deles (os filhos) todinho... mas só que lá dentro de Itumbiara, eles não ia conseguir, ia ficar burro prá toda vida, nem professora lá tá existindo”.*<sup>(35)</sup>

Esse desejo traz implícita uma trajetória marcada pela dificuldade de se estudar, pelo pouco grau de estudo e até pelo analfabetismo.

*“... a minha mãe pôs nós no serviço cedo, tanto que eu num sei lê, num sei escrevê, não assino nem meu nome .Nunca ninguém em fazenda que é onde eu trabaiava desde os sete anos, ninguém quis me ensiná a ler, ninguém... fez falta, fez muita falta, demais da conta mesmo!”.*<sup>(36)</sup>

Mesmo para aqueles que sempre moraram na cidade, o acesso ao estudo foi marcado por dificuldades e desistências.

*“... então nós num tinha condição não tinha condição financeira, e eu tive de parar de estudar, eu por exemplo, levantava cinco horas da manhã, chegava seis horas da tarde, trabaiava em caminhão de bóia fria, trabaiava em lavoura de eucalipto e pinho a 30, 60 Kms, aquela dificuldade danada aí eu resolvi pará de estudá, tentei um supletivo, mas num dei seguimento e logo comecei a trabalhar de pedreiro com meu pai, eu tinha treze ano de idade”.*<sup>(37)</sup>

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Maria das Graças da Silva, Uberlândia, abril de 1996.

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Maria Abadia Francisca de Jesus, Uberlândia, abril de 1999.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Djalma Moraes de Souza, Uberlândia, abril de 1999.

Quase todos os entrevistados não alcançaram a quinta série, mas todos mantêm ou fizeram muito esforço para manter os filhos na Escola, sendo muito significativo o fato de, nos depoimentos colhidos acerca das conquistas para o Bairro Dom Almir, o Ensino de Primeiro Grau configurar-se como uma das maiores vitórias.

Nesse mesmo sentido, aparece a questão do acesso à saúde, pois a tristeza pelos filhos mortos no parto, as longas caminhadas com os doentes até “a beira da Br”, a lembrança dolorosa dos pais e dos maridos, que morreram por falta de atendimento e acompanhamento médico em tempo hábil, contrapõe-se ao orgulho expresso nas falas sobre a conquista do postinho de saúde para o bairro e delinea o complexo universo de valores no qual a cidade toma forma e visibilidade para esses trabalhadores.

Nessa intrincada “colcha de retalhos”, tecida por fragmentos de lembranças, memórias reavivadas pela fala e redimensionadas pela experiência vivida a posteriori, os relatos da infância, dos primeiros tempos de casamento, de viuvez, do dia-a-dia na roça permitem refletir sobre o que é e o porquê de morar na cidade para essas pessoas. Assim é que, problematizados e relidos por experiências posteriores, os lugares de origem retornam, pois a vida em Uberlândia criou novas representações.

*“Eu vim porque eu tava na cidade, ela num tava dando prá mim... a gente tava quase passando necessidade, Lá quase num chove né? Sempre é um sequidão, num dá nada”. Planta, trabaia e num dá nada, né?”*.<sup>(38)</sup>

Como boa parte dos entrevistados trabalhavam em atividades rurais antes de resolverem partir para a cidade, os depoimentos que problematizam a situação de vida do homem do campo são freqüentes:

*“as coisa foi arruinando, os fazendeiro foi comprano, foi acabano as lavoura, o povo foi recolheno, recolheno o pessoal, aquele povo mais grande foi comprano as terra e só pono boi, boi, cabô as roça, né?”*.<sup>(39)</sup>

Haroldo veio para Uberlândia em 1979, morava em Piaçu-MG, era de uma família grande, tinha nove irmãos e todos trabalhavam na roça, o pai trabalhava numa máquina de arroz. Depois de casado, foi trabalhar carregando bóia fria para as lavouras de

---

<sup>38</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Haroldo da Silva, Uberlândia, outubro de 2000.

algodão da região. Sua fala traz a lembrança dos bons tempo quando havia serviço para todo mundo:

*“eu pegava o pessoal na rua, que fizeram um galpão lá, o prefeito dava até uma merenda pro pessoal de manhã, aí entrava dentro do caminhão e ía, dava uma cem, cento e vinte pessoas de cada vez... e era menino, muié, todo mundo e tudo ganhava, chegava no Sábado todo mundo recebia... era aquela festa!”*.<sup>(40)</sup>

Maria Joana também aponta para as mudanças ocorridas no campo e que afetaram diretamente a vida desses trabalhadores.

*“Uai, lá em Capinópolis era o seguinte nós morava nas fazendas, nosso serviço era enxada, capiná, panha de algodão, café ... e de lá foi ficando cada vez mais apertado, eles foi comprano só máquina, né? Foi tomano conta de tudo, trabalhano, fazeno o serviço, ,serviço que era braçal, que era das pessoas trabalhá prá sobreviver, eles foram pono a máquina né? Então resultado: aí resolvemo vim prá cá prá Uberlândia porque na época que nós viemo prá cá, o emprego aqui era muito fácil”*.<sup>(41)</sup>

Nessa mesma linha, aparecem ainda as relações de trabalho estabelecidas no campo:

*“Não, esse num é justo, né? Esse é errado, porque ele tinha que doer na consciência assim... como o meu marido deu duro doze ano na fazenda dando lucro prá ele, cuidano de porco prá ganhá três mil réis, três pratinha, naquela notinha pequenininha, uai! E ele num teve consciência de dar nada pro meu marido, de dar nem uma groja pro meu marido e viu que meu marido quase morreu lá... saímo disso aí abanano a poeira da bunda e doente... acabou a saúde, ficou tudo enterrado lá, a saúde do meu marido lá na fazenda dele”*.<sup>(42)</sup>

---

<sup>40</sup> Haroldo da Silva

<sup>41</sup> Maria Joana, out./1999.

<sup>42</sup> Maria Abadia, abr./1999.

Outras dificuldades são apontadas:

*“Eu trabalhava lá fora e eu dormia sem janta, num foi um dia nem dois não, trabalhei quatro anos prá Prefeitura , maior parte era dormir sem comer e molhado no mato, bater enxadão, ficar carregando carrinho de terra, prá servir prefeitura, governo e eu na mão”.*<sup>(43)</sup>

Depoimentos como esses trazem, mais uma vez, para o bojo das discussões, a possibilidade de visualizar de que forma as condições macro – estruturais foram importantes nas escolhas e no processo de produção de experiência desses trabalhadores, deixando perceber como as condições e/ou as contradições inerentes às relações produtivas capitalistas foram vivenciadas e tratadas por esses sujeitos históricos.<sup>(44)</sup>

Nesse narrar de vivências anteriores, a memória aparece como um processo vivo de lembrar e esquecer e influi na maneira pela qual as pessoas organizam sua vida cotidiana, o seu espaço doméstico, seus tempos de trabalho e lazer, seus hábitos de vizinhança, enfim, na maneira como constituem seu código de valores e tecem os elos entre si e os lugares onde moram.

Na combinação desses elementos, constroem-se modos de vida nos quais se articulam tanto os costumes, práticas e valores de vivências anteriores, algumas delas no meio rural, como se explicita a busca concreta de alternativas para as situações de privação trazidas pela vida na cidade grande.

Assim, é muito comum nas casas dos entrevistados a existência de criação de galinhas e porcos em espaços exíguos, o fogão de lenha ainda está presente em algumas cozinhas, muitas plantas e árvores frutíferas espremem-se em quintais onde também aparecem latas partidas ao meio e plantadas com cebolinha, hortinhas domésticas para complementar o arroz com feijão. Erva cidreira, hortelã e poejo são plantados à beira dos tanques de lavar roupa (para aproveitar a umidade constante) e relembram os costumes da roça de se tratar com as ervas medicinais – costumes dificilmente esquecidos, principalmente, pelos mais velhos, mas que também demonstram a dificuldade de acesso aos remédios e à medicina convencional dentro do espaço urbano.

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida por José Bento (Betim) Queiroz, Uberlândia, março de 1996.

<sup>44</sup> Reflexão inspiradora a esse respeito se encontra em: THOMPSON, E. P. O termo ausente: Experiência. Op. cit., 1981.

A lembrança da fartura do paiol cheio de milho, de sacos de arroz e feijão, dos porcos gordos no chiqueiro, da vendas dos ovos como forma de complemento no orçamento apontam para uma certa alternativa que se tinha ao viver no campo e que o universo urbano, com sua lógica sanitária, não permite vivenciar a não ser de forma “clandestina ou informal”.

Nos depoimentos, entrecruzam-se visões positivas e negativas, das mesmas falas em que surgem o sentimento de vitória e conquista também surgem as contradições, as decepções.

A dureza da vida em outros locais também é atenuada pelas lembranças de um viver mais sossegado, com mais respeito entre as pessoas e, principalmente, com mais fartura. A lembrança da abundância aparece com muita frequência nas falas dos entrevistados que vieram de regiões rurais e funciona como um fato atenuante ou compensador para as outras dificuldades vividas.

*“Com toda dificuldade, sofreno demais, encontrava patrão ruim, outros bom, mas mesmo assim ainda era melhor do que na cidade porque nós tinha fartura quando nós morava na fazenda, tinha fartura porque nós colhia arroz, feijão, milho, criava muita galinha...”* <sup>(45)</sup>

Haroldo, embora morasse na cidade, lembra-se dessa época como sendo boa, pois todo mundo trabalhava nas colheitas e ganhava seu dinheiro, mas sua fala desvenda um outro lado dessa situação, a qual o levou a vir embora para a cidade:

*“a gente trabalhava seis mês e ficava seis mês parado, aí comia tudo o que ganhou nos seis mês passado, eu fazia economia, comprava trem demais e guardava no caixote... mas aí as coisa foi arruinando, inclusive eu fiz até uma intenção quando eu saí de lá, peguei as botina e os chapéu*

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida por Maria Divina Santos Souza, Uberlândia, novembro de 2000.

*enfiei na cabeça do liqüidificador e falei assim: - De hoje em diante eu num trabaio na roça mais!”.*<sup>(46)</sup>

A mesma vontade de ficar também é a de partir, o querer estar na cidade mescla-se à saudade e à vontade de se voltar a viver na roça, e é nesse universo de contradições que escolhas são realizadas.

*“...ele tava muito doente, vivia inchado direto e nós tinha medo demais dele inchá e nós tá morando na roça... aí depois que ele apresentou muito doente assim, nós veio prá cidade e num voltou prá roça mais não... eu num achei nada bão... se ele tivesse mais saúde eu tinha apoiado ele de ir prá uma fazenda trabaia... de três coisa eu fazia uma, qualquer uma me servia: mexer com queijo e requeijão ou senão prá cuida de galinha ou senão prá arranjar uma fazeção de sabão”.*<sup>(47)</sup>

Essas práticas no cotidiano dos lugares de moradia desses trabalhadores fazem do espaço urbano habitado por eles um espaço diferenciado, onde convivem modos de vida não vislumbrados nos projetos de cidade que se pretendem hegemônicos. As práticas as quais o poder público, em nome da saúde, do embelezamento e da racionalização dos espaços, tenta extirpar do cotidiano urbano, por não se adequarem a visão que se tem da cidade, expressam traços característicos da própria trajetória de vida desses moradores e atuam, em muitos momentos, como fatores de resistência e preservação de uma certa identidade, no sentido de estabelecerem um elo com experiências anteriormente vivenciadas.

Esses traços constituem a fisionomia da cidade, fazem parte dela, pois, retratam os sujeitos que a vivenciam. Sendo assim, não se afiguram como “desvios”, deformidades e imperfeições do cenário urbano, no qual atuam como elementos constituintes e não descaracterizadores.

Para essas pessoas, o mundo urbano vai tomando forma e materialidade não apenas relacionadas às condições objetivas e concretas, mas também partindo da própria

---

<sup>46</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>47</sup> Maria Abadia, abr./1999.

percepção daquilo que é significativo como anseio de vida para eles. Nesse ponto, a nova vida também trouxe os seus desencantos, pois tais anseios nem sempre foram realizados.

*“Ah... na cidade nós passô muito trabaio sô... porque ele sem serviço, quereno trabaia e num guentava porque tava muito doente,né? E ele mesmo doente , pegano serviço de guarda e nós passano muita falta, falta de comida, dinheiro prá pagá aluguel e ele ficano mais e mais doente”<sup>(48)</sup>*

À medida que os depoimentos fluíam outras dificuldades do dia a dia iam emergindo das falas: “... tem dia que até o gais acaba e nós num tem dinheiro de pagar, tem que cozinhar na lenha, na fumaça, igual cozinha lá no Nordeste véio mesmo”.<sup>(49)</sup>

As dificuldades de acesso ao centro da cidade, de arrumar vagas nas escolas e, principalmente, de arrumar emprego são as maiores responsáveis pela frustração desses trabalhadores, pois vão ao cerne de suas expectativas de conquistar uma vida melhor.

*“... e num teve mais serviço, quando aparece é essa limpeza de rua, mas gente é demais, num chega prá todo mundo né? Prá mulher quando aparece é um servicinho de um salário, às vezes a mulher tem seis, oito filhos, quê que um servicinho de um salário dá, né? Quê que cê faz com um salário hoje?”<sup>(50)</sup>*

Assim, nota-se que esses homens e mulheres, ao trilharem os muitos caminhos da vida urbana, deixaram suas marcas, suas impressões em locais, muitas vezes, ainda invisíveis ao olhar menos atento, mas isso não impediu que, em determinado momento, essas muitas andanças confluíssem em uma única direção, assumindo o significado e a importância de um evento histórico no fazer-se dessa cidade.

---

<sup>48</sup>Idem.

<sup>49</sup> Gercino Bezerra, nov./ 1995.

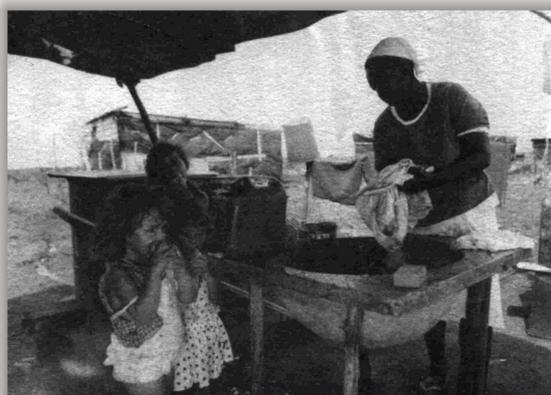
<sup>50</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

## CAPÍTULO II

### OUTROS CAMINHOS:

#### Rumo à Ocupação

*“Ocê deitá na cama... sabê que cê num tem um emprego, seu filho num tem um emprego, seu marido num tem um emprego, o homi amanhã vem te recebê o aluguel... cê num tem de onde tira esse dinheiro, esse é o que é o mais difícil!”.*<sup>(51)</sup>



*“Então, Deus deixou a terra pro povo, Deus parada, sem num ocupá não, né?”.*<sup>(52)</sup>

---

<sup>51</sup> Ireny, abr./1999.

<sup>52</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

Os trabalhadores que resolveram ocupar terras no Parque São Jorge IV, no início da década de 90, já viviam e trabalhavam em Uberlândia há muitos anos. O capítulo I acompanhou essas vivências, as lembranças de vida em outros lugares, os motivos da vinda para Uberlândia, e suas expectativas satisfeitas ou frustradas em relação ao trabalho, educação, saúde e moradia. No acompanhar dessas trajetórias, percebeu-se que, independentemente da naturalidade ou dos anos de moradia na cidade, as experiências vividas no espaço urbano foram muito próximas para todos eles. Tratava-se de um conjunto de expectativas recheado de imagens e significados sobre a cidade, e apontaram a maneira pela qual, no decorrer dessas vivências, a moradia foi se constituindo um problema e tomar posse de terras uma solução.

*A decisão de ocupar terras traz em si as muitas caminhadas no cotidiano da cidade, a impossibilidade de estudar ou de pôr os filhos na escola, a dificuldade de arrumar emprego por falta de estudo, a solidão e o desamparo da viuvez, o constrangimento de morar de favor e olhar a casa boa dos outros, viver mudando de casa em casa, porque o aluguel sobe e o salário não, acordar de manhã e não ter água pra fazer um chá para dar aos filhos, o medo da doença e da velhice chegarem e não se ter para onde correr, onde ficar somam-se e fundamentam a vontade de ter um pedaço de chão, um teto para morar.*

No presente capítulo, a decisão de ir para a ocupação, a transferência para a área do atual bairro Dom Almir e os problemas enfrentados pelos ocupantes de terra no seu cotidiano, bem como a busca de soluções materiais e/ou políticas para eles constituem-se no objeto deste estudo.

*Como já foi dito, o objeto de estudo do presente trabalho centra-se apenas nos dois primeiros movimentos de ocupação realizados por esses trabalhadores, o do Parque São Jorge IV (Vila Rica), em 1990, e do D. Almir I, em 1991.*

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na luta pela sobrevivência na cidade, a decisão de ir para uma ocupação não foi fácil para nenhum deles.

Djalma, 38 anos, pedreiro, morou 20 anos em Uberlândia na mesma casa no Bairro Tibery. Em 1983, os pais venderam a casa e foram

embora para Goiás trabalhar de roça, mas a empreitada não deu certo e, em 1989, a família estava de volta.

*“...aí quando foi em 89, eu já casado né? já com mulher esperando um filho... aí nós foi mora num comodozinho lá no São Jorge... aí eu fui trabalhá, tô trabalhano, quando chego em casa a muié foi capina o terreno lá, disse que ia invadi o terreno lá, que tava todo mundo lá, aí eu peguei e entrei nessa...”<sup>(53)</sup>*

Irene era empregada doméstica na época, ouviu falar da ocupação “...eles falaram que era umas terra, que a gente podia chegá e cercar uns terreno prá gente...” pensou que era terra como muita facilidade, bom demais para ser verdade, mas morando de aluguel com sete filhos e um marido desempregado, resolveu enfrentar.

Nas falas, ia ficando claro que o móvel maior da ida para a ocupação foi a vontade de sair do aluguel, ter um pedaço de chão para morar. Dos entrevistados, muitos estavam empregados, outros moravam com parentes. Nos casos das famílias de Haroldo e Divina, eles trabalhavam e moravam numa carvoeira perto de Uberlândia e foram para a ocupação quando ouviram a notícia pelo rádio.

Felismina e o marido estavam há um mês sem trabalhar, morando de favor na casa do cunhado no Bairro Tocantins, e a notícia da ocupação veio por intermédio de um sobrinho:

*“\_ ‘Lá no D. Almir é barraca de lona, se a senhora interessá a senhora vai’ (...) e foi nesses causos que eu tô te falano, que se a gente ficasse nos barracos adquiria terreno e eu tinha vontade de adquirir o meu terreno, porque fica de porta em porta num dá, né?’.”<sup>(54)</sup>*

---

<sup>53</sup> Djalma Moraes de Souza, abril/1999.

<sup>54</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

Sebastião, mora em Uberlândia desde 1972 “... eu *tinha três filhos... sempre morando de aluguel toda vida, fiz inscrição na EMCOP (Empresa Municipal de Construção Popular) e mais em outros lugares e nunca saiu nada... e o desespero tem hora que faz sapo pular cê sabia?*”.<sup>(55)</sup>

Maria Abadia, que sempre morou na roça, veio para a cidade quando o marido doente com o mal de Chagas não pode mais trabalhar no pesado, morou no Tibery, morou no Custódio, “*nóis mudava igual pé de cebola minha filha!*”. Depois da morte do marido foi morar sozinha, no bairro Custódio Pereira:

*“... e a casa que eu morava tava toda rachada e quase caindo em cima de mim e eu pelejei pro dono arruma e ele dizia que não ia arruma porque ele queria derruba e era prá eu sair... aí eu fiquei doidinha da cabeça e o meu menino dando em cima prá eu vim prá cá e eu vim”*.<sup>(56)</sup>

Divina, 48 anos, diz que ficou sabendo da ocupação por meio de um amigo de seu marido, que, na época, trabalhava numa carvoeira. Sua fala traz à tona outras razões que a levaram para a ocupação:

*“... uai... ele falou que eles tava invadino chão lá, né? aí perguntou se nós num tinha casa, num tinha um lugar assim... morava mais em fazenda, num tinha escola pros menino, né?”*.<sup>(57)</sup>

*João Batista, morava no Bairro Tibery, em Uberlândia, e estava trabalhando na construção da sede de uma fazenda em Tupaciguara, quando viu a reportagem sobre a ocupação e resolveu voltar. Segundo ele e a esposa, era a chance que eles tinham de adquirir alguma coisa dentro da cidade.*

---

<sup>55</sup> Sebastião Corrêa Mendonça.

<sup>56</sup> Maria Abadia, abr./1999.

<sup>57</sup> Maria Divina Santos Souza.

Em agosto de 1990, iniciou-se a ocupação da área no Parque São Jorge IV, pertencente ao poder público municipal. A área ocupada foi batizada pelo nome de Vila Rica.

Tanto na documentação escrita quanto nos depoimentos colhidos, não foi possível perceber a existência de uma prévia organização dos trabalhadores para ocuparem o terreno ou mesmo a atuação de algum movimento organizado para este fim. A afirmação que persiste nos relatos é a de que os primeiros foram para lá porque estavam praticamente na rua, sem a mínima condição de pagar aluguel, e os demais ficaram sabendo da existência da ocupação por vizinhos, parentes, meios de comunicação ou mesmo por intermédio de outros acampados.

As primeiras notícias sobre a atuação de Partidos, Movimentos Populares, Entidades, Igrejas e outros aparecem já no momento dos primeiros enfrentamentos com o poder público.

Mas o problema de ocupações de terras urbanas não foi inaugurado em Uberlândia pelos acampados do Parque São Jorge. Ainda que não tenha havido prévia organização, é possível acatar a afirmação de que os trabalhadores sabiam – até por experiências anteriores na própria cidade – de que ocupar terras urbanas era uma forma de pressão política para as autoridades do Município, se assim não fosse, por que ocupariam justamente uma área vazia e pertencente ao poder público municipal?

Os ocupantes permaneceram lá mais ou menos uns quarenta e cinco dias, até ser emitido um documento de reintegração de posse, o que gerou, por parte ocupantes, uma resistência no intuito de não sair do local sem negociar uma outra área para seu assentamento, sendo formada uma comissão de frente para negociar junto à Prefeitura. Essa resistência aliada à mediação de outros setores e movimentos sociais (Igreja Católica, Centro de Direitos Humanos, PT e sindicatos), pressionou a Prefeitura Municipal de Uberlândia no sentido de transferir os ocupantes para outro local, garantindo o acesso a lotes de terra.

A transferência aconteceu sob forte pressão para a área de uma fazenda da família Costa Azevedo, em processo de inventário e disputa

dos herdeiros. Foi diante de toda essa problemática que as famílias foram para a área onde hoje se situa o bairro D. Almir.<sup>(58)</sup>

Um ano após a transferência dos moradores originários do Vila Rica, uma outra ocupação iniciou-se numa área paralela ao Bairro. O número de famílias dessa segunda ocupação chegou a seiscentos e oitenta e a área ocupada por elas foi chamada de D. Almir II.

Posteriormente, essas famílias foram transferidas para um novo bairro: Seringueiras, permanecendo no local apenas setenta e duas, que foram incorporadas ao restante do Bairro.

Mas a história da ocupação dessa área urbana estava longe de terminar. Em 1997, um dos herdeiros da fazenda loteou ilegalmente uma área pela qual os moradores pagaram, mas de que não receberam nenhuma documentação. Como era de se esperar, a Prefeitura recusou-se a instalar ali os equipamentos urbanos necessários, esses moradores utilizam-se dos serviços de água, luz e outros de forma “clandestina”. A essa área eles deram o nome de Jardim Prosperidade. Quase simultaneamente, novos barracos de lona tomaram conta da paisagem, os trabalhadores sem teto tomaram novas áreas do local conhecidas na cidade como favela do Prosperidade ou do Bairro D. Almir, mas batizadas pelos seus moradores com o nome Joana D’arc. Recentemente, no dia 02 de janeiro de 2001, uma nova ocupação, com mais ou menos cem famílias, aconteceu num dos últimos espaços vagos da antiga fazenda.

*Ao decidirem ir para a ocupação, fosse no Vila Rica ou já no bairro D. Almir, os trabalhadores, além do medo da polícia, dos roubos, de perderem o emprego, a preocupação como bem-estar dos filhos, também tiveram que enfrentar a condenação e a vergonha dos parentes, dos filhos e dos amigos. Divina conta que suas filhas, num primeiro momento, não a acompanharam para a ocupação por vergonha de ter a mãe morando em barraco de lona, o mesmo aconteceu com o filho mais velho de Sebastião.*

*Durante o processo de ocupação, o mais difícil foi conviver com a pecha de invasor e com toda a discriminação impressa nesse termo. A maneira como os ocupantes eram vistos, e o quanto havia de negatividade na palavra, fica muito clara*

---

<sup>58</sup> Todo esse processo também pode ser visualizado, pelos noticiários da imprensa local, mais especificamente: Jornal *Correio do Triângulo*. Edições de julho de 90 a agosto de 90.

*na fala do líder do Prefeito na Câmara naquela época “... nós recebemos uma Comissão de moradores aos quais preferimos denominar acampados para não melindrar as pessoas”.*<sup>(59)</sup>

*Nas falas a esse respeito, observa-se o quanto o fato de ocupar terras alheias foi difícil para essas pessoas, que, em sua grande maioria, têm como valor o trabalho e cujo sentimento de decência e honestidade passa pelo adquirir com o suor do próprio rosto.*

*“É porque eu tava errada, eu sentia que eu tava errada, mas eu num tinha como porque eu tava sozinha... então eu acho errado, porque ninguém pode pegá nada assim dos outros de graça, eu mesma vim mais eu sabia que eu tava errada!”.*<sup>(60)</sup>

*Maria Abadia trabalhou a vida inteira junto com o marido cuidando de fazenda para os outros, antes do marido adoecer e eles virem para a cidade, moraram numa fazenda durante vinte anos, e, ao saírem, foram aconselhados a entrar na justiça, mas se negaram, por acharem que isso “não era direito”.*

*João Batista, Haroldo, Sebastião e Divina também trabalharam muito tempo em fazenda, como caseiros, tratoristas e mesmo empreiteiro de serviços. Para todos eles, o maior desejo, ao partirem para a luta, sempre foi conseguir o loteamento e pagar pela posse da terra, inclusive, alguns alegam que vieram para a ocupação enganados, sem saber que a terra era dos outros.*

*O fato dessa alegação ser verdadeira ou não é menos importante do que perceber a necessidade de apresentar justificativas para ocupação sob o ponto de vista da honestidade e do direito, porque esses mecanismos trazem arraigada a noção de legitimidade da propriedade privada da terra e também o fato de que essa noção de legitimidade envolve valores acerca do que é ser honesto, trabalhador e decente.*

*O fato de “invadir” só se justificava pelo extremo da situação vivida, para a qual já não havia mais outra saída.*

---

<sup>59</sup> “Sem teto, ainda não há solução”. **O Triângulo. Uberlândia, 17/10/91.**

<sup>60</sup> Maria Abadia, abr./1999.

“... por essa razão, nós ser invasor, que nós viemo pra cá de invasão, claro que nós veio mesmo... nessa situação!... por que? Todo mundo são pobre, ninguém tinha dinheiro guardado, lá mofando prá poder invadir terreno de ninguém não... todo mundo veio prá cá a procura de um jeito prá morar, prá ter um sossego, um lugar fora do aluguel...”<sup>(61)</sup>

Invadir e ocupar são dois conceitos que podem até se firmar no mesmo ato concreto, mas que carregam em si conotações políticas e morais completamente diferenciadas.

O primeiro é tipificado no Código Penal como “esbulho possessório visando à obtenção de vantagens econômicas ou financeiras”. Invadir é ferir o direito “sagrado” à propriedade previsto em Constituição.

O segundo, forjado na própria dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra seja ela urbana ou rural, legitima-se a partir da discussão da função social da terra<sup>(62)</sup>. Terra vazia não é terra invadida, é terra ocupada para cumprir seu fim social, visto que o ato em si não visa ao enriquecimento ou ao aproveitamento pessoal.

Essa diferenciação está na base da justificativa da ocupação e é retomada nas falas hoje, quando as pessoas se justificam dizendo:

*“Porque nós ta aqui e eu quero que fique todo mundo sabendo de um detalhe, que eu acho que todo mundo que veio prá cá naquela mesma ocasião, todo mundo veio com a mesma intenção: de pagar, de pa-gar! Ninguém quer nada de graça, não!”*.<sup>(63)</sup>

---

<sup>61</sup> Maria Joana, out./1999.

<sup>62</sup> Uma análise da evolução ou do retrocesso do uso social da propriedade, principalmente, no que se refere à terra urbana, nos últimos 50 anos, no Brasil, pode ser encontrado em: PESSOA, Álvaro. O uso do solo em conflito. *Debates Urbanos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. v. 1.p. 79-95.

Nesse texto, o autor aponta a impossibilidade real de dar continuidade ao programa habitacional brasileiro, ou dar trato, adequando ao crescimento de nossas cidades, sem solucionar a questão fundiária e precisar o que vem a ser o uso social da propriedade.

<sup>63</sup> Maria Joana, out./1999.

Embora não seja objeto do presente trabalho emaranhar-se nas teias do discurso jurídico sobre a questão da terra urbana, não se pode ignorar o fato de que, longe de se configurar apenas como superestrutura, aparato ideológico ou mascaramento da dominação de classe, a lei, como definição ou regras, é um espaço não de consenso, mas de conflitos e pode desvendar disputas e atritos na imposição da ordem social.<sup>(64)</sup>

As falas explicitam que não há um rompimento com a noção da propriedade privada, seja da casa ou da terra, mas deixam claro que há valores sobre os quais a propriedade ainda não adquiriu primazia, valores que emergem da experiência vivida, códigos não escritos, que, em determinados momentos, impõem à lógica da propriedade a lógica da vida e do trabalho.

Felismina diz que a Prefeitura não queria que o povo ficasse na terra, porque ela era de herança, em sua fala, questiona o direito a herança de uma terra pela qual nunca se pagou nenhum imposto, nunca se fez benfeitoria e tece comparações:

*“às vezes... cê tem uma casa ali, cê num paga nada dela, cê num faz nada por ela, cê deixa ela jogada lá, ela num é mais sua, é? E às vezes assim tem tanta gente no mundo precisano de um terreno, precisano de uma terra e fica essas terra aí tudo solta e depois morre prá quem é que essas terra vai ficá?”.*<sup>(65)</sup>

Muitos dos entrevistados apontam para o fato de terem trabalhado a vida inteira sem nunca ter tido a oportunidade de comprar um terreno ou uma casa e, de repente, se verem numa situação de terem que ir para uma ocupação, ficar debaixo de barraco de lona para conseguirem um lugar onde morar e ter sossego como uma situação que legitima a ocupação.

---

<sup>64</sup> Uma crítica excelente acerca da visão reducionista e estruturalista da lei como mero instrumento de dominação de classe, encontra-se em: THOMPSON. E. P. *Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.(Coleção Oficinas da História; v. 7). P – 348-361.

<sup>65</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

Djalma lembra-se da vez em que ocuparam a prefeitura com a palavra de ordem “*Não somos invasores, somos trabalhadores!*”. Na prática, o termo era fortemente repellido, quando associado á imagem de baderna, vadiagem e, principalmente, de roubo da terra, mas, mesmo quando não foi mais possível continuar a luta por meio da lei, ou seja, pela negociação de loteamento ou casas, as pessoas continuaram a ter um forte senso de transgressão legal.

Por outro lado, e realmente não acredito que isso seja contraditório, havia também uma a sensação de que o direito dos proprietários podia ser contestado diante da terra vazia.

Mesmo assim, em nenhum dos depoimentos colhidos houve a afirmação de se ser um ocupante de terra, ou o movimento ser visto desta forma, pelo contrário, a expressão utilizada o tempo todo era invasão.

Contudo é possível que a utilização de um termo em lugar do outro seja mais importante para mim do que para eles. Talvez para esses homens e mulheres, mergulhados em situações que envolviam sua própria subsistência e a garantia de seus direitos mínimos na cidade, fizesse muito pouca diferença se estavam ocupando ou invadindo. Sua prática mudou o cenário da cidade, não porque eles tivessem isso como meta definida, e embora esse fosse um discurso corrente na época, devido ao processo constituinte de 1988, eles não eram militantes da reforma urbana, mas suscitaram a discussão sobre a miséria e a opulência na cidade, remexeram a velha ferida do uso e da posse da terra urbana, e colocaram de forma prática, concreta e contundente, a velha pergunta: “Prá quem é feita a cidade?”.

Nem todas as pessoas entrevistadas estiveram na ocupação do Vila Rica, e, embora haja muita semelhança entre as trajetórias que levaram à ocupação e às experiências e privações vivenciadas nos primeiros tempos do bairro D.Almir, as entrevistas apontam para o fato de que ter ou não estado na ocupação do Vila Rica influenciou na maneira pela qual o cotidiano e a organização no bairro Dom Almir foram vivenciados e percebidos pelos ocupantes.

Um bom exemplo é a organização dos trabalhadores da Comissão de Frente, que, criada na época do Vila Rica, perdurou nos

primeiros tempos do bairro, sendo que seus integrantes iriam, inclusive, compor a primeira chapa da Associação de Moradores.

A continuidade da Comissão de Frente, mesmo que esta tenha integrado, posteriormente, outras pessoas que não vieram do Vila Rica, pode ser entendida como um sinal de que a leitura e a ação política do processo de ocupação e as estratégias e organização que elas demandaram foram fortemente marcadas pela experiência primeira, ou seja, a ocupação de terras do poder público.

Parte dessa leitura pode ser observada, inclusive, na trajetória de formação da própria Comissão de Frente, suas funções e também pela maneira como eram escolhidos os seus membros.

*“Essa comissão era o seguinte: aqueles líderes... não é líder de mandar em ninguém, eles eram líder de descer prá ir conversar na EMCOP, na secretaria de Habitação, conversar com vereador, com secretário responsável (...) essas pessoas... elas tinham mais condições, tinha mais argumento, mais confiança”.* <sup>(66)</sup>

A Comissão de Frente era composta de nove a onze pessoas, que, segundo depoimentos colhidos, tinham também como função sair nos postos de saúde pedindo remédios, ir para a Prefeitura “brigar pelos bens do bairro” e fazer a interlocução necessária entre a ocupação e os outros setores sociais envolvidos no processo.

Também era função da Comissão chamar assembléias com os ocupantes para discutir a situação e informar sobre os encaminhamentos na Justiça e organizar formas de pressão à Prefeitura.

Djalma aponta, em sua fala, um pouco do que se pode considerar como critérios para a entrada na Comissão: “... aí foi onde eles me chamaram prá entra na tal Comissão, eu peguei e fui, por ter muito

---

<sup>66</sup> Sebastião Corrêa, abr./1999.

*conhecimento da cidade, por já conhecer o prefeito há muito anos, saber o jeito dele, aí eu fui”.*<sup>(67)</sup>

Os critérios eram aparentemente inocentes, mas demonstravam um grau de clareza da disputa que estava por vir.

Conhecer a cidade e o prefeito, saber do jeito dele significava, nas entrelinhas, conhecer o projeto de cidade do poder público municipal e as características da administração e da gestão desse projeto. Significava, também, a clareza de que seria preciso atuar pelas brechas, aglutinar forças, construir argumentos no campo da ação e da prática política que viabilizassem a disputa de outras concepções, outras visões, colocando na pauta do dia a questão da moradia como prioridade, não pela ótica dos planos habitacionais, pura e simplesmente, mas pela ótica e pelas necessidades reais dos trabalhadores excluídos do direito de morar na cidade pela impossibilidade de prosseguirem pagando aluguel.

No período que precedeu à negociação de um novo local, a Comissão estabeleceu fértil diálogo com as entidades do movimento popular. Foi dessas entidades que saíram os advogados que atuaram no caso; no período mais crítico, eles chegavam a ir todos os dias ao Fórum para ver se a Prefeitura já tinha entrado com a ação de despejo. Enquanto isso, no acampamento, era montada a vigilância para impedir a derrubada brusca dos barracos.

Um pouco das estratégias de organização e resistência utilizadas pelos ocupantes no período do Vila Rica podem ser visualizadas nos documentos produzidos pelo CDDH e retomam, em boa medida, a dinâmica daqueles dias turbulentos.

*“A Prefeitura vai entrar com ação de despejo, a ordem é resistir no local. A advogada Márcia pede para não fornecer o nome prá nada, nem prá ninguém de forma alguma, pois a Prefeitura precisa dos nomes de todos os*

---

<sup>67</sup> Djalma Moraes de Souza, abril/1999.

*membros de todas as famílias para efetuar o despejo de uma só vez*".<sup>(68)</sup>

Pelo que se pode perceber, por meio dos depoimentos, essas recomendações eram seguidas à risca.

Um dos maiores receios dos acampados dizia respeito à polícia, porém, quando questionados sobre o papel que ela desempenhou na época da ocupação, os depoimentos são diferentes, enquanto uns afirmam que houve ações violentas, outros dizem que a polícia desempenhou um papel de proteção aos barracos, impedindo que os ocupantes fossem vítimas da ação de ladrões e aproveitadores, inclusive, evitando que muita gente desistisse da ocupação. Os depoimentos abaixo dão uma dimensão dessas diferentes leituras:

*"... o cara meteu uma coronha de espingarda aqui em mim que quebrou isso aqui (mostra as costelas), fiquei muitos dias de cama... foi chegado e mandano todo mundo desocupá e eu falei enquanto tiver alguém aqui eu tô aqui, i aí ele me mandou uma coronhada aqui"*.<sup>(69)</sup>

Os jornais da época também dão notícias que havia por parte dos acampados, medo da ação policial:

*"...reunidos em pequenos grupos, eles esperavam, aflitos, a chegada a qualquer momento, de um oficial de justiça ou mesmo da polícia para conduzir os trabalhos de retirada dos barracos. Com medo de possíveis repressões os posseiros evitam se identificar para a imprensa"*.<sup>(70)</sup>

---

<sup>68</sup> *Relatório da I Reunião da Comissão de Frente da Ocupação do São Jorge com as Entidades do Movimento Popular*. Pasta do CDDH, nº 25, 27/07/90. Uberlândia: UFU, Centro de documentação e Pesquisa em História.

<sup>69</sup> Sebastião Corrêa, abr./1999.

<sup>70</sup> Posseiros do Bairro São Jorge ainda não sabem para onde ir. **Correio**, Uberlândia, 14 agosto 1990.

Para Haroldo, que era integrante da Comissão de Frente e acompanhava de perto as negociações, a polícia realmente tinha a ordem de desocupar na lei ou na marra, segundo ele, o pior só não aconteceu por conta da intervenção do Bispo D. Estevão junto à Prefeitura<sup>(71)</sup>, isto porque havia por parte dos acampados a decisão de resistir de qualquer jeito e não desocupar a área sem a negociação de um outro local.

*“porque do jeito que nós tava lá tanto fazia nós matá como morrer, num tinha prá onde ir e a gente num saia sem negociação também não, nós ficamo esperano eles lá mesmo... na verdade ficamo esperano eles com machado, foice, facão, o capeta que aparecesse, era prá resistir mesmo, nós num ia saí de lá sem negociação!”*<sup>(72)</sup>

É justamente para esse mesmo momento que Ireny apresenta uma outra versão:

*“... pois é quando a gente levantô de manhã, tinha muita gente, aquele tanto de polícia, mas num foi prá tirá nós, nunca ninguém pode falá assim: - A polícia chegô, me garrô, me tirô de lá!... não, num teve isso”*<sup>(73)</sup>

É possível que as diferentes formas de envolvimento na luta durante o processo de negociação no Vila Rica tenha gerado expectativas de resistência diferenciadas entre as pessoas.

Não é difícil saber qual teria sido a ação da polícia se outras intervenções não tivessem cruzado o caminho das deliberações oficiais! Acontecimentos muito recentes no cenário da sociedade brasileira e mesmo em nossa própria região, no que se refere à luta pela terra e pela

---

<sup>71</sup> A atuação da Igreja Católica, segundo os depoimentos, foi decisiva em todo o processo do Bairro D.Almir, inclusive o nome do bairro era para ser D.Estevão. O papel e a atuação da Igreja bem como a de outros setores na história do bairro será melhor abordados no Capítulo III.

<sup>72</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>73</sup> Ireny, abr./1999.

moradia, não deixam espaço para muito otimismo sobre ações policiais em áreas de ocupação de terra.

Além das medidas que visavam dificultar ou impedir a repressão, outras, no sentido de sensibilizar a população para a situação vivida, foram pensadas: organização de passeatas filmadas no intuito de envergonhar a Prefeitura e exigir providências, redação de uma carta aberta à população uberlandense, conscientização dos operários via boletins internos nas fábricas e distribuição da Cartilha do João Udi<sup>(74)</sup> na cidade.

Embora não tenham se viabilizado como era o esperado, a proposição dessas estratégias demonstra que havia, por parte dos acampados, a idéia de que a sua luta de alguma forma se articulava a outras no contexto de Uberlândia, que a questão da moradia não era indiferente a outros trabalhadores, e, quando reconheciam neles a possibilidade de solidariedade, esses trabalhadores ocupantes de terra articulavam entre si sentimentos e interesses comuns e colocavam a disputa pela moradia no cenário de lutas maiores e mais complexas dentro da cidade.

Essa partilha de interesses, embora não tenha chegado a efetivar-se em grandes ações conjuntas, gerou um nível de percepção mais aguçado e articulado das lutas populares na cidade e colocou os ocupantes de terra em contato com outras formas de se fazer política gerando experiências de vida, no campo individual e coletivo, muito significativas para esses trabalhadores.

A relação existente entre o poder público e a ocupantes de terra do Vila Rica, mais tarde moradores do Bairro D.Almir, que põe no cenário a disputa de perspectivas e representações diferenciadas da cidade, é abordada no Capítulo III. Entretanto cabe sinalizar para o fato de que, no processo de transferência para o local onde hoje está situado o bairro, muitas premissas desse “relacionamento” puderam ser vislumbradas com crua clareza pelos ocupantes e deram a tônica do que viria em seguida,

---

<sup>74</sup> A cartilha intitulada **Os Sonhos de João Udi**: A cidade que todos queremos, foi elaborada pelo CDDH e deveria servir como subsídio para reflexão sobre a cidade e os problemas enfrentados por ela.

relações que pressupondo, em ritmos e tempos diferenciados, movimentos de resistência e cooptação, de disputa e acomodação e que, obviamente, persistem até os dias atuais.

Das experiências vivenciadas na ocupação do Vila Rica, o processo de transferência para o Bairro D. Almir persiste na memória de forma marcante e aparece em todos os depoimentos colhidos.

As condições nas quais se deu essa “ida” para o bairro D. Almir é uma lembrança que ainda hoje desperta indignação: “*Gente mais parece que eu tô indo é pro fim do mundo... pelo amor de Deus!*”.<sup>(75)</sup>

O espanto presente na exclamação de Geni não se deve unicamente ao incômodo de uma viagem feita à noite, nos caminhões da Prefeitura e sob a “inspeção” da Polícia Militar, ele expressa também uma sensação humana diante do desconhecido: o temor.

Não é exagero ou dramaticidade afirmar que este possivelmente era o sentimento dominante naquela noite de segunda feira, quando, após várias negociações com a Prefeitura, intermediadas principalmente pelo Bispo D. Estevão, as famílias acampadas no Parque São Jorge IV, finalmente, começaram a ser transferidas para “um local nas proximidades do Conjunto Alvorada”.

Foi exatamente nesses termos que a ação fora anunciada pelo poder público no dia anterior:

*“O secretário municipal da Habitação e do Meio Ambiente, anunciou ontem em entrevista coletiva que os posseiros que ocupam o Bairro São Jorge serão transferidos para as proximidades do conjunto Alvorada, mas não explicou em que condições serão abrigados no novo local.”*<sup>(76)</sup>

Pelas fontes pesquisadas, não fica claro qual era a intenção da administração pública ao transferir os “posseiros” para uma área configurada como espólio e em disputa acirrada de herdeiros, mas não fica

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Geni Salvino Santos, Uberlândia, junho de 2000.

<sup>76</sup> Posseiros do São Jorge vão para o Alvorada. Jornal **Correio**, Uberlândia, 14 agosto de 1990. p.04

difícil imaginar que tanto mistério em relação ao novo local devia-se primeiro ao fato do terreno não ser da prefeitura e, em segundo, obviamente, porque nenhuma infra-estrutura havia sido montada para atender os novos moradores.

A transferência do Vila Rica aconteceu para a área da fazenda Marimbondo, propriedade da família Costa Azevedo, em processo de inventário e disputa dos herdeiros.

*“... vieram apenas uma cento e sessenta e sete famílias, do restante uns desistiu, outros ficaram com medo da secretária do Virgílio, que ele ia mandá passá a patrola em todo mundo. Na época a eliminar do Juiz deu causa ganha prá Prefeitura, então eles ia tirar nós de lá a força, nós resistiu e viemo prá cá nos caminhão da Prefeitura, aí jogou nós aqui e nós ficou abandonado mais ou menos uns dois meses, sem água, sem luz, sem nada...”.<sup>(77)</sup>*

Haroldo, integrante da Comissão de Frente na época, conta que, após o Prefeito ter cedido às pressões para negociar um local para onde os ocupantes do São Jorge IV pudessem ir, os integrantes da Comissão de Frente foram chamados na EMCOP (Empresa Municipal de Construção Popular) para ir conhecer as áreas que estavam disponíveis. Além da Fazenda Marimbondo, havia uma outra as imediações do Bairro Cruzeiro. O local onde hoje se situa o Bairro D.Almir foi escolhido por ser o mais próximo do centro da cidade. Quando questionados sobre o porquê de terem aceitado aquele local, mesmo sabendo da não existência de infra-estrutura necessária, eles respondem que, primeiro, já não havia mais para onde apelar e, depois, apontam o fato da Prefeitura Municipal ter se comprometido a fornecer a infra-estrutura provisória, como a da água, bem como a agilizar a legalização da área e, conseqüentemente, oferecer os benefícios urbanos. Como se sabe, as promessas sobre a infra-estrutura

---

<sup>77</sup> Djalma Moraes, abr./1999.

foram apenas parcialmente cumpridas e o processo de legalização dá área arrasta-se até os dias de hoje.

Mesmo assim, a notícia da negociação do terreno e da transferência dos acampados para uma área definitiva foi recebida com foguetório no Vila Rica. Era a primeira vitória concreta, mas, como se percebeu depois, a batalha estava apenas começando.

A postura, vinda de uma administração municipal completamente resistente á pratica das ocupações de terra, poderia ser tudo, menos inocente; na prática, o descaso com o local onde se daria o novo assentamento urbano era, via de regra, um recado significativo para as prováveis ocupações na cidade.

Contudo, se as condições do assentamento não estavam claras nas negociações e no noticiário, os ocupantes bem cedo desvendariam o mistério às custas de muitas dificuldades de ordem material e moral dificilmente esquecidas.

O passado retorna problematizado e relido à luz das experiências posteriores, é assim que hoje, ao olharem para o passado, retomando-o em suas falas com a autoridade de uma trajetória percorrida em busca de melhores condições de vida no bairro e na cidade, esses moradores retomam o processo de conquista de um novo local e a transferência para o bairro, bem como as extremas dificuldades dos primeiros tempos, em depoimentos marcados pelo sentimento de indignação:

*“... jogaram nós aqui, igual cachorro, igual porco, foi despejano... num tinha água, num tinha luz, num tinha nada, num tinha um lugar de você fazer as necessidades aqui”.*<sup>(78)</sup>

Ireny conta que o lugar era um cerradão, tinha uma estrada velha e nada mais, a Prefeitura mandou passar as máquinas, limpar terreno e veio trazendo as pessoas de caminhão, em cada caminhão vinha um

---

<sup>78</sup> Sebastião Corrêa, abr./1999.

soldado da polícia. Quando chegavam ao local, havia uma conferência da mudança dos acampados para ver se não estava faltando nada, *“trazia os trem e amontoava e ali onde amontoava as família, cada um já fazia o seu barraquim...”*.

Maria Joana lembra-se que, na noite da chegada, ela e o marido passaram em claro, no maior sufoco, juntaram duas mesas e colocaram os três filhos para dormir até amanhecer o dia. A escuridão do cerrado impedia que muita coisa fosse feita no sentido de se acomodar melhor, há, inclusive, os que, ao lembrarem-se desse dia, reclamam a falta da lua cheia para clarear a noite. Geni relembra que, na mudança, seus móveis foram quase todos quebrados, isto porque os caminhões cedidos pela Prefeitura eram poucos e na hora da chegada as mudanças não foram retiradas com o cuidado devido.

A experiência de ter ocupado um terreno municipal, a organização demandada por esse fato, a resistência à polícia, as estratégias criadas para sensibilizar a população e pressionar a Prefeitura, a própria transferência de um lugar para outro e a sensação de terem sido enganados pelo poder público municipal geraram representações diversas acerca da ocupação entre os trabalhadores que estiveram na ocupação do Parque São Jorge IV e aqueles que chegaram após a transferência para o bairro D.Almir.

O cotidiano lembrado pelas pessoas que estiveram no Vila Rica não difere muito daquele vivenciado nos primeiros tempos do bairro D. Almir. As condições precárias, no que se refere à água, luz, assistência médica, segurança e moradia, são quase as mesmas e serão analisadas mais abaixo, entretanto, no que diz respeito à criação e fortalecimento de laços de solidariedade entre os ocupantes, a experiência do Vila Rica parece ter criado mais consistência.

As diferenças entre os que estiveram e os que não estiveram na primeira ocupação aparecem com frequência nas falas:

*“Parece que nós era uma família, que onde um caía, todo mundo caía em riba, que ali num tinha desse negócio não; era forças unidas mesmo, se fosse preciso*

*manhecer a noite em clara manhecia todo mundo! Era todo mundo unido, parecia uma família”.* <sup>(79)</sup>

Seria difícil acreditar que num local com tantas pessoas de origens e culturas diversas, pudesse ocorrer um grau tão grande de harmonia; a mesma pressão que servia como fator de coesão, certamente, também deve ter gerado momentos de discórdia. Tal afirmação, todavia deve-se mais a uma dedução acerca da natureza humana do que a uma evidência histórica, pois, de acordo com o que se pôde inferir, a convivência entre os moradores do Vila Rica retorna na fala dos entrevistados como uma experiência marcada por muito apoio mútuo.

Esse apoio expressava-se desde a chegada à ocupação, quando os outros ajudavam a construir o barraco, na divisão de comida e água, na vigilância dos barracos contra os ladrões e a polícia e na guarda noturna do acampamento, para evitar ações-surpresa de despejo.

A sensação de não ter para onde ir, a condição de marginalidade advinda da posição de “invasores”, o medo da repressão e a decisão de resistir aparecem nas falas como fator de coesão. Essas experiências consolidaram os laços de união e identidade entre os ocupantes.

Após a chegada ao bairro, houve uma confluência nos depoimentos sobre as condições de vida e o cotidiano vivenciado, tanto para aqueles que vieram do Vila Rica quanto para os que chegaram depois.

A própria Comissão de Frente, criada na ocupação do São Jorge IV, passou a integrar representantes do acampados do D.Almir II.

João Batista era o principal representante dos barracos do D.Almir II na Comissão de Frente. Sua participação prende-se à sua própria história na ocupação, pois foi a família dele a primeira a ocupar, menos de um ano depois da transferência, a área paralela àquela onde estavam os barracos oriundos do Vila Rica. Após 03 dias, já havia mais de 30 famílias, número que foi aumentando vertiginosamente até chegar, mais ou menos, a 668 famílias.

---

<sup>79</sup> Idem.

Sua fala também explicita um pouco do que foi essa experiência de ser coordenador dos acampados e representá-los na Comissão de Frente:

*“eu nunca tinha trabalhado ... num tinha assim experiência de trabalhá com a humanidade, assim em termo de muita gente, eu num fazia daquilo acontecê, eu vim prá cá devido a necessidade aí colocaram como que eu era o responsável por aqui; se saísse prá mim... se eu conseguia eles conseguia também; fazê o quê? Se é pra trabalhá, trabalha prá todo mundo, né?”<sup>(80)</sup>*

Quando se focar, por exemplo, a questão do acesso à água nos primeiros tempos da ocupação do Bairro D. Almir, percebe-se ser este um elemento existente em todas as falas, sempre com uma profunda conotação de indignação diante da privação de algo que é tão básico.

No começo, a Prefeitura mandava um caminhão pipa levar a água duas vezes ao dia, mas, na época de chuvas, por causa do barro, ele não entrava, e os moradores ficavam sem água por vários dias. Depois, foram instaladas duas torneiras nas extremidades do bairro onde as pessoas faziam filas, gerando muitas brigas e desentendimentos, porque, às vezes, a água não dava para todo mundo. Muitos moradores viam-se obrigados a comprar baldes de água e caminharem quilômetros, carregando galões em carrinhos improvisados, para abastecer suas casas.

Na verdade, a questão do acesso á água já começou na ocupação anterior, quando, no intuito de forçar a retirada dos barracos, o Prefeito mandou cortar o abastecimento do bairro São Jorge, cujos moradores cediam água aos acampados. Sebastião diz lembrar-se muito bem dessa época:

*“Sério. Seríssimo o que eu tô te falano com você... eles ficaram sem água por nossa culpa, porque cortaram a água deles prá eles num dá água pra nós certo?... Então ele fez esse papel, além de prejudicar nós, prejudicou quem pagava, deixou aproximadamente uns sete dias*

---

<sup>80</sup> João Batista Naves de Souza.

*o pessoal lá por nossa culpa, prá vê se forçava a barra pra nós certo?”.*<sup>(81)</sup>

*“Na época, a Prefeitura e o Dmae não quiseram fazer a instalação pra nós aqui... nós fizemos mutirão, nós fizemos buraco daqui até onde ela sai, fizemos o mutirão, uns dois ou três meses, cavando direto e aí depois o Dmae veio jogando os canos... e até tampar nós foi preciso tampar...”.*<sup>(82)</sup>

No mutirão para o encanamento da água, trabalharam crianças, homens e mulheres. Até altas horas da noite. Aqueles que estavam empregados, ao chegarem do serviço, assumiam a tarefa para os outros descansarem. Mas, mesmo assim o benefício da água encanada não chegou para todo mundo.

*“... o que a gente passou aqui foi doído, foi triste porque num tinha água nas porta, porque tinha que todo mundo compra os hidrômetros e... cê vê a gente era pobre, muitos perderam seus emprego prá podê toma conta de suas casas e seus filhos”.*<sup>(83)</sup>

*Trabalhar esta questão é fundamental, pois não raro observa-se na imprensa local e nacional, reportagens que apontam Uberlândia como cidade portadora padrões de qualidade de vida exemplares, isto graças ao esforço de seus administradores. Entretanto essas experiências, vivenciadas e descritas pelos ocupantes de terra do bairro D. Almir, demonstram realidades completamente distintas para diferentes grupos dentro do mesmo espaço urbano, colocando em xeque o discurso de uma cidade modelo (ou pelo menos modelo para todos) e apontado para*

---

<sup>81</sup> Sebastião Corrêa, abr./1999.

<sup>82</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>83</sup> Ireny Ferreira, abr./1999.

*múltiplas variáveis atuantes dentro do viver na cidade e que, obviamente, forjaram modos de vida completamente diversos no cotidiano urbano, em que algumas questões, completamente superadas para a maioria da população, passam constituir-se em foco de luta para centenas de famílias que residem na mesma cidade.*

*O controle da água (como o de todos os outros bens que deveriam ser de caráter social e coletivo) é uma estratégia de poder, a privatização de um recurso natural coloca no cenário das disputas cidade a velha desigualdade social existente em nosso país.*

*A manutenção dessa carência gera mecanismos de controle e dominação por parte do poder público, mas gera também a pauta de reivindicações que fomentam as lutas e a organização da população carente e, infelizmente, a concessão ou não desses benefícios também alimenta as práticas paternalistas e clientelistas das quais muito se tem notícia no cotidiano, principalmente, na época de eleições.*

Nesse sentido, o trabalho da historiadora Denise B. de Sant' Anna traz reflexões muito oportunas ao debate sobre o tema. Para ela, o estudo da água e de sua conquista, bem como o de todo equipamento destinado a proporcionar conforto, pode ser revelador de antigos problemas sobre a cidade, afinal "*... atrás do automatismo do gesto de abrir a torneira e obter água em abundância, podemos encontrar uma longa história nada tranqüila, repleta de disputas e alianças...*".<sup>(84)</sup>

Alem da questão da água, é possível percorrer, pela fala dos entrevistados e também pelas notícias nos jornais da época, outros aspectos do dia a dia no bairro.

Mesmo depois de transferidas para o D. Almir, as pessoas continuaram morando em barracos, que eram construídos com plásticos, lona preta, restos de

---

<sup>84</sup> SANT' ANNA, Denise Bernuzzi de. A Conquista da Água. In: *Projeto História*. São Paulo, nº.18, mai./1999. p. 295-300.

materiais de construção doados ou mesmo pegados no lixo, como relembra Felismina: *“Cheguei a morar em barraquim de lona, pegado até lá no lixo, fedeno, que eu num tinha condições de comprar”*.

Para os moradores que vieram transferidos foi feito um sorteio demarcando os lotes de cada um; os ocupantes que chegaram depois iam demarcando os seus como podiam, com cercas de arame, restos de materiais etc.

Dos barracos, o que mais é lembrado é o calor, a fragilidade e a falta de segurança, tanto contra as intempéries do tempo, quanto da ação dos ladrões.

*“No barraco toda vida era sofrimento... o meu barraquim era ruim, as parede de lona, coberto de lona e eu num tinha sossego e o medo quando ventava de noite, chovia e dava uma chuva de vento e eu tinha de ir prá porta esperar o barraco cair... nem dormia direito com medo dos ladrão”*.<sup>(85)</sup>

*A época de chuvas era uma das mais difíceis para os moradores. As ruas ficavam intransitáveis, o caminhão pipa não entrava para levar a água, a lama escorria para dentro dos barracos estragando os poucos móveis e, às vezes, até as roupas e colchões que ficavam no chão.*

*A fala de Geni dá uma dimensão do problema:*

*“mas á água entrava aqui tudo, cê vê que esse terreno aqui é escorrido, né? entrava aqui ó, que prá gente deitá precisava de por uma bacia d’água no rumo da cama e depois que já tinha tomado banho lavava o pé e ia direto prá cama, a gente tirava água daqui de dentro com a mão!”*.<sup>(86)</sup>

---

<sup>85</sup> Maria Abadia, abr./1999.

<sup>86</sup> Geni Salvino Santos, jun/2000.

*Divina lembra-se que a lama era tão grande que, para ir pegar o ônibus na beira da rodovia, era preciso calçar os pés com sacos plásticos e carregar os sapatos na bolsa só colocando-os quando chegava no asfalto.*

*Pelo que se pode verificar na pesquisa aos jornais, era justamente na época das chuvas que mais apareciam reportagens retratando o dia-a-dia dos moradores do bairro.<sup>(87)</sup>*

"Os problemas com falta de infra-estrutura no Bairro D. Almir se agravam nos períodos de chuva. As ruas de terra, com buracos enormes ficam com água acumulada provocando mal - cheiro, atoleiros e impossibilidade de tráfegos de veículos... Os moradores comentam que o mau - cheiro que exala das poças d'água, nos dias de sol parece animal morto".

A situação de miséria explícita vivenciada pelos moradores do bairro D. Almir colocava de forma contundente, para os outros moradores de Uberlândia que acompanhavam o desenrolar da situação, a fragilidade do discurso que buscava criar uma cidade sem de desigualdades e injustiças sociais, produzindo a invisibilidade da pobreza e da precariedade.

*Entretanto essa problemática era compreendida de diferentes formas, e as soluções apontadas baseavam-se, quase sempre, no assistencialismo, na caridade, na adaptação das instituições para o serviço humanitário.*

---

<sup>87</sup> Chuvas agravam o sofrimento no Bairro Dom Almir. Jornal *Correio*, Uberlândia, 18 fevereiro 1993. Chuva alaga ruas no Dom Almir e deixa desabrigados. Jornal *Correio do Triângulo*, Uberlândia, 10/10/1991. Barro, fome e miséria, a triste realidade da vida no bairro D.Almir. Jornal *Correio*, Uberlândia, 17/10/1191.

*As colunas de opinião dos jornais traziam, vez ou outra, artigos de moradores da cidade expondo sua posição sobre a situação não só do bairro Dom Almir, mas também de outras favelas ou bairros pobres da cidade. É interessante acompanhar, por esses escritos, a idéia que eles faziam da cidade e de seus problemas.*

*"Há dois mundo ao nosso redor, um que eu chamaria rico, ninguém é culpado de possuir, nem me ocorre discutir a origem dessa riqueza... pelo que estudei dos pioneiros de Uberlândia, ela é fruto de muito sacrifício e trabalho. Outro é o mundo dos adventícios que sem eira e nem beira, aqui chegam para tentar sobreviver... Ou a administração se alia ao mundo rico para diminuir o sofrimento dos pobres ou sozinho estará destinado ao fracasso". <sup>(88)</sup>*

*Este artigo explicita claramente a posição dos conservadores humanizados de que é preciso administrar a partir de interesses conciliatórios, mas sem questionar a origem das misérias e disparidades sociais. Nesse mesmo artigo, o autor escreve textualmente que não acredita na luta entre as classes e que, para resolver o problema, todos juntos, inclusive, os moradores do Bairro Dom Almir teriam que colaborar, pois conviver com esse contraste não era bom para Uberlândia.*

---

<sup>88</sup> D. Almir versus Lídice, uma luta desigual. Jornal *Correio*, 07 novembro 1991,

Muitas outras experiências são trazidas à tona pelos depoimentos dos trabalhadores.

Uma delas diz respeito à questão da discriminação sofrida pelo fato de ser uma área de ocupação. A idéia de que o bairro é marcado pela marginalidade, pela violência, pelo roubo e pela malandragem, tanto na época da ocupação quanto nos dias atuais é contestada e/ou justificada de formas diferentes pelos próprios moradores.

Mesmo assim, os depoimentos, em vários momentos, deixam claro que havia um problema concreto de segurança no bairro, especialmente, quando a maioria ainda morava nos barracos. As pessoas dizem que não podiam sair do barraco sem pedir para que alguém vigiasse, também eram freqüentes as reclamações sobre o medo das mulheres serem atacadas, fato que levou muitos pais de família a impedirem que suas filhas fossem estudar em outros bairros, e ainda aparece, em vários momentos, a afirmação de que muitos perderam seus empregos para poderem "cuidar" de suas casas e de seus filhos.

Para maioria, essas questões surgiram com o aumento do bairro e com a chegada de outras pessoas que não estavam, desde os primeiros tempos da ocupação, no D. Almir. Os problemas são sempre remetidos àqueles que vêm de fora. Os primeiros habitantes (oriundos principalmente do Vila Rica) são colocados como muito honestos, sem vícios e com fortes laços de solidariedade entre si.

"Porque no início do bairro... quando nós viemos pra cá... isso aqui ninguém roubava,

ninguém matava, era todo mundo unido, se ninguém tinha nada juntava o que tinha e trazia pra aquele que não tinha, certo, agora hoje... esta briga que eu tô te falando, estamos discriminados porque aqui dá ladrão, dá marginal... o cara mata, rouba lá no Luizote e vem esconder aqui... então chega aqui ela tá escondido aqui, mas ele não é daqui ele não mora aqui! Porque no D. Almir num tem malandro, os malandro vem de fora".<sup>(89)</sup>

*O mais interessante é notar que esse discurso, em grande parte, reproduz aquele apresentado pelo poder público municipal no tocante à questão das migrações internas para a cidade, pelo qual se é creditado ao migrante, aquele que vem de fora, a culpa pelas mazelas sociais da cidade, principalmente, a responsabilidade pela violência, à mendicância e à própria favelização de determinadas áreas urbanas.*

A existência da pobreza, dos mendigos, pedintes, menores abandonados nunca é encarada como característica das relações sociais excludentes forjadas na sociedade capitalista, e a existência de índices de marginalidade no D. Almir dificilmente é associada ao próprio histórico de formação do bairro e às condições de pobreza a que é relegada parte significativa de seus moradores.

*Mas esse fato não impede que as experiências de exclusão vivenciadas pelos moradores, tanto ontem como hoje, estejam presentes nas falas dos entrevistados.*

*Nesse sentido, a questão do transporte coletivo é significativa, pois, no início, os moradores do D. Almir utilizavam o ônibus do Bairro Alvorada, e esse fato*

---

<sup>89</sup> Ireny Ferreira, abr./1999.

*gerou muitos conflitos. Segundo os depoimentos, muitas vezes, o ônibus não parava no ponto, pelo fato dos moradores do Bairro D. Almir estarem com os pés sujos de barro.*

“que prá saí daqui essa avenida aqui era barro, que prá saí daqui eu tinha que calçá um saquinho de arroz, um saquinho de açúcar prá ir lá no asfalto, chegava lá o ônibus tinha dia que num parava, se tivesse muito sujo num parava... o povo dizia: os sujos do D. Almir e colocaram o nome do nosso lugar aqui de Tubiacanga, tinha vinte trinta pessoa lá esperando ele passava e largava nós tudo lá”.<sup>(90)</sup>

*Diante desse fato, os moradores reuniram-se e foram à Secretária de Transporte Urbano e ameaçaram dar tiro, tombar e colocar fogo no ônibus, alegando que o dinheiro deles pagava a passagem do mesmo jeito que o dos outros.*

*O conflito pelo transporte urbano continuou mesmo quando os moradores conseguiram um ônibus só para o bairro, isto, por vários motivos: o ônibus era um só, muito velho e fazia poucas viagens ao centro da cidade, não atendendo à demanda dos moradores, que deram um jeito de resolver o problema: “um dia nós apedrejamo ele, quebramo ele tudo aí eles mioraram o ônibus”.<sup>(91)</sup>*

*Porém, mesmo depois que o bairro obteve uma linha só para ele e com um veículo mais novo, o ônibus do Dom Almir ainda era apontado como o mais sujo da cidade*

“... mais por que? Aqui num tinha asfalto nas ruas, então como esse ônibus vai ser limpo? Num tem como! Ele vem limpo mais logo ele tá sujo, e outra coisa, o pobre mora sempre na terra, então é sempre falado: Dom Almir é o bairro mais sujo que tem em Uberlândia”.<sup>(92)</sup>

---

<sup>90</sup> Maria Joana, out./1999.

<sup>91</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>92</sup> Ireny Ferreira, abr./1999. Esse problema hoje não incomoda mais os moradores, recentemente o trajeto das linhas de ônibus para o Dom Almir foi modificado da BR para um trajeto por dentro da cidade passando pelo bairro Custódio Pereira e pelas Mansões Aeroporto. O trajeto compreende uma avenida asfaltada que começa nas Mansões Aeroporto e termina na porta da Colônia Penal que fica nas imediações do D. Almir, além disso, as linhas que atendem aos bairros Alvorada e Morumbi também passaram a circular pela avenida principal do

*Outra problemática muito presente nas falas é a questão da alimentação. A maneira como os ocupantes de terra lidaram com essa questão demonstra não só um universo de privação, mas também de práticas solidárias.*

Durante o tempo em que ficaram acampados no bairro São Jorge, segundo os próprios entrevistados, a situação não era tão grave, pois muitas pessoas ainda tinham emprego, outras não dormiam na ocupação e, por isso, levavam “marmitas” para comer durante o dia ou, em outros casos, os parentes que ainda não haviam ido para a ocupação encarregavam-se de levar a comida.

Já no bairro Dom Almir, tanto para os que vieram transferidos como para aqueles que chegaram depois, o problema agravou-se muito, pois o fato da situação já não ser mais transitória forçou as famílias a se reorganizarem. Aquelas que ainda viviam em casas de aluguel ou moravam com parentes abandonaram a situação, por outro lado, a distância do bairro aliada aos problemas de transporte existentes nos primeiros tempos dificultou a permanência no emprego e a ajuda dos parentes. Tal situação refletiu-se diretamente na qualidade alimentar dos ocupantes, que como podemos deduzir, já não devia ser grande coisa.

Além do pouco que alguns ainda podiam comprar, as pessoas contavam com doações de instituições de caridade e de particulares, havia também um “sopão” quinzenal, oferecido por uma instituição religiosa (era um dos poucos momentos em que se comia carne), fora isso, a situação foi sempre muito difícil.

O depoimento de Felismina dá uma dimensão das dificuldades vividas:

*“... prá mim comê, eu tive que ir lá na máquina pedi bandinha de feijão, pedi arrozim, no Ceasa dava verdura e teve vez... eu num tem vergonha de contá, teve vez d’eu*

---

D.Almir, e uma linha foi criada especificamente para fazer o trajeto direto do terminal Santa Luzia para o Dom Almir, agilizando e facilitando muito, a vida dos moradores.

*comê batatinha ferventada com sal; beterraba cozida dentro daquelas bandinha de feijão prá servir de óleo porque eu num tinha óleo”.*<sup>(93)</sup>

A situação também foi retratada nos jornais da época com riqueza de detalhes.

Numa reportagem sobre o dia a dia dos moradores do bairro<sup>(94)</sup>, é exposta uma fotografia de um grupo de mulheres e crianças carregando, por uma estrada de terra, bacias e baldes com restos de alimentos que seriam jogados fora pelos comerciantes do Ceasa.



FONTE: Jornal **Correio do Triângulo**, 24/11/1991

A prática de ir buscar restos de verdura no Ceasa também aparece em outras falas, “*Juntava todo mundo e ia no CEASA, nós negociamos com o*

---

<sup>93</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

<sup>94</sup> D. Almir, a miséria à margem da cidade. Jornal *Correio do Triângulo*, 24 novembro 1991. p. 8

*cara do Ceasa e ele deu as verdura, nós ia com duas, três carroça e tudo que vinha era dividido, nós dividia com todo mundo, ninguém ficava sem...”.<sup>(95)</sup>*

Pode parecer desconfiança de historiadora com a imprensa, o que não seria de todo infantil num país onde a história da maioria dos meios de comunicação prende-se às versões oficiais e autorizadas dos acontecimentos e onde, atualmente, se vê uma ofensiva declarada dos principais meios de comunicação de massa aos movimentos sociais de luta pela terra; mas o fato é que existe uma diferença muito significativa entre a leitura que aparece na reportagem publicada no jornal e aquela que aparece na fala de seu Sebastião sobre a ida ao Ceasa para conseguir alimentos.

No jornal, a conotação é de uma tranqüila comiseração... *“adultos e crianças voltam do Ceasa com restos de frutas e verduras que são jogados fora pelos comerciantes”*, ou seja, as pessoas, no auge da penúria e do desespero, se contentam-se com restos.

Já na fala de Sebastião, o fato aparece com a conotação de uma ação mais organizada, pois havia uma negociação prévia, o que pressupõe uma capacidade de articulação e de buscar soluções no coletivo para os problemas coletivos.

Não estou querendo dizer que não houvesse penúria, que as verduras e frutas fossem de primeira qualidade ou que as pessoas jamais as tenham trazido em bacias e baldes carregados na cabeça, até mesmo porque as soluções coletivas não excluem ou invalidam as individuais ou de pequenos grupos, o que me parece relevante é o fato das movimentações do sujeito coletivo, moradores do bairro D.Almir, serem suprimidas dos noticiários.

Relevante sim, surpreendente não. Para a manutenção da “ordem” ainda são preferíveis homens e mulheres que mendigam àqueles que se organizam!

Organização, aliás, tiveram as mulheres, quando fizeram a Comissão das Panelas:

*“entre as mulheres era o seguinte, vamos supô: se eu tinha um óleo eu ia e falava: - Fulana num tem óleo hoje prá fazê*

---

<sup>95</sup> Sebastião Corrêa, abr./1999.

*o almoço, então vai lá e dá o óleo prá ela, e eu tenho tanto de arroz! Então a gente ia lá e repartia, aquele conjuntinho assim”.*<sup>(96)</sup>

A comissão das painelas funcionava por quarteirão, e sua organização baseava-se em experiências e práticas de solidariedade comuns no dia a dia e que persistem até hoje no bairro, pois várias das entrevistadas apontam o fato de poder trocar ou emprestar mantimentos com os vizinhos como uma prática que garante, além do alívio material, ainda que momentâneo, um forte sentimento de identidade e de experiências compartilhadas, que impedem, inclusive, as pessoas de se mudarem do bairro, quando as coisas apertam, porque como diz Irene, “*lá prá outras bandas, ninguém me conhece!*”.

Com os problemas de alimentação, de água, de calor, de lama e de sujeira, é obvio que a saúde dos moradores, principalmente das crianças, seria afetada. Lidar com esse problema num local onde ainda hoje não existe uma farmácia também não deve ter sido fácil.

Para lidar com o desamparo no setor de saúde, os moradores acampados do D.Almir buscaram soluções coletivas, baseando-se nos conhecimentos populares sobre a medicina e na solidariedade de alguns setores e pessoas ligadas à área da saúde na cidade.

Os moradores organizaram uma farmacinha, que funcionava num barraco de lona onde eles fizeram uma cama de pau e colocaram uma espuma por cima para atender os doentes. Os remédios eram conseguidos por meio de doações que a Comissão de Frente se encarregava de conseguir nos postos de saúde e farmácias da cidade. Havia também um médico chamado Dr: Sebastião, que, algumas vezes, atendia as pessoas no bairro, mas não foi possível obter maiores informações sobre ele.

Segundo os moradores, o quartel do Exército também mandava médicos de vez em quando e doava muitos remédios, que eram distribuídos de acordo com as necessidades mais urgentes.

Nos casos mais graves, os moradores apelavam para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, mas aí existia o problema

---

<sup>96</sup> Ireny Ferreira, abr./1999.

das ambulâncias, que raramente atendiam aos chamados do bairro, problema que, segundo os moradores, perdura até hoje, atenuado apenas pela atual existência de um posto de saúde.

Devido a esse problema com o transporte dos doentes, apelava-se para as pessoas que tinham carro, Haroldo lembra que, na medicina, o carro dele já era conhecido como a “ambulância do Dom Almir.”

Gostaria de fazer ainda uma observação sobre a maneira pela qual as famílias resolveram o problema da educação escolar das crianças. O bairro só passou a contar com uma escola oficial quatro anos após o seu início. Mas isso não impediu tentativas de resolver o problema, uma escolinha também foi improvisada dentro do bairro, foi construída com madeirite e telha comum. Funcionava mais como um reforço escolar para as crianças que estudavam em outros bairros.

Muitas crianças foram impedidas de estudar devido à carência e distancia do bairro de outras escolas e muitas outras, principalmente as meninas foram retiradas da escola, devido ao medo dos pais de ataques de tarados que chegaram a ocorrer diversas vezes atrás delas.

Para as crianças do bairro na época, poucas eram as alternativas, pois, além da ausência de escola, não havia outras atividades para elas. No geral, a lembrança que se tem era dos jogos de bola, nos momentos em que as ruas não estavam alagadas, soltar pipa, buscar água nos carrinhos e acompanhar as mães nas idas ao CEASA. Uma lembrança boa que alguns têm era dos domingos em que a Igreja Católica os levava para almoçar e passar o dia no Centro da cidade, ação realizada por religiosos ligados ao bairro.

Para os adultos, as opções de lazer eram quase inexistentes e resumiam-se quase sempre, às conversas na portas dos barracos, algumas vezes, jogos de carta, idas à Igreja e aos bares. Esta última opção foi quase sempre encarada mais como problema do que diversão, pois, segundo os depoimentos, muitas pessoas passavam da conta e criavam problemas para os outros.

Ao se colocarem em movimento, exigindo os seus direitos e questionando a ordem vigente na cidade, os moradores acampados do Bairro Dom Almir viram-se diante de práticas de exclusão, que, para eles, em muitos

momentos, foram percebidas e sentidas como atitudes de discriminação. Porém ao se observar a maneira pela qual a existência dessas práticas foi viabilizada, verificar-se-á, na sua origem, uma elaborada política de segregação social dos trabalhadores considerados excedentes na cidade. Estender a eles a qualidade de vida e moradia tão desejada seria admitir que a cidade também devia ser feita para eles e, assim, legitimar a sua luta política. O descaso do poder público Municipal é muito mais do que uma incompetência administrativa – embora esta possibilidade não possa ser descartada –, mas ele diz respeito a uma concepção política sobre a cidade e para quem ela é feita. O descaso é exclusão a expressar-se em atitudes que dificultam, negam e inviabilizam, de forma sistemática, ora sutil e dissimulada ora desavergonhadamente explícita, o direito à cidade para os trabalhadores pobres e – de acordo com as normas do mercado capitalista – desqualificados profissionalmente.

Por outro lado, na luta cotidiana de seus moradores, pela posse legal dos lotes, pela implantação de infra-estrutura e dos equipamentos sociais básicos, subjaz uma luta de valores, na qual o que está em disputa é, fundamentalmente, o direito à cidade e a tudo o que ela representa em termos de conforto e perspectiva de vida para esses trabalhadores.

Nas falas, que trazem à tona o dia-a-dia dos barracos e as demandas coletivas e/ou individuais surgidas a partir desse referencial, vão se delineando os valores e as representações do que é viver de forma digna na cidade, pois é na banalidade das ações que se julgam, aparentemente, normais e cotidianas que para o historiador, surgem a complexidade e a resistência.

É na dinâmica diária que se delineiam os conflitos, as visões, os afetos e os valores que colocam a claro a existência de modos de vida que se contrapõem ao discurso hegemônico sobre a cidade do progresso e da modernidade que busca produzir a invisibilidade social da pobreza e da exclusão.

Esses modos de vida geram práticas que ora se chocam, ora se complementam àquelas produzidas pela cidade.

## Capítulo III

### Articulações e Aprendizados:

O saldo da Experiência Vivida!

*“Aí o Dom Estevão entrou na frente e disse: - Virgílio, você num vai fazer isso não!”.*<sup>(97)</sup>



*“... se nós tem o que nós tem hoje, foi na base da pressão mesmo e com o apoio dos outros segmentos da sociedade, como no caso, médicos, empresário, pessoal da UFU apoiou muito a gente... então é por esse motivo, é por esses apoio que a gente tem o que a gente tem hoje”.*<sup>(98)</sup>

---

<sup>97</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>98</sup> Djalma Moraes de Souza, abr./1999.

Como foi apontado no capítulo anterior, ocupar terras urbanas trouxe várias situações de privação, desconforto e exclusão para os trabalhadores envolvidos. Por outro lado, a busca de soluções para essas situações experimentadas representou a possibilidade de valiosos aprendizados políticos e humanos. Esses ganhos trazidos pela luta foram construídos coletivamente ao longo do processo e expressam a capacidade de articulação, reelaboração política que redimensionou os espaços coletivos e/ou individuais de atuação e compreensão da cidade.

As ocupações que deram origem à constituição do bairro Dom Almir, em Uberlândia, puseram em movimento, direta ou indiretamente, outros setores da sociedade, que, por afinidade política-ideológica, no campo prático ou discursivo, solidariedade humana ou oportunismo eleitoreiro aproximaram-se do movimento, tecendo um campo de articulações e gerando relações dos mais diversos matizes, tornando-as elementos constituintes dessa experiência histórica vivenciada e construída pelos trabalhadores ocupantes de terra do bairro D. Almir, a partir de 1990.

Na procura de alternativas que apontassem para soluções e dessem um maior destaque a sua situação precária, os acampados esforçaram-se no sentido de construir uma teia de apoios que reforçasse sua expressividade como movimento social no cenário urbano e garantisse aliados no seu embate e diálogo com o poder público municipal.

Para compreender o universo dessas articulações estabelecidas, é preciso visualizar o conjunto das necessidades vivenciadas, das alternativas buscadas para elas e, principalmente, dos obstáculos e perspectivas que se colocaram ao longo do caminho.

A luta desses trabalhadores inscreveu-se num horizonte mais amplo, que punha em questão o próprio direito à cidade e uma série de expectativas e valores do que vinha a ser esse direito e as formas pelas quais ele poderia materializar-se no cotidiano dos moradores acampados do bairro.

Em um documento enviado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, a concretização desse direito ganha forma e propostas objetivas:

*Nós, moradores do Acampamento D. Almir, há mais de oito meses, nos dirigimos a V.Sa. para esclarecer a situação de miséria em que vivemos e exigir uma solução imediata para os nossos problemas.*

*Somos hoje mais de 400 famílias que, a exemplo de outras milhares são excluídas de um dos direitos elementares garantidos em Lei, que é o*

*direito à moradia. Por isso resolvemos acampar próximo ao bairro Dom Almir. Neste acampamento estamos vivendo uma série de dificuldades: falta de água, transporte, assistência médica, escola, saneamento básico, etc.*

*Nesse sentido apresentamos as seguintes reivindicações:*

- *Que seja desapropriada imediatamente a área, demarcados os lotes e assentadas todas as famílias;*
- *Ligação de água urgente;*
- *Materiais para a construção de três cômodos e um banheiro;*
- *Que seja negociado com carência e de acordo com as condições das famílias o pagamento dos lotes e dos materiais de construção;*
- *Atendimento médico e medicamentos no local;*
- *Instalação de uma creche urgente;*
- *Instalação de uma escola para garantir o ano letivo das crianças;*
- *Doação de barracas, enquanto não iniciam as construções;*
- *Regularização do transporte com mais ônibus e maior frequência;*
- *Instalação de energia elétrica;*
- *Doação de cobertores e agasalhos.*

*Certos de uma breve providência, agradecemos.*

*COMISSÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO DOM ALMIR.”*

*(99)*

*Ao se dirigirem diretamente a Prefeitura Municipal de Uberlândia, os moradores acampados do bairro Dom Almir realizam um movimento político de implicações concretas na dinâmica da cidade e na disputa travada com o poder público.*

*Ao assumirem as reivindicações expressas no documento, como fruto de uma situação de privação*

---

<sup>99</sup> Documento endereçado, em 18/01/1992, à Sr<sup>a</sup>. Niza Luz, Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social na época.

*experimentada por mais de 400 famílias, eles se colocaram como um sujeito social coletivo, forjado nessas vivências mútuas, e trouxeram para si a legitimidade de uma interlocução direta com o poder público. Essa postura estava embasada em concepções sobre o que vinha a ser o poder e o papel político da administração pública local, "o dever do político é ele trabalhar na comunidade, certo? Fazer o que ele precisa fazer e o que ele prometeu, ele tem que ajudá".* <sup>(100)</sup>

*Essa visão não levava a uma atitude de mendicância ou de uma muda e passiva expectativa em torno da "boa vontade política" da Prefeitura, pelo contrário, foi no convencimento da legitimidade e da justiça de seus direitos, aliados à dureza das condições materiais vividas, que os acampados se puseram em confronto com essas autoridades e, no desenrolar desses confrontos, forjaram uma visão política contestadora e propuseram uma nova leitura da questão urbana em Uberlândia.*

*Essa nova leitura era o desdobramento lógico de uma outra postura subjacente no teor dessa carta. Ela expressava o desejo, o interesse e os projetos de cidade na ótica de um sujeito coletivo, que recolocava a ocupação de terras e o acampamento urbano de famílias trabalhadoras como um lugar e uma fala que emergem de dentro da cidade dando-lhe concretude a expressar-se em forma de carência e segregação social no espaço geográfico e no cotidiano da cidade.*

---

<sup>100</sup> Felismina Pereira, abr./99.

*Essa nova leitura não surgiu pronta, ela era a expressão de um conjunto de trajetórias comuns vividas no dia a dia da cidade, brotava dos espaços físicos, sociais e culturais compartilhados pelo conjunto da classe trabalhadora. Espaços que falavam de uma cidade diferente daquela propagandeada pelo poder público, existente apenas para a elite econômica e política ou, em alguns momentos, para a classe média ávida em sonhos de consumo e de ascensão social propiciados pelas benesses do capital.*

*Esse modelo de cidade apresenta-se marcado por uma desenfreada busca de progresso, que se materializa em ações de implantação de indústrias, construção de grandes obras públicas, modernização do sistema de transporte e vias de circulação para acelerar o fluxo de pessoas e mercadorias, alta informatização dos serviços e propagandas para atração de Instituições de Ensino Superior Privado, com vista a uma formação em grande escala, de mão-de-obra especializada, entre outros.*

*Obviamente, por sua natureza capitalista, esse projeto não visa ao usufruto de toda a população, mas busca impor-se como aspiração de todos.*

*Porém o viver a cidade e na cidade constitui-se em experiências de reconhecimento de espaços, de alternativas, de mudanças, de práticas de formação de sujeitos políticos.*

*Esses outros espaços, compartilhados e construídos pelos trabalhadores, informam outras práticas e outras visões de cidade, em que os mecanismos de ação e informação são trabalhados dentro de lógicas, muitas vezes, distintas daquelas visualizadas pelos projetos das classes dominantes.*

*Exemplo concreto disso é própria maneira como se deram os processos de ocupação constituintes do Bairro Dom Almir. Sem prévia organização, os trabalhadores foram tomando conhecimento das notícias sobre os barracos do Parque São Jorge e depois do Bairro Dom Almir (no caso da ocupação, Dom Almir II) e num movimento de identificação de aspirações e perspectivas, foram engrossando a ocupação. Alguns ouviram a notícia pelo rádio, outros foram informados e até convidados por parentes e vizinhos; algumas mulheres contam terem sabido da existência da ocupação por meio de comentários na mercearia e na farmácia. Djalma diz que saiu para trabalhar e, quando voltou, só teve a notícia de que sua esposa havia ido limpar um terreno e levado os filhos maiores para ajudá-la, Veridiana relata que foi à farmácia comprar um remédio para o filho doente e ouviu, no Programa do Batista Pereira, a notícia, comprou o remédio e já voltou para casa decidida "a entrar nessa vida"; Divina morava e trabalhava junto com todos os filhos numa carvoaria, foi convidada por alguns colegas de trabalho e resolveu ir.*

*O fato de essas pessoas tomarem conhecimento da existência da ocupação em seus espaços normais de vida é significativo, pois demonstra que as informações circulavam em espaços comuns e que guardavam uma certa similaridade de realidades vividas. A notícia chegou a esses trabalhadores e foi assimilada como alternativa, porque a ocupação de terras urbanas foi, em suas trajetórias de vida, delineando-se como a saída mais viável dentre as oferecidas. A pronta identificação do acampamento como possibilidade real de aquisição de moradia própria em Uberlândia deu-se por um movimento*

*coincidente de vivências nessa cidade, elaboradas de forma particular, mas, no geral, perpassadas pelo sentimento de exclusão, de pobreza, de dificuldade de acesso aos bens urbanos, em suma, por sentimentos que só poderiam ser experienciados na condição de classe trabalhadora.*

Parto do princípio que, para se compreender adequadamente o problema da habitação, é preciso aliá-lo de forma intrínseca à questão da terra e da complexidade da vida urbana. A partir dos anos 60, tem-se registrado no Brasil um crescimento demográfico urbano muito superior ao crescimento dos seus domicílios. Além disso, os anos 80 trouxeram, com a recessão, a pauperização acelerada e uma violenta redução dos investimentos, tanto públicos como privados, em obras de urbanização. Contraditoriamente, nesse quadro, a população urbana passou, ainda no final da década, a representar 70% da população total do país.<sup>(101)</sup>

Nas cidades, há um contingente cada vez mais expressivo de trabalhadores vendo-se, crescentemente, privados da mais elementar condição de vida, com pouca ou nenhuma perspectiva de trabalho e moradia dignos. Excluídos do mercado de consumo, esses habitantes vêm-se forçados a saídas para sobrevivência: cresce o número de favelados; os terrenos ociosos, e muitas vezes especulativos, são ocupados; os loteamentos em situação irregular multiplicam-se; aumentam as construções à beira de córregos, rios, encostas, causando profundos impactos sócio-ambientais; e, no âmbito do planejamento, os esforços se frustram na maioria das vezes, inclusive, pela ineficácia da adoção de modelos pré-estabelecidos e do equívoco das “soluções” correntes de “desenvolvimento urbano”.

Nesse quadro, as situações de conflito acirram-se ampliando-se rapidamente, passando a cidade a conviver, permanentemente, com

---

<sup>101</sup> A este respeito ver: RODRIGUES, Arlete Moisés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1994. P. 57 a 63; MARTINS, Dora. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1994. P.57 a 63. Nestes livros, as autoras apresentam gráficos e dados estatísticos sobre o crescimento da população brasileira nas últimas décadas, abordando a questão das migrações internas, do êxodo rural e das condições de vida das classes trabalhadoras nas cidades brasileiras. Os dados apresentados baseiam-se nos dados fornecidos pelo IBGE, mais especificamente no: Anuário Estatístico Brasileiro, 1977 a 1982, IBGE. Ver também: CEM – Centro de Estudos Migratórios. *Migrações Internas no Brasil: a peregrinação de um povo sem terra*. São Paulo: Paulinas, 1986.

confrontos relacionados ao acesso à terra, habitação, em que os despejos, as remoções, ocupações e a violência policial são uma constante.

No contexto amplo da produção de mercadorias em nossa sociedade, inclui-se a produção de um tipo de espaço urbano que reproduz a pobreza, não como carência, mas como parte integrante de uma lógica que vem transformando o espaço urbano num imenso e sofisticado mercado, em que uma das mercadorias mais caras é a habitação, que se torna inacessível para a maioria dos seus moradores, funcionando como forte fator de exclusão do direito à cidade.

Em Uberlândia, a produção de moradias, principalmente aquelas voltadas para as classes trabalhadoras, sempre estiveram vinculadas a programas institucionais, fossem eles de âmbito municipal, federal ou estadual<sup>(102)</sup>. Entretanto ficaram de fora desses planos, os trabalhadores que não podiam comprovar renda ou salário e, dessa maneira, viram-se obrigados a encontrar alternativas de obtenção e de produção de moradias: ocupações, favelas, cortiços, auto-contrução.

*Para os trabalhadores ocupantes de terra e acampados do Bairro Dom Almir, esse viver o cotidiano comum da cidade tinha características diferentes daquelas apontadas no discurso oficial, como sendo atributos de Uberlândia. Em suas trajetórias, a cidade de qualidade de vida invejável, em termos de transporte coletivo, atendimento médico, educação pública, qualidade de moradia e saneamentos básicos, vida pacata e ordeira, grande oferta de emprego, era percebida como o oposto de suas vivências, elementos denunciadores de uma profunda desigualdade social e de distribuição de renda. A existência desses bens da vida urbana foi vivenciada justamente pela impossibilidade de chegar até eles ou foi sentida num movimento de distanciamento cada*

---

<sup>102</sup> A esse respeito ver: SOARES, Beatriz Ribeiro. *A Moradia em Uberlândia*. Uberlândia, 1993. Mimeo. Este texto foi produzido a partir da exposição da professora no encontro “A Moradia em Uberlândia” em 28/03/93.

vez maior, o que, na prática, representou o aprofundamento do fosso da desigualdade e a perda concreta de direitos mínimos. É isso que nos relatam os depoimentos a seguir:

"... falava assim que aqui tinha muito serviço, na época tinha mesmo, só que daí prá cá, nada saiu, não saiu serviço... quando aparece é limpeza de rua, mas gente é demais, num chega prá todo mundo né? Prá mulher quando aparece é um servicinho de um salário, às vezes a mulher tem seis, oito filho quê que um servicinho de um salário dá, né? Num dá prá nada".<sup>(103)</sup>

"Então... uma coisa que eu tô achano é que duns tempo prá cá os político... de primeiro eu tinha minha barraquinha de comida, eu vendia muita comida, é que eu esqueci a época, eu sei que naquela época eu deposei até o meu dinheiro, eu tinha meu dinheiro d'eu comê, d'eu dá aos meus filhos, de vestir...Hoje a gente num tem mais uma poupança, cabô com a poupança que a gente tirava o juro e deixava o principal... hoje num tem mais poupança, num tem mais nada. É pro povo ficá aí que nem cachorro... Uma cachorrada no mundo sofreno!".<sup>(104)</sup>

---

<sup>103</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

<sup>104</sup> Maria Joana, out./1999.

Mas, voltando ao teor da carta enviada à Prefeitura, pode-se refletir também para o significado político inscrito na argumentação que aponta o direito a moradia como sendo fundamental e garantido em Lei.

Não se trata de afirmar que os trabalhadores não tivessem consciência disso anteriormente, mas o que chama atenção aqui é o fato de que em toda a documentação analisada, essa foi a primeira vez em que essa formulação apareceu por escrito e remetendo-se a um coletivo que extrapolava o acampamento, ligando-o a uma realidade que engloba milhares de famílias na sociedade brasileira.

Esse alargamento de percepção aparece como um indicador de que a luta política na ocupação e o embate em busca da legitimação desta, ampliaram o campo de entendimento da Lei e dos direitos, bem como possibilitou uma leitura mais apurada da realidade sócio-econômica brasileira, traduzida no dia-a-dia de privações e miséria de expressivos contingentes da classe trabalhadora no país.

Uma outra leitura possível é a de que o aumento do nível de elaboração teórica e refinamento da discussão pode indicar uma busca dos acampados de apoios e/ou assessorias técnicas, em outros movimentos sociais ou no meio intelectual mais participativo para auxiliar na elaboração de formulações teóricas que respaldassem, no nível do discurso, as práticas e os saberes advindos da própria experiência de vida desses trabalhadores e que agora se amalgamavam num sujeito coletivo, em movimento baseado em interesses mútuos e objetivos definidos.

Essa tendência foi marcante na trajetória de luta dos movimentos sociais urbanos da década de 80, quando uma pluralidade de material foi produzida pelos movimentos de moradia, expressando a complexidade e a riqueza das lutas empreendidas.

Segundo Laverdi<sup>(105)</sup>, o diálogo com essa produção apresenta-se como um espaço privilegiado para discutir as experiências de aprendizado dos movimentos, as relações entre as lideranças e a base e entre estas e as assessorias técnicas, sendo que, na análise de tais materiais, é possível indagar sobre a produção de estratégias, concepções e formas discursivas dos movimentos sobre a “questão urbana” e o direito à cidade, reelaboradas na tensão entre saberes e lugares produtores, e as demandas definidas nos caminhos das lutas que então se colocavam.

As reivindicações e as críticas implícitas no documento analisado demonstram o caráter da relação estabelecida com o poder público municipal, na época, personalizado, para os acampados, nas figuras do prefeito Virgílio Galassi e da secretária de Trabalho e Ação Social, a sra Niza Luz.

Como já começou a ser apontado nos capítulos anteriores, esse relacionamento foi marcado pelos embates entre prefeitura e acampados e pela negativa veemente (traduzida em discursos, práticas e políticas públicas) do poder executivo em reconhecer a legitimidade do movimento e das reivindicações dos trabalhadores.

Essas posturas podem ser acompanhadas, inclusive, pelos jornais da época, para os quais o Prefeito nunca poupou declarações desqualificadoras sobre a ocupação, os ocupantes e mesmo sobre os seus apoiadores.

*“Eu quero deixar claro – e que não fique nenhuma dúvida-, que invasores, na minha administração não terão nenhum apoio”.*<sup>(106)</sup>

Para o poder público, a ocupação era constituída por pessoas que não pertenciam à cidade o que o desobrigava de qualquer compromisso e responsabilidade política e social com elas, “... o nosso compromisso é com a população de Uberlândia e os invasores não são população de Uberlândia”.

---

<sup>105</sup> LAVERDI, Robson. *Pelo Direito de Morar*: Experiências de Luta pela Reforma Urbana. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP,1998.

<sup>106</sup> “Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto”. Jornal *Correio do Triângulo*. Uberlândia, 21/01/1992

Segundo o João Marcos Alem<sup>(107)</sup>, a elaboração de um discurso sobre o “nativo” em Uberlândia remonta à própria fundação do município e visou, desde o início, manter a cidade e seu desenvolvimento no controle das elites locais.

Nesse discurso, o que existe em Uberlândia são apenas conturbações sociais e não processos políticos de luta; os sujeitos emergentes da experiência da cidade que cresce são escamoteados, dissimulados em relações predeterminadas, e desaparecem nos discursos subjacentes a essas relações.

A cidade é aberta e generosa para quem trabalha, valoriza a família e a vida em comunidade, ou seja, quem está inserido e nunca perturbou sua ordem: trabalhou, casou, constituiu família, sempre pagou aluguel em dia, tem o nome limpo.

*“Uberlândia sempre foi uma cidade aberta. O indivíduo chega aqui e ninguém pergunta de onde ele veio, mas o que ele faz. Se é trabalhador integra-se a cidade em pouco tempo...”*<sup>(108)</sup>

Está claro o fato de que a cidade oficial reserva seus espaços a quem sempre viveu de acordo com os mecanismos por ela ditados. É claro, também, que, dentro deste entendimento, os desempregados, ou os que nunca sequer chegaram a colocar-se no mercado de trabalho, não são considerados trabalhadores, eles são “sobrantes”, restos incômodos, que só aparecem nas estatísticas da crise ou nas páginas policiais... sobras de uma cidade moderna, resíduos inevitáveis do crescimento urbano e do progresso gerador de desigualdades, ambos intrínsecos à lógica do sistema capitalista.

Porém, cabe ressaltar que o relacionamento entre o poder público e os trabalhadores nunca se deu de forma linear. Ele foi construído com idas e vindas, ocasionadas, inclusive, pelo acúmulo de forças políticas consolidado pelos ocupantes de terra durante o processo.

---

<sup>107</sup> ALEM, João Marcos. op. cit.

<sup>108</sup> **Revista Flash**. n. 10, SET\88.

*“... na época era o seu Virgílio, esse seu Virgílio que tá aí... é uma pessoa que eu... a moda do outro, é um grande administrador, mas só que ele... ele num tem coração, pessoa que só vê o lado dos ricos, se nós tem o que nós tem hoje foi a base da pressão mesmo e com o apoio de todos os outros segmentos da sociedade”.*<sup>(109)</sup>

Nas atuações com o poder público municipal, os acampados valeram-se de vários recursos de ação direta como passeatas, ocupações da Prefeitura e da Câmara Municipal que eram realizadas com a participação das crianças e das mulheres, levando latas e panelas vazias para representar a falta de água e comida. Esses momentos foram registrados pela imprensa local e também ressurgem na fala de alguns moradores entrevistados:

*“Quando nós tava no São Jorge fizemos várias passeata ali e depois disso, a gente tivemos várias vezes dentro da Prefeitura, através da multidão, ia muita gente, ia 50,60 100,150 pessoas...”*<sup>(110)</sup>

*“Cerca de 100 pessoas, moradores acampados do bairro Dom Almir após realizarem uma curta passeata pela avenida Afonso Pena ocuparam, em companhia do deputado estadual Gilmar Machado(PT) e da vereadora Nilza Alves(PPS), ontem a ante-sala do prefeito Virgílio Galassi na tentativa de conseguir uma audiência”.*<sup>(111)</sup>

Pelo que se pode perceber, essa ocasião não foi uma exceção nas relações entre o poder público e os moradores do Dom Almir. Durante o período de negociação, o Prefeito adotou uma postura clara de jamais receber a Comissão dos sem teto:

*“O prefeito Virgílio Galassi (PDS), segundo informou seu assessor de Gabinete, recusou-se a receber a imprensa para falar do movimento dos acampados do bairro Dom Almir. Ele confirmou que a audiência fora*

---

<sup>109</sup> Djalma Moraes, abr./1999.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup>“Moradores ocupam ante-sala da PMU tentando audiência”. Jornal *Correio do Triângulo*. Uberlândia, 17/03/92.

*marcada como o Deputado Gilmar Machado(PT) porém com a restrição de que não receberia a comissão de moradores. ‘O prefeito já disse que não recebe invasores’, reiterou”.*<sup>(112)</sup>

Esse posicionamento causou momentos de muita indignação e exasperação entre os moradores, mas a postura do Prefeito não foi jamais aceita como a palavra final, nem tampouco a Comissão de Frente composta pelos moradores perdeu sua autoridade e legitimidade diante nos impasses e conflitos das negociações, pelo contrário, foram os momentos de acirramento dessa tensão que levaram a Comissão a enfrentar e organizar o embate, utilizando-se dos argumentos disponíveis e aumentando o seu respaldo junto ao poder público.

Djalma, que era componente da Comissão de Frente na época, evidencia um pouco dessa relação em sua fala:

*“... porque aquela comissão era respeitada, a gente tinha apoio lá dentro ...esse apoio vinha do seguinte: da maneira como as pessoas da própria comissão negociava com a própria prefeitura, porque dentro da prefeitura se num tiver umas pessoas que num tem assim, num vô dizê uma inteligência, mas um argumento, porque contra um argumento num existe nada, se você tem um argumento certo, você consegue as coisa, né?Então naquela época aquelas pessoas que tava ali, elas tinha argumento prá conseguir dobrar o prefeito,os vereador, os secretários...”*<sup>(113)</sup>

A argumentação construída pelos acampados embasava-se na questão dos impostos pagos, da terra estar vazia, no fato deles serem trabalhadores e quererem pagar pelo lote e pela casa. A base de sustentação dessas reivindicações diz respeito a valores e a experiências de vida que forjaram, nessas pessoas, convicções sobre o significado do direito, da propriedade, da justiça e honestidade, que, aliadas às condições precárias de sobrevivência experimentadas por esses trabalhadores e suas famílias na cidade, os levaram a reconhecer a justeza e legitimidade de sua luta, embora essas convicções

---

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> Djalma Moraes, abr./1999.

aparecessem num campo semeado por contradições, como já foi discutido no capítulo II do presente trabalho.

Mas, além desses, outros **argumentos** foram usados para “dobrar” o prefeito, vereadores e secretários, e expressam o grau de determinação e entendimento político dos acampados no embate que se desenrolava:

*“Uai, ali tinha muita coisa: às vezes eles falava que num dava, às vezes eles jogava prá frente, ficava empurrando com a barriga, certo? Então os argumento mais que a gente usava era a **pressão**, propriamente a pressão, né? porque naquela época nós era o quê? nós era mais de 400 pessoas, a gente representava 400, 600 pessoas, então imagine você, 600 pessoas dentro de uma Prefeitura, o quê que se faria ali? Então era assim mais ou menos, mais na pressão e no argumento certo, porque ou o prefeito fazia ou a gente fazia o movimento.”<sup>(114)</sup>*

“Fazer o movimento” significava nesse contexto, estar em movimento, estar inserido na dinâmica da construção e da articulação de uma luta que colocava homens, mulheres e crianças como parceiros de um sonho comum e na busca da concretização de um direito.

Essa fala também traz possibilidades de aprofundar a reflexão sobre a maneira pela qual trabalhadores, antes individualizados, dispersos e privatizados, vão se constituindo como um sujeito que é coletivo, é histórico e é social. “*Imagine o que é 600 pessoas dentro de uma Prefeitura?*<sup>(115)</sup>”, a pergunta não remete a uma questão simplesmente numérica. Ela trata de um grupo de pessoas que se conhecem e se reconhecem a partir de uma demanda comum: a moradia, muitas trajetórias de vida, que se identificam por terem sido vivenciadas dentro de um mesmo espaço-tempo histórico: o cotidiano. Cotidiano experimentado numa situação que também guarda profundas semelhanças: o desemprego ou o sub-emprego, o arrocho salarial, a dificuldade de morar, trabalhar, estudar, criar os filhos, divertir-se, em suma, a constante precarização das condições de vida em Uberlândia e a frustração reiterada de uma série de expectativas construídas em torno do morar e do viver na cidade.

---

<sup>114</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>115</sup> Idem.

Na conjunção desses fatores, que agregam em torno de si atores com vivências comuns e que, portanto, geram identidade, pode-se perceber o gradativo processo de constituição de um sujeito coletivo histórico, pois, ao se reconhecerem movidos por demandas comuns e se colocarem na busca de alternativas para elas, eles trouxeram à luz existências de práticas, vivências e valores essencialmente políticos e politizadores, num espaço, até então, tido como à parte da política: o cotidiano dos lugares de moradia dos trabalhadores na cidade. Foi olhando para dentro desse movimento que se tornou possível perceber a maneira pela qual um grupo de trabalhadores dispersos por diferentes bairros da cidade e envolvidos numa luta ferrenha e diária pela sua sobrevivência e de sua família, foi se constituindo no sujeito coletivo: Moradores do Acampamento Dom Almir, que, a despeito de todas as tentativas de ignorá-los como tal, colocou-se no início dos anos 90, como interlocutores de considerável força política, num diálogo, muitas vezes, forçado, com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, trazendo à tona, de forma inegável, questionamentos, reivindicações e disputas que versavam sobre a ordem e a desordem urbana na ótica desses trabalhadores.

Além disso, a recusa insistente por parte do poder público em reconhecer em o movimento de ocupação de terra, como ação legítima dos trabalhadores em busca de moradia, e em dialogar com seus representantes, teve dois desdobramentos políticos muito importantes:

O embate configurou-se como um campo de reafirmação do sujeito político coletivo, no confronto com o poder público, forjou-se um processo que politizou e organizou de forma crescente a ocupação, essa negativa em reconhecer sua existência colocou-os em movimento, levando-os a aprimorar seu discurso e a articular suas ações no campo prático.

Nas suas idas à Prefeitura, na ocupação das ante-salas do gabinete do prefeito, dos secretários municipais, da tribuna no plenário da Câmara Municipal, na organização das passeatas, nas palavras de ordem, no debate com os responsáveis pelos serviços públicos e na defesa de suas pautas de reivindicações, eles foram desmistificando os motivos da ação e da razão do Estado; foram percebendo os jogos de interesses privados no trato da “coisa pública”, deparando-se com as demandas clientelistas e eleitoreiras, aprendendo o complexo movimento das relações de força presentes nas disputas e nas decisões políticas, administrativas e judiciais e avaliando o uso que poderiam fazer da força de pressão que tinham acumulado.

Foi justamente diante da recusa em ter sua presença reconhecida pela administração pública municipal que o movimento reforçou sua identidade como sujeito político, aumentando-a em força inversamente proporcional à negativa da qual era alvo.

Além disso, foi por esses impasses gerados pelos posicionamentos da Prefeitura que os acampados procuraram mediadores nesse diálogo necessário com a administração da cidade, enriquecendo o percurso desse aprendizado de experiência social mediante as conexões políticas engendradas.

Nessa gama de relações estabelecidas, aquela existente com a Igreja Católica aparece em vários momentos nas fontes, sejam elas orais ou escritas.

A postura da Igreja Católica, ou pelo menos de setores dela, em relação à ocupação do Bairro Dom Almir em Uberlândia, não era uma postura isolada, mas dizia respeito a todo um processo no qual ela foi se constituindo como um referencial, fosse em nível de produção de uma determinada matriz discursiva, amplamente adotada pelos movimentos, desde o início da década de 80, e que apontava para a humanização da cidade, fosse como sujeito legitimador de outras organizações sociais desse campo.

A Igreja vinha promovendo, desde a década de 80, uma série de Encontros, em nível nacional, para discutir a questão do solo urbano, e contribuiu no processo que levou à reelaboração de concepções sobre a questão urbana e o direito à cidade.

No caso do bairro Dom Almir em Uberlândia, vislumbra-se parte dessa postura, rastreando diversos documentos em que a presença da Igreja foi marcante. Sua ação fez-se sentir desde os momentos tensos de negociação no acampamento Vila Rica, quando em agosto de 1990, saiu a ordem de despejo das famílias ocupantes da área municipal no Parque São Jorge IV.

É interessante retomar a situação vivida pelos ocupantes naqueles momentos que antecederam a entrada oficial da Igreja Católica, representada pelo Bispo Dom Estevão, como mediadora no diálogo com o poder público.

Em agosto de 1990, dias após a ocupação, os jornais anunciavam uma reunião entre uma comissão de vereadores<sup>(116)</sup> e o prefeito para discutir a situação dos “invasores” de terrenos no Parque São Jorge, pois o prefeito

---

<sup>116</sup> A Comissão era formada pelos vereadores Normy Firmino (PSDB), Calcir José (PFL) e Nilza Alves (PCB).

negava-se a receber os próprios trabalhadores que procuraram o Legislativo para tentar mediar a situação.

O posicionamento dessa Comissão de Vereadores não impediu que a Prefeitura mantivesse e conseguisse o parecer favorável ao pedido judicial de reintegração de posse no sentido de despejar as famílias do Vila Rica:

*“Sair para onde? Essa era a pergunta feita por todos os sem casa que ocupam um terreno da Empresa Municipal de Construção Popular (EMCOP) no Parque São Jorge IV. Os dois últimos dias foram tensos para as 200 famílias depois que a Justiça deu parecer favorável a liminar de reintegração de posse para a Prefeitura. Reunidos em pequenos grupos eles esperavam aflitos a chegada a qualquer momento de um oficial de Justiça ou mesmo da Polícia para conduzir os trabalhos de retiradas dos barracos”.*<sup>(117)</sup>

Segundo o Sr. Haroldo, os boatos que chegavam até o acampamento eram de que a Prefeitura tinha tanta certeza de que conseguiria o parecer favorável ao seu pedido, que já havia colocado 22 caminhões de prontidão em frente ao Fórum da cidade, só esperando o Juiz assinar a ordem para efetuar o despejo, o que de fato aconteceu: *“Aí o Dom Estevão entrou na frente e disse: \_ ‘ Virgílio, você num vai fazer isso não!’”.*<sup>(118)</sup>

Para os acampados, o apoio do Bispo foi de fundamental importância, tanto que o nome do bairro era para ser Dom Estevão, o que só não aconteceu porque, segundo a Lei, não é permitido nomear bairros e outras localidades com o nome de pessoas vivas. A entrada da Igreja nas negociações foi determinante, inclusive, algumas pessoas até hoje acreditam que a área do bairro foi comprada pelo Bispo e doada aos moradores, o que obviamente não é verdade.

---

<sup>117</sup> “Posseiros do Bairro São Jorge ainda não sabem para onde ir”. Jornal *Correio do Triângulo*. Uberlândia, 14/08/1990.

<sup>118</sup> Sr. Haroldo da Silva, out./2000.

Politicamente, a participação direta da Igreja nas negociações a favor dos acampados alterou o quadro de forças, porque permitiu que o problema fosse visto sob a ótica do direito e da humanização da cidade e não apenas pela ótica da invasão e da vadiagem, mas também despertou críticas e acusações dos setores mais conservadores da sociedade, sobretudo, do próprio poder público, que encarava a Igreja com um dos principais elementos agitadores e incentivadores das ocupações de terras na cidade. Esse enfrentamento entre a Igreja e a Prefeitura Municipal pôde ser particularmente sentido na ocasião da segunda ocupação no bairro, ou seja, daquelas famílias de trabalhadores que não vieram transferidos do Vila Rica e formaram o acampamento denominado Dom Almir II.

*“Segundo Virgílio Galassi, no ano passado foi feito um acordo com a Igreja Católica para a Prefeitura absorver o problema da invasão que já existia em Uberlândia, mas com o compromisso de que aquela seria a última vez que a Administração Municipal iria interferir no assunto. Isso, no entanto, não aconteceu e segundo o Prefeito, o mesmo grupo de agitadores que promoveu a primeira promoveu esta segunda, agora nas proximidades do bairro Dom Almir”.*<sup>(119)</sup>

Para o Sr. Virgílio Galassi, administrador público eleito pelo povo, o problema dos ocupantes de terra não exigia políticas públicas coerentes com a gravidade do quadro social de miséria e privação e sim medidas de assistencialismo e caridade. Na sua opinião, as Entidades ou Instituições que exigissem ação por parte da administração municipal deveriam pagar, do seu próprio bolso, as medidas que recomendavam ao poder público, pois estas se constituíam em mera demagogia de pessoas que criavam o problema para a Prefeitura Municipal resolver.

A mentalidade estreita e conservadora, expressa na fala do Prefeito em relação ao trato das questões sociais na cidade, demonstra, claramente, o grau de articulação que se

---

<sup>119</sup> “Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto”. Jornal *Correio do Triângulo*. Uberlândia, 21/01/1992.

fazia necessário na disputa empreendida pelos acampados. Estes perceberam, sem demora, a importância da aliança com os segmentos sociais que pudessem respaldá-los ou mesmo mediá-los no processo de disputa que então se colocava.

Essa percepção deu aos trabalhadores a clareza política de que a estratégia de sua resistência não poderia ser construída solitariamente. Ignorados pelo poder Executivo recorreram ao Legislativo, negligenciados por este, buscaram outras formas de conexão com a sociedade e, na impossibilidade de serem ouvidos seriamente por seus interlocutores, somaram sua voz a outras:

*“O bispo diocesano Dom Estevão Cardoso de Avelar, acompanhado por um grupo de populares, padres e freiras, esteve ontem na Câmara Municipal com o objetivo de abrir diálogo com o Prefeito Virgílio Galassi (PDS) sobre a situação dos acampados do bairro Dom Almir II. Dom Estevão referiu-se a várias declarações dadas pelo prefeito Virgílio Galassi sobre o problema dos acampados negando-se a tomar uma decisão a seu favor, classificando-os de “invasores”.*<sup>(120)</sup>

A administração municipal acusava a Igreja de ser a patrocinadora das ocupações, inclusive, alegando que não daria apoio aos trabalhadores do Dom Almir II, porque, na época dos acampados do Vila Rica, a Igreja teria feito um acordo com as autoridades do Município, garantindo a não realização de novas ocupações de terra. A resposta da Igreja não tardou: *“Ora é a Prefeitura que anuncia em suas propagandas uma cidade de leite e mel”.*<sup>(121)</sup>

Esse episódio demonstra o nível de articulação adquirido entre os acampados do Dom Almir e os demais setores da sociedade. Em muitos momentos, esses setores fizeram-se ouvir e compraram a briga com o poder público em nome dos acampados, não porque eles não tivessem condições de fazê-lo ou fossem incapazes de conduzir sua luta, mas como estratégia construída no interior do próprio movimento de resistência e reivindicação.

Essa relação com a Igreja foi construída num rico movimento de aproximação e distanciamento, afinidade e exasperação. Momentos em que os trabalhadores foram

---

<sup>120</sup> “Bispo interfere e apóia acampados do Dom Almir”. Jornal **Correio do Triângulo**. Uberlândia, 08/02/1992.

<sup>121</sup> Idem.

construindo sua experiência política, numa oscilação entre a autonomia coletiva e a relação de dependência, apoio e proteção, como deixa entrever o abaixo assinado dos acampados, endereçado ao próprio Dom Estevão:

*“Nós, abaixo assinados, residentes e domiciliados em Uberlândia/MG, acampamento Dom Almir, vimos através desta fazer uma denúncia. Somos contra a politicagem que o Padre Baltazar juntamente com o Senhor João Batista da Fonseca, candidato a vereador pelo PT, PARTIDO DOS TRABALHADORES, estão fazendo dentro da nossa capela, no horário da missa, além do mais isto está gerando conflitos entre nossa gente, e, às vezes, alguém é ameaçado de morte, como aconteceu alguns dias atrás. Somos pessoas humildes, mas não somos pessoas desligadas do mundo. Fazemos campanha para o PT, mas não podemos aceitar que alguém possa vir a morrer por uma **simples causa**. Esperamos contar com o apoio de Vossa Reverendíssima, para que tudo isto seja resolvido democraticamente”.*<sup>(122)</sup>

Esse documento, datilografado em folha de caderno de desenho, data de 09 de setembro de 1992 e foi assinado por 13 moradores. Ainda que o montante das assinaturas seja de um número relativamente pequeno, o que pode ser indicativo tanto do pouco incômodo que as atitudes do Padre Baltazar realmente geravam entre os acampados, quanto da pouca predisposição de questionar as atitudes de um representante/autoridade da Igreja Católica dentro do acampamento. A simples existência de um documento deste teor, produzido e assinado por moradores, pode demonstrar uma faceta interessante da dinâmica que se vinha empreendendo entre as “autoridades constituídas” e aquela construída no ir e vir das relações cotidianas entre os acampados e os seus apoiadores.

Nessa interlocução estabelecida com a Igreja, e indiretamente com o Partido dos Trabalhadores, havia um reconhecimento da política eleitoral, inclusive, via participação na campanha para candidatos do PT, mas esse reconhecimento tinha um limite bem definido, quando essas ações eram

---

<sup>122</sup> Abaixo Assinado endereçado a D. Estevão.

realizadas em espaços, ocasiões e horários não previamente estabelecidos, concedidos e combinados com o coletivo.

A capela, o horário da missa significavam, para esses trabalhadores, em um cenário de onde emergiam valores e expectativas diferentes daqueles convencionalmente denominados de políticos; locais onde, diante da busca de reflexões, de tranquilidade e de religiosidade, a campanha eleitoral do momento, ainda que valorizada, convertia-se em “*uma simples causa*”.

Para compreender tais posicionamentos faz-se necessário refletir sobre a dinâmica desses movimentos, mediante os quais a experiência vivida pelos homens e mulheres concretos e de “vida anônima” vem à tona em forma de ações coletivas, que politizam os lugares e as práticas cotidianas da vida e alteram o roteiro pré-estabelecido do diálogo e da articulação entre as diversas formas de expressão social dos trabalhadores e a institucionalidade reconhecida, seja no poder público ou em diversos outros agrupamentos: Igrejas, partidos, sindicatos etc.

As reflexões elaboradas por Eder Sader<sup>(123)</sup> foram de grande valia, pois permitiram auscultar, nos meandros desse diálogo travado entre os acampados do Dom Almir e seus apoiadores, não a noção do utilitarismo ou do oportunismo, mas a idéia de autonomia como elaboração da própria identidade, construída num processo coletivo de luta e vivências múltiplas, em que se organizam práticas por meio das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar vontades, constituindo-se nessas lutas. Emerge, então, a figura de um sujeito coletivo autônomo, não como aquele que é livre de todas as determinações externas, mas como aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade e necessidade.

O recado bastante claro foi dado “... *somos gente humilde, mas não somos pessoas desligadas do mundo*”. Não estar desligado do mundo podia ter uma série de significados, na base, creio que essa postura indicava uma atitude de autonomia construída no processo de luta e negociação do acampamento, e essa autonomia era vivenciada no sentido de admitir e até

---

<sup>123</sup> SADER, Eder. OP. Cit., p 55-56.

buscar a ajuda e a parceria de outros atores sociais nos embates travados, mas com um posicionamento de que essa parceria era construída com base nas necessidades advindas dos próprios acampados.

No início dos anos 90, o apelo á articulação nacional em torno da questão urbana e do direito à cidade vivia ainda o seu auge devido ao processo constituinte, no qual vários movimentos urbanos haviam se envolvido, numa intensa mobilização em torno da Emenda Popular da Reforma Urbana.

Como aponta Laverdi, “... *a luta para ampliar a participação de diversos grupos sociais na definição de políticas para as cidades brasileiras recobre uma trajetória interessante de construção de lutas, formulações de projetos e denúncias, articulações de formas organizativas diversas e de um renovado aprendizado político*”.<sup>(124)</sup>

Assim, pode-se observar, no teor e na mobilidade das conexões estabelecidas pelos trabalhadores no processo de constituição do bairro Dom Almir, um movimento descontínuo, dicotômico, não alinhado diretamente a posturas definidas à priori como sendo de esquerda ou direita. Isto porque as trajetórias de vida propiciadoras da experiência e dos valores que criaram a linha básica de aglutinação entre esses sujeitos apontavam para a luta da moradia como portadora de um sentido mais amplo: uma faceta da luta pelo direito à cidade.

Essa noção do direito à cidade também não apareceu elaborada de repente, mas foi se constituindo no universo das pequenas lutas diárias, desde a época da ocupação. Essas lutas punham em evidência a disputa por um espaço urbano diferenciado, não aquele onde somente têm prioridade os projetos arquitetônicos de grandes praças e avenidas. A cidade em disputa era aquela das passarelas seguras, dos horários viáveis de transporte coletivo, do postinho de saúde, da creche, da escola e da polícia eficiente dentro do bairro.

Embora a percepção dessas expectativas existentes nas reivindicações populares tenha sido assumida pela esquerda da cidade, o movimentar-se desses trabalhadores, em busca de seus interesses, acabou, vez ou outra, questionando, redefinindo e até revalorizando as formas de

---

<sup>124</sup> LAVERDI, Robson. Op. cit., 1998.

interlocução e ação existentes no universo das relações tecidas entre os acampados e aqueles setores da classe trabalhadora.

A luta e sua forma de expressão imediata, a ocupação de terras urbanas, podia aparecer, no discurso e no imaginário do poder público, como o lugar da “não-cidade” ou dos “não-uberlandenses”, o que atestava de forma veemente a negativa de perceber a lógica da urbanização brasileira como um processo historicamente excludente e segregacionista. Mas foi justamente essa “não cidade” que os trabalhadores negaram em seu processo, pois as ocupações urbanas, à medida que questionam concretamente essa lógica da urbanização, ampliam o sentido das reivindicações de água, luz, transporte, educação e saúde e ultrapassam o limite da luta por moradia, redimensionando-a na perspectiva da conquista ao direito de participação no fazer-se da cidade e de recolocá-la sob a ótica dos setores populares.

À proporção que os documentos e as falas iam sendo explorados, outros atores sociais juntavam à trama das ações tecidas. A relação com os partidos políticos e os parlamentares também possibilitam algumas reflexões importantes acerca do diálogo e das posturas existentes.

Nas falas dos entrevistados, fica claro que a ação de alguns parlamentares tanto da esquerda quanto da direita, foi importante no processo, sendo que alguns moradores, ao fazerem o balanço da experiência, até chegam a afirmar que sem esses parlamentares a luta não teria dado no que deu, e a situação poderia ser muito pior hoje. Eles apontam a conquista da água, da escola e outros como fruto da ação direta de alguns vereadores e deputados.

Essa percepção traz para o bojo da questão a possibilidade de problematizar a maneira pela qual os atores avaliam o resultado do processo de luta empreendido e até onde eles se vêem como sujeito central da ação. Isso pode ser visualizado na fala de um morador quando ele diz que sem o apoio dos vereadores eles não teriam conseguido nada, pois eles não tinham força. A postura pode estar ligada ao grau de comprometimento e alinhamento político, pois, muitos moradores, passado o estágio do confronto com o poder público, conseguiram alguns favores dentro da Prefeitura, como empregos, materiais para construção de casa e outros.

Obviamente, o lugar social ocupado hoje também influencia nessas análises, mas elas não deixam de evidenciar o grau de articulação conseguido na época com os parlamentares, tecendo relações políticas que, inclusive, serviram de base para favorecimentos pessoais posteriormente.

Entretanto o movimento em direção aos parlamentares e partidos políticos também é assinalado por aproximações e distanciamentos e demonstram uma leitura política apurada de quando e como promover os contatos e com quem.

Pode-se ter mais indícios dessa postura, quando se acompanha a fala do Sr.Djalma sobre as estratégias das ações realizadas dentro da Câmara Municipal de Uberlândia, no período em que os trabalhadores ainda se encontravam no Vila Rica:

*“Por exemplo, a gente tinha o apoio do Leonídeo (Bouças, do PFL) que no caso, já mexia os pauzinhos deles lá dentro da Prefeitura (...) a gente não procurava político de esquerda prá num dizê que a gente tava apoiano eles e contra o Prefeito, porque em política existe tudo isso aí... a gente procurava assim... fora da Prefeitura ou fora do conhecimento deles né? por exemplo, tinha o Gilmar Machado, na época ele era Deputado Estadual (PT), então quê que a gente fazia? A gente trocava uma idéia com ele, ele falava o quê que a gente tinha que fazê né? e a gente ia lá e depois dava um retorno, ele apoiava a gente mais por fora...”<sup>(125)</sup>*

É interessante observar também como essas posturas se expressaram nos momentos de eleições, quando, plenamente cientes da importância e das possibilidades do momento, os moradores não deixaram de perceber o fato de estarem tendo sua situação utilizada como alvo de disputas e campanhas eleitorais, como já ficou demonstrado na carta endereçada ao Bispo Dom Estevão e como se verifica também em um outro documento enviado à Secretária de Habitação e Meio Ambiente, Sra. Cleuza Resende:

*“Prezada Senhora.*

*Nós da Comissão de Moradores do acampamento Dom Almir, vimos a presença de V.Sa. reivindicar que as inscrições dos lotes urbanizados,*

---

<sup>125</sup> Djalma Moraes, abr./1999.

*situados no Seringueiras, seja suspenso, para os moradores do mesmo, até passar as eleições.*

*O motivo é muito sério: os nomes com relação a estas inscrições estão sendo usados na politicagem de alguns políticos oportunistas, e estes, afirmam que estão conseguindo a urbanização dos lotes, para todos nós acampados.”<sup>(126)</sup>*

Apesar da negativa em ser alvo da politicagem de políticos oportunistas, os acampados perceberam a importância do momento das eleições como a oportunidade de reivindicar seus direitos e apresentar seus interesses coletivos. Durante o período de campanha, fizeram verdadeira romaria em comícios e conversas com candidatos no sentido de conseguir trazer os benefícios sociais para o bairro:

*“nóis num tinha preguiça de cercar candidato... – O fulano vai fazer um comício no Alvorada, vamo lá conversa com ele. E nóis ia e fazia aquela comissão de frente e ia pedir os benefício pro nosso bairro, nóis sempre luto por isso, nóis nunca teve essa vergonha, a gente sempre lutô por isso”.*<sup>(127)</sup>

Parte dessa postura advinha da clareza que os moradores possuíam de que o número de famílias acampadas representava um potencial eleitoral considerável. Como já foi dito anteriormente, ao entrarem em contato com o mundo das razões políticas estatais, eles descobriam, sem demora a força de pressão política que poderiam exercer na disputa, inclusive, eleitoral.

*“... aí com o passar do tempo veio a época das eleições e eles queria mais voto, né? Porque tinha muita família aqui, era interesse deles próprio, aí nóis conseguimos arrumar a água”.*<sup>(128)</sup>

---

<sup>126</sup> Reivindicação enviada à Secretária de Habitação e Meio Ambiente, endereçada a Sr<sup>a</sup>. Cleuza Rezende.

<sup>127</sup> Ireny dos Santos, abr./1999.

<sup>128</sup> Djalma Moraes, abr./1999.

*“... Vinha e filmava, colocava as criançinha prá entrá dentro do barro e coisa e tal, prá fazê proveito político, que vinha a época das política na frente, né?”.*<sup>(129)</sup>

O processo de eleições era reconhecido como um momento em estavam mais presentes os interesses dos próprios políticos e quando as questões sociais vivenciadas eram utilizadas “prá fazê proveito” em campanhas, discursos e promessas, que dificilmente se concretizariam ou se reverteriam em favor do bairro.

A política eleitoral era recebida com desconfiança, porque eles reconheciam-na como um espaço perpassado por mediações incompreensíveis ou que, na maioria das vezes, não expressavam seus reais interesses e necessidades.

Porém isso não quer dizer que permanecessem passivos ou submissos diante desse discurso, muito pelo contrário, os acampados puseram-se em movimento também durante o processo eleitoral e fizeram valer, dentro de suas possibilidades, aquilo que eles julgavam como suas reais necessidades.

Indo aos comícios, conversando com candidatos e até fazendo campanha, eles conseguiram, em alguns momentos, reapropriar-se de uma lógica que deveria traduzir-se em clientelismo e cooptação e tiraram eles mesmos proveito da situação que então se desenhava.

*“... é que os movimentos tomavam corpo no próprio espaço de legitimação das autoridades, isto é, os moradores da periferia reconheciam nos governantes a autoridade como legitimamente constituída, embora essa legitimação se fundasse no pressuposto de que estavam lá para prover as condições de existência da sociedade”.*<sup>(130)</sup>

A documentação, embora de forma esparsa, também permite visualizar uma articulação dos acampados com os Sindicatos da cidade; o grau de proximidade deste relacionamento não pôde ser verificado com mais profundidade devido à escassez de fontes que tratem do assunto, mas, por alguns documentos que me

---

<sup>129</sup> João Batista Naves.

<sup>130</sup> SADER, Eder. Op. cit., p.217.

chegaram às mãos, é possível pelo menos observar que nem os acampados ignoraram a capacidade política de alguns sindicatos como força de pressão dentro do embate existente, principalmente, com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, como também estes não se mantiveram alheios ao problema que então se delineava no acampamento do bairro Dom Almir. Em abaixo assinado enviado à Prefeitura, pode-se visualizar um pouco dessa articulação:

*“Em solidariedade às famílias do Acampamento Dom Almir, vimos através deste documento solicitar aos órgãos competentes, as necessárias providências no sentido de que as referidas famílias sejam urgentemente assentadas, onde possam viver dignamente como cidadãos que o são”.* <sup>(131)</sup>

O documento foi assinado por nove sindicatos, duas Associações de Moradores e por uma Pastoral da Igreja Católica, e ainda que ele não permita perceber se havia outras ações levadas a cabo em conjunto, ou se estas se fizeram sentir concretamente nas ações do poder público em relação ao Acampamento, ele demonstra um movimento de aproximação e afinidade de interesses em jogo, pois os problemas urbanos, dos quais a existência do Bairro Dom Almir era uma amostra concreta e eloqüente, eram partilhados também nos locais de trabalho e moradia dos trabalhadores daqueles setores que essas Entidades representavam. A palavra **Solidariedade** representa um pouco do sentimento e dos valores advindo dessas experiências urbanas compartilhadas

Um outro aspecto sobre a trajetória e o impacto da ocupação e da criação do bairro na cidade pode ser acompanhado no relacionamento existente entre os moradores do Dom Almir e os bairros vizinhos Alvorada e Mansões Aeroporto:

---

<sup>131</sup> O documento foi assinado pelas seguintes entidades: Associação dos Mutuários da Habitação e Moradores de Uberlândia (ASMUTHAM - UDI); Associação de Moradores do Conjunto Alvorada (AMCA); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU/SS); Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Uberlândia (SINTRASP); Sindicato dos Docentes de Escolas de Ensino Superior (SINDEES); Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais; Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação e Afins de Uberlândia; Sindicato Regional dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Mobiliário de Uberlândia; Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/Uberlândia); Pastoral Operária, Associação dos Moradores do Bairro Residencial Dom Almir (AMBDA).

*“Quando nós chegou aqui, aquele povo das Mansões Aeroporto disse que era uns desordeiros que tinha chegado prá cá, que ia fazê um abaixo-assinado prá tirá nós daqui que só tinha barraco preto, tava enfeiano as Mansões Aeroporto”.*<sup>(132)</sup>

*“O povo do Alvorada num gostava de nós porque dizia que o povo do Dom Almir tinha os pé sujo”.*<sup>(133)</sup>

São muitos os depoimentos reveladores dos conflitos entre os moradores do bairro Dom Almir e seus vizinhos. Isto se deu, em grande parte, porque, na maioria das vezes os moradores dos outros bairros assimilavam o discurso presente na imprensa da época e que refletia as posturas e opiniões do poder público sobre o significado das ocupações para Uberlândia. A noção de um bando de baderneiros, ladrões e vadios vindos de outras cidades para pesar em cima da sociedade uberlandense e enfeiar a bela cidade moderna, alcançou ressonância considerável entre os próprios trabalhadores.

As relações mais conflituosas deram-se com os moradores do Bairro Alvorada, por ser o bairro popular mais próximo, era para lá que os ocupantes dirigiram-se quando necessitavam de médico e escola, além de se servirem do mesmo ônibus, o que gerou muitos conflitos:

*“Inclusive num vou te mostra muito longe não, naquela época que nós mudamo prá aqui, o Alvorada já era um arraialzinho, um conjuntozinho mas tinha escola, nós fomo usar a Escola e disse que num aceitava esses sujo lá, nós saía daqui e ia prá avenida e chegava lá o ônibus tinha dia que num parava, o povo de lá brigava prá num parar prá nós, dizia: Os sujós do Dom Almir!”*<sup>(134)</sup>

Os moradores lembram-se de um episódio marcante nessas relações, quando uma professora impediu que a aluna molhada de chuva entrasse na sala, na

---

<sup>132</sup> Sr. Haroldo da Silva, out./2000.

<sup>133</sup> Sebastião Corrêa, abr./1999.

<sup>134</sup> Idem.

época (1992) cerca de setenta e duas crianças estavam matriculadas na Escola e andavam em torno de três quilômetros para chegarem até lá. O fato ocorrido gerou por parte dos pais acampados um movimento de contestação:

*“... foi todo mundo e nós foi filmano até chegá lá... tinha um trilhozinho aqui de barro! Nós fomos os pais atrás, com as bandeiras, fazendo o manifesto, nós fomo prá conversar com a Diretora, o quê que tava aconteceno que os menino tava reclamando que eles tavam até jogando ovo choco neles lá... que isso num era prá acontecê, que escola é pública e fizemo um acordo lá!”.*<sup>(135)</sup>

Importa ressaltar que este trabalho recupera as relações sob a ótica dos moradores do bairro Dom Almir, uma possível busca da memória dos habitantes do Bairro Alvorada poderia ter trazido à tona outras opiniões e experiências.

Por outro lado, é lícito também observar que, diante da negativa do poder público municipal em dotar o bairro Dom Almir com os serviços públicos urbanos, como ônibus, água, coleta de lixo, escola e posto de saúde, os bairros vizinhos sofreram um real processo de saturação, materializado na sobrecarga e no desgaste dos seus próprios serviços.

A Prefeitura, obviamente, excusou-se da responsabilidade e da culpa que lhe cabia no fato e, numa estratégia bem típica dos interesses do capital, preferiu responsabilizar os próprios trabalhadores pela sua miséria e privação e pelo caos social da cidade.

Essa prática, muito ironicamente, é a mesma utilizada hoje em relação aos ocupantes de terra do Jardim Prosperidade, vizinhos ao próprio Dom Almir:

*“A Prefeitura e os vereador, ainda ontem eu escutei no rádio falano, que depois que apresentou tanta invasão é que atrapaiou mais, é porque estrova controlar as coisas pros outros”.*<sup>(136)</sup>

---

<sup>135</sup> Maria Joana, out./1999.

<sup>136</sup> Maria Abadia de Jesus.

Esse discurso não é nem um pouco surpreendente, pois as estratégias das classes dominantes partem sempre de alguns pressupostos básicos, que visam dividir para fragilizar e melhor controlar a classe trabalhadora, especialmente, em tempos de neoliberalismo em que o discurso da meritocracia, ou seja, do mérito individual em se ser rico ou pobre, se reforça.

A experiência de se colocarem em movimento de luta e reivindicação por direitos forjou, nos trabalhadores acampados do Bairro Dom Almir, novas leituras de mundo e novas práticas dentro do cotidiano. A participação como sujeitos ativos do processo trouxe, para eles, redefinições e reelaborações diante da vida, alterando de forma significativa a maneira como eles mesmos se vêem dentro da cidade:

*“Naquela época a gente ficava muito reprimido, por que como diz o outro a gente num tinha nada, num tinha onde morá, num tinha nem um endereço prá dá num serviço... Hoje eu me considero um cidadão como outro qualquer!”.*<sup>(137)</sup>

A noção e o significado de cidadania aparecem aqui como o resultado de uma elaboração construída num processo de luta efetiva por direitos concretos e básicos: casa para morar com água encanada e luz elétrica, escola para os filhos estudarem, ônibus na porta em condições decentes e horários viáveis, posto de saúde, creche. Esta é a cidade em questão, esta é a cidade que se fez e se faz objeto de contínuas lutas e disputas dos setores populares, “ser cidadão como qualquer outro!” é poder usufruir de tudo isso e não apenas de um desenvolvimento e de um progresso que não conseguem ultrapassar os discursos das promessas eleitorais e das propagandas de televisão.

Ao longo desses anos de luta, também foram se reelaborando, para esses trabalhadores, as concepções do poder, seus atores, seus mecanismos e seus territórios. A Prefeitura Municipal, a Câmara Legislativa, o Fórum Judiciário, entre outros, foram deixando de serem espaços longe do cotidiano e da vida e converteram-se tanto quanto a terra improdutiva, objeto de especulação imobiliária, em locais a

---

<sup>137</sup> Haroldo da Silva, out./2000.

serem ocupados pelo povo: “*Ele falava que nós era desordeiro, porque nós ia e ocupava a Câmara Municipal, mas nós foi num sei quantas vezes...*”.<sup>(138)</sup>

Ao ocupar esses espaços, os acampados suscitaram a indignação dos que se julgavam donos do poder, porque essa ação coletiva tinha uma implicação profunda: ela questionava e, em boa medida, reelaborava a lógica política desses espaços constituídos para estarem acima do povo, como centros emanadores de leis e de regras a serem simplesmente cumpridas. Os trabalhadores recolocavam-se como sujeitos da ação política, retomando esses espaços como locais públicos, “*...aí eu disse prá ele: \_ ‘Você não é dono da Prefeitura, isso aqui é nosso, tudo isso aqui é patrimônio nosso!’*”<sup>(139)</sup>.

Entretanto não foram – e nem deveriam ser – apenas os espaços do poder instituído que tiveram sua rotina modificada pela ação dos moradores do Acampamento, eles também ocuparam as margens da rodovia, indo em direção à Prefeitura, as ruas do centro da cidade com suas passeatas carregando panelas e latas vazias. Foram notícia nas manchetes dos jornais locais e nos programas de rádio, fizeram caminhadas rumo ao Bairro Alvorada, ocuparam tempo nos sermões de missas, tornaram-se alvos de disputas eleitorais, pauta de reuniões em Sindicatos, Partidos e Entidades Políticas, foram vistos no CEASA, nas máquinas de Arroz do Bairro Tibery. Nas suas andanças, levaram consigo a denúncia de sua situação, explicitando a existência da pobreza, da exclusão social e do descaso governamental em Uberlândia, mas também levaram o movimentar-se incômodo da esperança persistente de trabalhadores que se puseram em luta pelo direito à cidade.

Aqui compartilho mais uma vez com a visão de Eder Sader, que aponta os movimentos sociais como sujeito social e histórico, promovendo a reelaboração e a revalorização do cotidiano dos trabalhadores... “*movimentos sociais que efetuam uma espécie de alargamento do campo da política... rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando as questões do cotidiano dos lugares de trabalho e moradia*”.<sup>(140)</sup>

Olhar para trás com os olhos do presente, avaliando as vivências e trajetórias, traz à tona o saldo da experiência vivida. Por meio das falas, vai-se

---

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> SADER, Eder. Op. Cit., 1988.

acompanhando o significado profundo – que jamais poderá ser de todo apreendido, porque, sendo histórico, é inacabado e inconcluso – transformador da luta desses trabalhadores a refletir-se em sua visão de si mesmos e do mundo:

*“Eu me senti... que nessa época, antes d’eu lutá aqui, eu achava que eu num era ninguém mas, depois disso eu acho que eu sô alguém, porque eu ajudei muita gente, ajudei a salvar muita gente, gente que ia até perdê a vida, eu acho que eu fui... eu sô uma pessoa!”.*

*Então, o que fico na memória é que eu com tudo que eu num tenho um estudo, eu num tenho um dinheiro, eu num tenho um nada, mas eu sou alguém!”.*<sup>(141)</sup>

O processo vivido, as dificuldades superadas e a sensação de, apesar de todos os revezes, ter conseguido um lugar para morar e construído o seu espaço dentro da cidade mediante própria organização e participação na luta, trouxe para os moradores do Bairro Dom Almir uma sensação de orgulho e auto-estima, que se traduz na compreensão de sua importância como pessoa, na reafirmação de sua “humanidade” dentro de um sistema que de tudo faz para espoliar-la.

Além disso, a experiência trouxe também um sentimento de solidariedade, sentimento que, necessariamente, pode não se traduzir em consciência de classe elaborada, mas que ensina muito sobre valores humanos de decência, justiça e dignidade. Junto a isso surge o aprendizado político do processo que ampliou a noção de cidadania, desmistificou, em muitos momentos, o poder instituído e reelaborou as concepções e os valores sobre o fazer-se da política.

*“O que eu sinto hoje é que eu tô melhor e quando eu vejo os outros debaixo da lona, aquilo me dói, me dá vontade de chorá e parece que quando eu chego lá eu enxergo pouco, vê aquela escuridão de lona... se eu pudesse ajudava os outros a construir”.*<sup>(142)</sup>

---

<sup>141</sup> Ireny dos Santos, abr./1999.

<sup>142</sup> Felismina Pereira, abr./1999.

*“Ah, eu aprendi só a raciocinar... aprendi muita coisa, aprendi a ser mais humano com as pessoas, procurar relevar muitas coisas que a gente passa nessa vida da gente... às vezes ajuda um que tá em dificuldade, né? Eu entendo mais do que antigamente, as vezes até de política mesmo eu entendo muito, porque antigamente... às vezes eu num tinha esse entendimento e hoje em dia eu sei como se faz um projeto, como se veta um projeto, então a gente sabe muita coisa, né?”.*<sup>(143)</sup>

A valorização do saber construído no dia-a-dia, a percepção de que suas experiências não são insignificantes no quadro das lutas maiores, a clareza de que é preciso contar a história do bairro para os filhos, para eles poderem dar valor, são elementos que aparecem nas falas, quando os moradores são indagados sobre a importância de terem participado da constituição do Bairro Dom Almir.

Para as mulheres, o significado ainda vem acrescido de um outro sentido, o da revalorização do seu cotidiano e de sua capacidade de envolver-se com atividades que extrapolam o ambiente doméstico:

*“Porque eu nunca tinha trabalhado nesse tipo de serviço, né? Meu serviço era de ajudar em casa, marido, filho e a patroa lá fora... eu nunca tinha parado prá, por exemplo, perder horas, déias e noites de sono prá ajuda o próximo e aqui eu já passei por isso. Então hoje, se disse assim:- Dona Ireni tem uma ocupação lá em tal lugar e precisa da senhora. Eu acho que eu vô, eu ia sim!”*<sup>(144)</sup>

A experiência não se constituiu apenas de vitórias, muitos aspectos negativos são retomados pelos moradores: boa parte das famílias que vieram do Parque São Jorge não estão mais no bairro Dom Almir, o que, na opinião dos entrevistados, dificulta a união do bairro para conseguir maiores benefícios. Nas falas, aparece o sentimento de que, após conseguir o lote, cada um foi cuidar da sua vida, e o bairro ficou esquecido. As pessoas que chegaram depois não se identificam

---

<sup>143</sup> Djalma Moraes, abr./1999.

<sup>144</sup> Ireny dos Santos, abr./1999.

com a história de luta dos mais antigos, e isto gera conflitos, os moradores também apontam o aumento sensível da marginalidade, o preconceito que ainda sofrem na hora de arrumar emprego e as divisões político-partidárias como fatores que dificultam muito as melhorias para o Dom Almir.

Impressiona o fato de que, após terem conseguido as casas no Bairro D. Almir e uma certa infra-estrutura, as pessoas tenham como que deixado de acreditar na força de sua atuação, na importância de seu papel como agente histórico transformador e transferido para o âmbito da Associação de Moradores um poder que outrora era coletivo, lá eles já não intervêm mais, é como se ela pairasse acima deles.

*“A associação é uma coisa que tem de ser muito registrada, muito organizada e o trabalho que a gente tinha que fazer acho que a gente já fez, foi trazer o benefício de cada um pegar suas lotes, foi de trazer a água, trazer a luz, trazer a escola, posto de saúde, a creche, então agora é pôr a Associação prá fazer outras coisas, mas tá difícil, porque hoje em dia... igual eu te falei, o pessoal que morava aqui, que veio do Vila Rica prá cá, já foi embora prá bem dizer, todo mundo. È outras pessoas, com outras cabeças, o pessoal quer é ter sua casa, suas coisas, num tá nem aí com o que tá acontecendo lá fora, então é mais difícil. Prá te dizer a verdade era bom lutar num bairro como esse, parece que cê trabalhava com vontade, cê via as pessoas precisando e ocê ia buscar aquilo, agora hoje em dia não, pessoal que tá aqui maioria compro direito dos que foi embora, então é poucos que tem esse ideal.”<sup>(145)</sup>*

Mesmo assim, é importante para os trabalhadores poderem contar sua história, pois, nesse ato de se reportarem ao passado, eles reavaliam as ações, as motivações materiais e políticas, refletem sobre as vitórias e as derrotas, reafirmam-se no presente e trazem para si a autoridade de um sujeito histórico. O bairro Dom Almir significa, para os que ficaram, a certeza de que a luta valeu a pena, e, embora proporcionalmente existam hoje poucos moradores da época da ocupação, a

---

<sup>145</sup> Idem.

identidade criada entre eles e com o bairro persiste, apesar de divergências político-partidárias terem estremecido algumas relações.

Nos depoimentos, os companheiros daqueles dias turbulentos são sempre lembrados, e as conquistas do Bairro dificilmente aparecem conjugadas no singular. Há um pesar explícito em relação àqueles que, passada a luta, venderam suas casas “a troco de banana” e foram embora do bairro, muitos após conseguirem a casa, entraram para o movimento de sem terra, porque descobriram que uma casa na cidade não era garantia de sobrevivência digna. Mas isso seria objeto de um outro trabalho!

Ao serem questionados sobre a importância de seus depoimentos para o trabalho, alguns trouxeram em suas falas evidências da importância de refletir sobre a experiência dos trabalhadores desse país:

*“Eu acho bom, porque assim... só pra muitas e muitas pessoas saber que a gente existe, da intenção que a gente tem, a intenção da gente é boa não é ruim. E eu espero assim, que aquilo que eu passei, os pedaço ruim..., eu espero que ninguém mais passe prá chegar onde eu cheguei”.*

*“Então a história foi essa... eles achava que nós era bandido e nós num era bandido, nós tava procurano a moradia. Por que todo mundo tem que ter essa dignidade de ter o seu lugá de morá, prá se esconde da chuva e do sol!*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Na madrugada do dia 02 de janeiro de 2001, data da posse do atual Prefeito de Uberlândia, o Sr. Zaire Resende - cuja candidatura e vitória eleitoral foram aclamadas, e festejadas por diversos setores da esquerda da cidade, boa parte dela alocada no Partido dos Trabalhadores e Sindicatos Cutistas -, um grupo de mais ou menos 90 pessoas, mulheres, homens, crianças, trabalhadores sem-teto e desempregados, ocuparam uma das últimas áreas vazias da antiga Fazenda Maribondo, causando surpresa em alguns setores “progressistas” da cidade por não terem esperado o Prefeito tomar posse e ido “conversar” para discutir a situação.

Caminhando pela área e conversando com alguns ocupantes que construía barracos ou aglomeravam-se ansiosos, não pude deixar de pensar o quanto daquelas mesmas cenas teriam acontecido exatamente há dez anos atrás. Quantas daquelas mesmas dificuldades com lonas, comida, crianças famintas e doentes, das articulações, dos jogos de força, dos apoios, das expressões faciais haviam constituído a experiência e a luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir, que eu buscava com a minha interpretação de historiadora reconstituir, conferindo significados sempre inconclusos, inacabados, cheios de lacunas... históricos!

Apesar disso, posso compreender que o essencial está lá e desenrola-se diante dos meus olhos!

A luta pelo direito à cidade continua, homens e mulheres vindos, não importa de onde, continuam em movimento, questionando a lógica perversa da urbanização dessa cidade e a complacência dissimulada de muitos dos que se dizem progressistas. Esses trabalhadores recusam-se a serem esquecidos e ignorados pela cidade que eles ajudam a construir, muitos, porém, já não querem mais diálogo, palavras vazias... não esperaram pela posse do Prefeito e nem deveriam, a Vida não espera! Ilusão da parte dos doutores da academia e da política acreditar que esses homens e mulheres ficarão estáticos a esperar que o conhecimento acadêmico ou político institucional lhes dê estatuto de existência e os inclua na História. Eles fazem história e fazem-na enquanto a vivem!

Posso apontar, sem receio, que esta percepção foi o maior ganho do trabalho realizado! O defrontar com a problemática foi também a reelaboração e a reafirmação de posturas e escolhas pessoais nas lutas sociais. Essa trajetória trouxe-me angústias e

inquietações, isso eu não posso negar, mas acredito que elas tenham enriquecido o meu diálogo com as fontes e aguçado a minha sensibilidade diante das inquietações, fazendo-me abrir novas possibilidades para as investigações em campo.

Pude perceber como a cidade se constrói por fora das expectativas oficiais, como o “fazer-se da cidade” adquiriu sentido pela compreensão das trajetórias de vida dos trabalhadores ocupantes de terra e de suas experiências acumuladas na busca e na luta por melhores condições de vida.

Também foi possível compreender com maior clareza o espaço urbano como um espaço construído historicamente pela multiplicidade e pela diversidade de sujeitos, interesses e lutas presentes no seu cotidiano.

A dimensão histórica, traduzida pela luta dos trabalhadores acampados do bairro Dom Almir, apontou para investigações e reflexões muito interessantes na compreensão das articulações entre as condições de vida urbana e as lutas sociais empreendidas nesse espaço.

A pluralidade e qualidade das experiências vividas por essas pessoas demonstraram um conteúdo político que extrapola a reivindicação por moradia, indicando sujeitos, práticas, espaços e territorialidades múltiplas que a pesquisa somente começou a desvendar, pois a luta por “um lugar para morar” questiona de forma insistente o problema fundiário e a questão urbana brasileira, bem como, em nível mais local, o projeto de cidade que se julga hegemônico em Uberlândia.

Ao trazer à tona os muitos caminhos trilhados por esses homens e mulheres em Uberlândia, sob o ponto de vista do emprego, do estudo, da saúde, do transporte e do lazer, foi-me possível perceber a maneira pela qual a moradia foi se tornando um problema e a ocupação de terras uma alternativa.

A partir daí, problematizaram-se várias questões, como a noção da propriedade da terra, os valores sobre família, educação, saúde, enfim, as expectativas sobre o viver e morar na cidade.

No estudo do processo de ocupação, evidenciaram-se, também, as várias relações tecidas pelos os moradores entre si, com o poder público, a Igreja, a polícia e diversos outros setores sociais. No bojo desses relacionamentos, construídos nas demandas políticas e das necessidades concretas do cotidiano, criou-se uma gama de articulações, colocando em evidência o teor complexo das relações estabelecidas no interior do movimento, em que os trabalhadores foram consolidando um aprendizado

político intermeado por momentos de autonomia, posturas críticas, resistentes e inovadoras e momentos marcados pela dependência, clientelismo, paternalismo e cooptação, o que me possibilitou compreender com maior clareza o caráter descontínuo e não linear da formação da consciência de classe trabalhadora.

A densidade e o alcance dessas articulações no esforço de aliar a luta no bairro Dom Almir e várias outras lutas urbanas em Uberlândia com a questão das lutas em nível nacional pelo direito a cidade, avaliando avanços e ganhos políticos do processo bem como a importância na disputa existente entre os vários projetos de cidade, é um campo fértil para investigação, que ainda pode produzir muitos frutos para a historiografia local.

Ao sair do processo constituinte de 1987, os movimentos por moradia tiraram como deliberação de luta articular conexões nacionais que permitissem encaminhar e dar sustentação aos desdobramentos políticos das articulações em torno da Emenda Popular de Reforma Urbana. Nesse sentido, persistem como um terreno inexplorado na documentação levantada por essa pesquisa, as reportagens publicadas, cartas, depoimentos e outros documentos que permitem vislumbrar a riqueza e a importância desta articulação nas lutas sociais urbanas em Uberlândia, principalmente, nas décadas de 1980-90.

Outro avanço nas reflexões propiciadas pelo Mestrado foi rever a questão da migração e dos migrantes na cidade mediante uma ótica diferenciada daquela que norteou o meu trabalho de Graduação. Substituir a noção de migrantes pela noção de trabalhadores em movimento, elaborando uma determinada identidade, propiciada não pelo fato de serem ou não de Uberlândia e sim por partilharem experiências de exclusão, lançou uma pedra fundamental que embasará futuros desdobramentos do presente trabalho.

Embora a pesquisa, a reflexão e a escrita sejam, em muitos momentos, uma prática solitária para o historiador, o trabalho representa também o fruto de um esforço coletivo, realizado nas disciplinas do Programa, nos Seminários de Pesquisa e mesmo no convívio com colegas e professores, pelo qual estamos buscando colaborar na construção de uma reflexão teórico-metodológica, que problematize a cidade também como a somatória das trajetórias de vida e de luta daqueles a quem, os que se julgam detentores do processo da urbanização brasileira, buscam suprimir, silenciar e segregar às periferias da cidade e da história.

Esses trabalhadores e trabalhadoras, que um dia se dispuseram a ocupar terras em nome de sua própria dignidade fazem-me renovar a esperança em uma sociedade que

seja gerada para maioria, a fim de que, assim, eu possa persistir acreditando que, para problemas coletivos, as saídas não podem ser individuais e construir uma trajetória profissional embasada numa postura teórica que, além de denunciar as mazelas sociais existentes, também seja capaz de perceber e demonstrar as alternativas históricas construídas pelos homens e mulheres pobres desse país em suas trajetórias de vida e em suas lutas sociais.

Num mundo tão cheio de quebras, capitulações, deserções, omissões e tudo mais, a experiência e a luta dos trabalhadores ocupantes de terra do Bairro Dom Almir fazem-me reafirmar que, se poucas certezas sobrevivem em mim, uma delas é a de que eu tenho o direito de continuar confiando na História!

### *FONTES PESQUISADAS*

#### *Fontes Orais:<sup>(146)</sup>*

1. Ireny José Ferreira, 50 anos, casada, passadeira.
2. Maria Abadia Francisca de Jesus, 63 anos, viúva, trabalhadora rural.
3. Felismina Pereira dos Santos Alves, 58 anos, casada, benzedeira.
4. Jovercina, 48 anos, separada, doméstica.
5. Geni Salvino Santos, 65 anos, separada, empregada doméstica, desempregada.
6. Maria Joana Lima, 48 anos, casada, trabalhadora rural, diarista.
7. Veriadiana Silva Santos, 28 anos, casada, empregada doméstica.
8. Maria Divina Santos Souza, 47 anos, casada, empregada doméstica.
9. Luzia Valquíria da Silva, 41 anos, casada, empregada doméstica.
10. Margarida Brás da Silva, 56 anos, viúva, trabalhadora rural.
11. Djalma Moraes de Souza, 38 anos, casado, pedreiro.
12. Sebastião Corrêa Mendonça, 58 anos, viúvo, funcionário público municipal.
13. João Batista Naves de Souza, 41 anos, casado, motorista, desempregado.
14. Edimar Ferreira, 52 anos, pedreiro, desempregado.

---

<sup>146</sup> As informações se referem à data da realização das entrevistas.

15. Haroldo da Silva, 42 anos, casado , comerciante.
16. Jaíres, “ Ratinho” dos Santos, 38 anos, casado, mecânico, dono de bar.
17. Glênio Medeiros, 42 anos, casado, vigilante.
18. José Ferreira Brito, 55 anos, casado, trabalhador da construção civil, aposentado.
19. Gercino Bezerra, 41 anos, casado, carroceiro e catador de papel.
20. José Bento Queiroz, 42 anos, casado, carroceiro.

### **Jornais:**

O Correio – 1990 a 1999.  
Correio do Triângulo – 1990 a 1994.  
Tribuna de Minas – 1980 a 1985.

### **Pastas do Centro de Documentação dos Direitos Humanos:**

#### **Série: Documentos Diversos.**

Pasta/020 - Denúncias e Ocorrências Policiais.  
Pasta/021 - Fichas de Cadastramento de Ocupações.  
Pasta/024 – Registro de Atendimentos Diversos.  
Pasta/026 – Documentos referentes às Questões do Solo Urbano.  
Pasta/025 - Relatórios de Reuniões e Assembléias com Trabalhadores Diversos.  
Pasta/027 – Encontros promovidos pelo CDDH.

#### **Série: Recortes de Jornais.**

Pasta/036 – Recortes de Jornais “O Triângulo”.  
Pasta 037 – Recortes de Jornais: “O Correio”.  
Pasta/038- Recortes de Jornais: “Notícias da Administração Nacional e Municipal”.

### **Fichas de Cadastro do Bairro D. Almir II.**

244 fichas.

### **Documentos Diversos.**

1. Cartilha de João Udi: A cidade que todos Queremos – Março de 1991.
2. Abaixo Assinado dos Sindicatos em Apoio ao Acampamento - 18/01/1992.
3. Carta do Movimento Unificação de Lutas dos Cortiços ao Governo Federal – 17/11/1991.
4. Carta de Princípios e Regimento Interno do Fórum das Entidades Populares de Uberlândia .
5. Convite do Comitê Regional – Pró- Fundo Nacional de Moradia Popular – 20/07/1991.
6. Boletim Informativo do Comitê Regional de Movimentos Populares – Vale do Aço – Pró-Fundo Nacional de Moradia Popular – Junho/1991.
7. Convite do Fórum de Entidades Populares de Uberlândia para o Acampamento do Bairro Dom Almir.
8. Carta da EMCOP notificando ocupação de casas populares por trabalhadores sem teto – Uberlândia – 17/05/1994
9. Convite da Câmara Municipal de Uberlândia para Representantes dos Moradores Acampados do Bairro Dom Almir para reunião com Diretoria do Fundo Municipal de Habitação Popular – 17/03/1992.
10. Carta dos Moradores do Acampamento do Bairro Dom Almir à Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social – 18/01/1992.
11. Abaixo-Assinado dos Moradores do Acampamento do Bairro Dom Almir para o Bispo de Uberlândia Dom José – 09/09/1992.
12. Manifesto á Sociedade Uberlandense – 11/04/1996.
13. Carta da Comissão dos Moradores do Acampamento do Bairro Dom Almir à Secretária de Habitação e Meio Ambiente – 09/09/1992.
14. Histórico da Associação de Moradores do Bairro Dom Almir.
15. Atestado de Funcionamento da Associação de Moradores do Bairro Dom Almir.
16. Ata da 1ª Eleição para Associação de Moradores do Bairro Dom Almir.
17. Justificativa para Subvenção da Associação de Moradores do Bairro Dom Almir – 14/08/1992.
18. Registro da Fazenda Marimbondo – Uberlândia/MG, 27/07/1989.
19. Quadro Geral dos Acampados do Dom Almir – Novembro/1995.
20. Mapa dos Herdeiros da Fazenda Marimbondo.
21. Mapa Geográfico do Bairro Dom Almir – 13/09/1994.

## BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História.** In: *Magia e Técnica, Arte e Política.*
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989. 94p.
- COSTA, Djalma Dias. **Poder Público e Especulação Imobiliária VS. Pobreza e Miserabilidade na Periferia de Uberlândia:** Caso do Bairro Jardim Rosperidade, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2000. (Monografia)
- FENELON, Déa. “Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação”. In: *Projeto História*, São Paulo: PUC, (4), 1985, pp.21-37.
- \_\_\_\_\_. O historiador e a Cultura Popular: história da classe ou História do Povo?”. In: **História & Perspectivas.** Uberlândia: UFU, (6), 1992, pp. 5-24.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas cidades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, São Paulo, Cortez, nº6, 1982.
- HELLMANN, Michaela. Democratização e Movimentos Sociais no Brasil. In: **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**, São Paulo: Marco Zero, 1995, p. 9-24.
- JACOBI, Pedro. Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e Controle vs. Cooptação e Clientelismo. In: **Revista Debates Urbanos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, v. 5. p. 145-179.
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Cidade - Usos e Abusos.** São Paulo: Brasiliense, 1978.
- \_\_\_\_\_; BONDUKI, Nabil. Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo à redemocratização. In: **As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo Passado e Presente**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 147-177.
- LAVERDI, Robson. **Pelo Direito de Morar:** Experiências de Luta por Reforma Urbana (1980- 1988). São Pulo: PUC-SP, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- LUCENA, Célia Toledo. “Memória de Famílias Migrantes: Imagens do Lugar de Origem”. In: **Revista Projeto História.** São Paulo, n.17, nov., 1998.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês:** Assistência Social Institucionalizada - (Uberlândia - 1965 a 1980). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Dissertação, Mestrado).

- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento Histórico. In: SILVA, Marcos A (org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.37-64
- MARTINE, Jorge. **Reflexões sobre Problemas, Políticas e Pesquisa de Migração**. Brasília, PNDU - Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, 1974, Mimeo.
- MARTINS, Dora. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 1994.
- MUNIZ, Durval. Vidas por um fio, vidas entrelaçadas: rasgando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado as trajetórias culturais. In: **História e Perspectivas**. Nº 8, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1993.
- OLIVER, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais no Brasil em Busca de um Estatuto Político. In: **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: Sem a Gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995, p. 24-55.
- \_\_\_\_\_. Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: Tempo, Espaço e Classe Operária Brasileira. In: **Cultura e Identidade Operária**. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- PAULA, João Antônio de. O processo de Urbanização nas Américas do Século XVIII. In: **Revista História & Perspectivas**. Nº 11, jul./dez. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994, p. 5-32.
- PESSOA, Álvaro. “O uso do solo em conflito”. In: **Revista Debates Urbanos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. v. 1. p. 79-95.
- PETUBA, Rosângela. **Migrantes: Trabalhadores nos Descaminhos da História**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997. (Monografia).
- PORTELLI, Alessandro. “O que faz a História Oral Diferente”. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n.14, fev., 1997.
- \_\_\_\_\_. “Forma e Significado da História Oral: A pesquisa como um experimento de igualdade”. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, n.14, fev., 1997.
- \_\_\_\_\_. “História Local e História Oral”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n.19, ANPHU/Marco Zero, 1990.
- RABELO, Maria Aurora de Meirelles. O Materialismo Histórico de Thompson e a Problemática dos Movimentos Sociais. In: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, nº 6, jan./jun, 1992, p. 67-88.
- ROLNIK, Raquel. “Lei e Política: A Construção dos Territórios Urbanos”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 18, .135-154, mai., 1999.

- SÁ, Cláudio Oliveira Ribeiro de. **Autoconstrução e Assentamentos Urbanos em Uberlândia-MG: Em Questão os Bairros Dom Almir e Prosperidade.** Uberlândia:Universidade Federal de Uberlândia, 1999. (Monografia).
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMUEL, Rafael. “Teatros da Memória.” In: **Revista Projeto História** , São Paulo, n.14, fev., 1997.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “A Conquista da Água”. In: **Revista Projeto História.** São Paulo, n.18, p. 295-300, mai., 1999.
- SIMONINI, Giselda Costa da Silva. **Telefonia: Relação Empresa e Cidade, (Uberlândia, 1954-1980).** São Paulo: PUC-SP, 1984. (Dissertação de Mestrado).
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização,** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia.** Dissertação de Mestrado, USP, 1988.
- \_\_\_\_\_; BESSA, Kelly. Assentamentos Urbanos em Uberlândia: O Significado de um Novo Espaço. In: **Revista História & Perspectivas.** Uberlândia, nº 18/19, jan./jul, 1998. p. 93-129.
- SOUZA, João Carlos de. **Na Luta por Habitação: A construção de novos valores.** São Paulo: EDUC, 1995.
- THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa.** Vol. I, II, III ,Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: Crítica ao Pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar,1981.
- \_\_\_\_\_. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALLADARES, Lícia do Prado. Estudos recentes sobre a Habitação no Brasil: uma Resenha da Literatura. In: **Revista Debates Urbanos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, v. 3. p. 21-76.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha et al. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática,1991.80p.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores,1977.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)